

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO
TERRITÓRIO**

**A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA –
ITUIUTABA (MG): persistência e resistência**

**WANDERLÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA GOBBI
UBERLÂNDIA – MG
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WANDERLÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA GOBBI

A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA –

ITUIUTABA (MG): persistência e resistência

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Salazar Pessôa

UBERLÂNDIA – MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 04/06

G574p Gobbi, Wanderléia Aparecida de Oliveira, 1971-
A pecuária leiteira na comunidade da Canoa – Ituiutaba
(MG): persistência e resistência / Wanderléia Aparecida de
Oliveira Gobbi. - Uberlândia, 2006.
250f. : il.
Orientador: Vera Lúcia Salazar Pessôa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlân-
dia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia agrícola - Teses. 2. Pecuária – Ituiutaba (MG)
Teses. 3. Bovino de leite - Ituiutaba (MG) - Teses. I. Pessôa, Vera Lúcia
Salazar . II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.3:631(815.1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

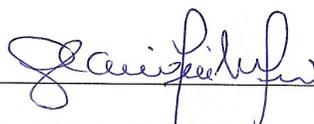
Programa de Pós-Graduação em Geografia

WANDERLÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA GOBBI

A Pecuária Leiteira na Comunidade da Canoa – Ituiutaba (MG): persistência e resistência



Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa (Orientadora) - UFU



Prof. Dr. Gláucio José Marafon - UERJ



Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Data: 23 / 03 de 2006

Resultado: Aprovada

*Ao Gustavo, pela paciência e estímulo a mim
dedicados ao longo deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser concretizado se não fosse produto do esforço, da paciência, da amizade e da dedicação de várias pessoas. Por isso, agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para a sua conclusão, especialmente:

À professora Vera Lúcia Salazar Pessôa, pela orientação e disposição para as exaustivas leituras ao longo da elaboração desta dissertação.

Ao professor Celso Donizete Locatel e à Professora Beatriz Ribeiro Soares, pelas contribuições e sugestões durante a realização do Exame de Qualificação.

Ao professor João Cleps Júnior, que me despertou para a pesquisa científica.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG da Universidade Federal de Uberlândia.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa.

Ao Presidente da Comunidade da Canoa, Sr. Valmir Alvares de Faria, e a todos os produtores rurais da Comunidade, pela receptividade e boa vontade demonstrada durante as visitas realizadas às propriedades, no trabalho de campo.

A EMATER- Ituiutaba, em especial, Lucas Lemos Bonon.

Aos meus pais, Deolice e Walter, por fazerem da realização de seus filhos a sua própria realização.

À minha família por adoção, Ana Vera, Francisco, Leonardo, Lívia e Luciano, pela amizade, apoio e crença no meu potencial.

À Luiza Maria, pela amizade e companheirismo que, ao longo dos anos, cultivamos.

Aos colegas, Djalma, Murilo, Renata, Mírian, Sidivan, Ízula, por suas contribuições intelectuais, opiniões e companhia diária.

Aos colegas do LAGEA: Celbo, Claudecir, Paulo, Fredy, Eduardo, Raphael, Joelma, Marcelo, Fransualdo, Edione, Lucimeire, Carla, Cristiano, pelo apoio e contribuições no decorrer do trabalho.

Aos meus colegas de turma, pelos momentos de estudo e descontração que desfrutamos durante o curso. Um especial agradecimento aos colegas Márcia, Sandra Muniz, Mirna, Bete, Roberto, Rejane, Gustavo, pelo convívio que tivemos.

Agradeço, ainda, aos demais professores do Instituto de Geografia, pelas suas contribuições em minha formação intelectual e pessoal, particularmente, às professoras Beatriz Ribeiro Soares, Lezir Montes Ferreira e Claudete Aparecida D. Baccaro e aos professores Ireneu Antônio Siegler, Luiz Nishiyama, Mauro das Graças Mendonça, Samuel do Carmo Lima e William Rodrigues Ferreira.

Às secretárias do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia: Lúcia Elena Peres Ramos, Janete Gonzaga de Freitas Martins, Cynara da Costa Machado Silva e Mizmar Couto de Andrade Costa, pela atenção e disposição em ajudar.

Aos técnicos dos Laboratórios do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, especialmente, ao Celso Siqueira e Eleuza, pela digitalização dos mapas utilizado no trabalho.

À Professora Ione pela revisão criteriosa da versão final deste trabalho.

RESUMO

A partir da década de 1990, em nível mundial, tem ocorrido intensa competição, acentuada mudança tecnológica, difusão de informações, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, globalização e formação de blocos econômicos. Esses processos implicaram transformações nos cenários mundial, nacional e regional, e seus impactos foram sentidos nas diversas atividades econômicas brasileiras, dentre elas, a pecuária leiteira. Novas exigências foram delineadas para esse setor, dentre elas: maior tecnologia, conhecimento, qualidade e especialização. No município de Ituiutaba (MG), a situação não foi diferente. A pecuária leiteira é uma das atividades econômicas preponderantes, exercida, basicamente, por pequenos produtores com mão-de-obra centrada no trabalho familiar. Essas transformações redefiniram os padrões de concorrência no setor leiteiro. A maior concorrência instigou o processo de diversificação produtiva e a introdução de novas tecnologias em busca de maior competitividade. Na Comunidade da Canoa procuramos verificar a importância social e econômica da produção de leite, caracterizamos os produtores e identificamos como se dá a sua adequação às novas exigências sanitárias, bem como as suas manifestações de resistência a seguir tais normas e, ainda assim, continuarem como produtores de leite.

Palavras-Chave: pecuária leiteira, pequeno produtor de leite, agricultura familiar, mudanças tecnológicas, Ituiutaba (MG).

RESUMEN

A partir de la década de 1990, a nivel mundial, ha ocurrido intensa competencia, mudanza tecnológica, difusión de informaciones, apertura comercial, desreglamentación de los mercados, globalización y formación de bloques económicos. Esos procesos han implicado transformaciones en el escenario mundial, nacional y regional, y sus impactos han sido sentidos en las diversas actividades económicas brasileñas, entre ellas, la pecuaria lechera. Nuevas exigencias han sido delineadas para ese sector, entre ellas: mayor tecnología, conocimientos, calidad y especialización. En el municipio de Ituiutaba (MG), la situación no fue diferente. La pecuaria lechera es una de las actividades económicas preponderantes, ejercida, básicamente, por pequeños productores con mano de obra centrada en el trabajo familiar. Esas transformaciones han redefinido los patrones de competencia en el sector lechero. La mayor competencia instigó el proceso de diversificación productiva y la introducción de nuevas tecnologías en busca de mayor competitividad. Verificamos, en la Comunidad de Canoa, la importancia social y económica de la producción de leche, caracterizamos los productos e identificamos como se da su adecuación a las nuevas exigencias sanitarias, bien como sus manifestaciones de resistencia a seguir tales normas y aún así continuar como productores de leche.

Palabras-Llave: pecuaria lechera, pequeño productor de leche, agricultura familiar, mudanzas tecnológicas, Ituiutaba (MG).

LISTA DE FIGURAS

1 - Produção nacional de leite por regiões brasileiras (%) – 2000	42
2 - Produção de leite por estados brasileiros (%) – 2001	43
3 - Estabelecimentos de laticínios brasileiros (%) – 1997	52
4 - Brasil/ Sudeste/ Ituiutaba (MG): agricultura familiar - número de estabelecimentos e área em 1995/96 (%)	110
5 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): local de residência dos produtores (%) - 2005	128
6 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): canavial na propriedade arrendada para a Usina Vale do Paranaíba	135
7 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): habitação rural feita em madeira	137
8 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): construção típica da região	138
9 - Habitação rural na Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): construção considerada "moderna": as paredes são de tijolos, há banheiro dentro da residência, energia elétrica, água encanada	138
10 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): equipamentos e estrutura para produção de leite (%) – 2005	141
11 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : em destaque, curral, cocheira e casa de bezerros	142
12 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): em destaque, trituradeira	142
13 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): tanque de expansão	143
14 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): situações que levam o produtor a recorrer à assistência técnica (%) – 2005	151
15 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): plantação de milho para pamonhada	154
16 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): preparo do milho	154
17 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): confecção dos copos de palha de milho verde	155
18 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): triturando o milho	156
19 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): coando/filtrando o milho	157

20 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): colocando a massa de milho nos copos	157
21- Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): pamonha pronta para o cozimento	158
22 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): cozimento das pamonhas em tacho com água quente	158
23 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): pamonha pronta	159
24 – Estratégia de cruzamento – Girolando – 2005	164
25 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : gado leiteiro girolando – 2005	166
26 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : participação dos entrevistados em relação à idade de desmame dos bezerros (%) – 2005	169
27 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados em relação à idade de reposição das matrizes (%) – 2005	170
28 - Laticínio Canto de Minas / Ituiutaba (MG) – 2005	172
29 - Laticínio Guadalupe / Ituiutaba (MG) – 2005	172
30 - Nestlé / Ituiutaba (MG) – 2005	173
31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores em relação às empresas responsáveis pela compra do leite (%) – 2005	177
32 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): relação do produtor com a empresa (%) – 2005	178
33 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): principais problemas enfrentados pelos produtores de leite (%) – 2005	184
34 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na utilização de financiamentos para a pecuária leiteira (%) - 2004/05	186
35 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): distribuição dos benefícios da Previdência Rural (por sexo) (%) – 2005	194
36 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): tipo de benefício recebido em relação ao total de pessoas aposentadas (%) – 2005	196
37 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): estado civil dos beneficiários da previdência rural em relação ao total de pessoas aposentadas (%) – 2005	197

LISTA DE TABELAS

1 - Minas Gerais produção de leite, vacas ordenhadas, produtividade e participação por Mesorregião–1991/2000	45
2 - Brasil: maiores empresas de laticínios – 2004	57
3 - Número de estabelecimentos familiares e participação relativa das grandes regiões brasileiras – 1995/96.....	105
4 - Brasil – agricultura familiar: participação nos estabelecimentos, na área e área média, segundo os grupos de área total (em ha) – 2000	106
5 - Valor bruto da produção de produtos selecionados nos estabelecimentos familiares (%) – 2000	107
6 - Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos e área (total e média) por categorias familiar e patronal - 1995/96	111
7 - Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos e área de acordo com grupos de área por categorias familiar e patronal - 1995/96	111
8 - Ituiutaba (MG): estabelecimentos e área segundo a condição do produtor por categoria familiar e patronal (n.º total) - 1995/96	112
9 - Ituiutaba (MG): pessoal ocupado por categoria familiar e patronal (n.º total) – 1995/96	112
10 - Ituiutaba (MG): mão-de-obra na agricultura familiar por tipo e combinação em relação aos estabelecimentos (%) e área (%) - 1995/96	113
11 - Região Sudeste e Ituiutaba (MG): estabelecimentos familiares com acesso à força de trabalho, tecnologia e assistência técnica (%) - 1995/96	114
12 - Ituiutaba (MG): produção e valor da pecuária – 2001	114
13 - Ituiutaba (MG): vacas ordenhadas (n.º), produção de leite (l) e área de pastagem (ha) – 1970 a 2003	115
14 - Ituiutaba (MG): produção agropecuária - 1970/1980/1991/2002	119
15 - Ituiutaba (MG): classificação e participação dos pequenos produtores segundo critérios das empresas – 2005	123
16 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): formas de acesso à propriedade fundiária (%) – 2005	126

17 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): área média (ha), segundo os grupos de área total - 2005	127
18 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): população jovem e expectativa de permanência na Comunidade (%) – 2005	132
19 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos filhos dos produtores em atividades (%) – 2005	133
20 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): utilização das terras (ha) – 2005	134
21 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades (%) – 2005	135
22 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : relação entre propriedades, infra-estrutura e bens de consumo (%) – 2005	140
23 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : participação dos membros da família nas atividades da propriedade (%) – 2005	146
24 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): condições de atendimento da assistência técnica dos entrevistados (%) – 2005	150
25 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados na pamonhada (%) – 2005	153
26 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas festas e jogos realizados na Comunidade (%) – 2005	161
27 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): alternativas de alimentação para o rebanho no período de seca (%) – 2005	167
28 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na venda do leite <i>in natura</i> às empresas (%) – 2005	171
29 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas formas de uso do financiamento (%) – 2005	186
30 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas formas de organização social (%) – 2005	188
31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): faixa etária da população aposentada da Comunidade em relação ao total de pessoas (%) – 2005	195
32 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores em relação à composição da renda (%) – 2005	200

LISTA DE QUADROS

1 - Maiores produtores de leite do mundo – 2002	37
2 - Produção, produtividade de leite de países desenvolvidos - 2002.....	41
3 - Participação dos países na produção de leite das Américas – 2002.....	42
4 - Produtores com mais de 50 litros de leite /dia por regiões brasileiras (%) – 1996	44
5 - Produtores com mais de 50 litros de leite /dia de empresas localizadas em MG /RJ /SP (%) – 1999	46
6 - Produção média diária /litros de leite por produtor – 2002	46
7 - Caracterização da heterogeneidade estrutural e regional da produção láctea nas grandes regiões do país – 2002	50
8 - Participação dos estados no total de estabelecimentos de laticínios (%) – 2001	52
9 - Minas Gerais: número de estabelecimentos de laticínios por configuração – 2001	53
10 - Regiões mineiras: número de estabelecimentos de laticínios – 2003	54
11 - Brasil: capacidade da indústria de laticínios (%) – abril/ 2001	54
12 - Minas Gerais: participação das micro e pequenas empresas na produção de leite e derivados (%) – 2003	55
13 - Elegê (Avipal): localização das unidades de produção – 2005	59
14 - Eventos cronológicos que contam a história da SUDCOOP e sua marca FRIMESA de 1979 a 2004	64
15 - Fábricas da Nestlé no Brasil – 2005	67
16 - Origem dos produtores que comercializam leite nas empresas em Ituiutaba (MG) e produção diária recebida – 2005	122
17 - Ituiutaba (MG): periodicidade de recolhimento do leite, preço pago aos fornecedores e sistema de pagamento pelas empresas – 2005	124
18 - Preços de tanque de expansão – 2005	144

LISTA DE MAPAS

1 – Ituiutaba (MG): localização geográfica - 2005	20
2 – Comunidade da Canoa: localização geográfica - 2005	24

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 – A PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL: uma caracterização	30
1.1 - A pecuária leiteira no Brasil: uma retrospectiva histórica	30
1.2 - A importância do leite no Brasil	34
1.3 - As características da produção leiteira	41
1.4 - As bacias leiteiras no Brasil	46
1.5 - As principais indústrias de leite no Brasil	51
1.5.1 - Itambé – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda – CCPR/Itambé	56
1.5.2 - Elegê (Avipal)	58
1.5.3 - Parmalat	60
1.5.4 - CCL/Paulista	62
1.5.5 - SUDCOOP (Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste)	63
1.5.6 - DPA (Nestlé)	66
2 – A PECUÁRIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL: a política de preços e as transformações na pecuária leiteira	71
2.1 – A pecuária leiteira no contexto da modernização da agricultura	71
2.2 – Os impactos da granelização na produção de leite	79
2.3 – As importações de leite e os reflexos para a cadeia produtiva no Brasil	83
3 - A PECUÁRIA LEITEIRA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: as transformações recentes em Ituiutaba (MG)	92
3.1 - A agricultura familiar no Brasil: retomando a discussão	92
3.1.1 - A formação da pequena propriedade no Brasil	92
3.1.2 - A modernização agrícola e o pequeno produtor	94
3.1.3 - A agricultura familiar: a revalorização no pós 1990	99
3.2 - A importância da agricultura familiar e da pecuária leiteira em Ituiutaba	

(MG)	108
3.3 - O futuro dos laticínios em Ituiutaba (MG)	120
4 – A COMUNIDADE DA CANOA: características dos produtores de leite	125
4.1 – Comunidade da Canoa e formas de acesso à propriedade.....	125
4.2 - Características dos residentes	127
4.3 - Utilização das terras	133
4.4 - Infra-estrutura das propriedades	137
4.5 - Relações de trabalho do grupo familiar	145
4.6 - Condições de assistência técnica	147
4.7 - Vivência, cultura e solidariedade entre os moradores	153
5 – OS PRODUTORES DE LEITE NA COMUNIDADE DA CANOA: persistência e resistência	162
5.1 - Processo de produção e comercialização do leite	162
5.2- Relação comercial entre produtor de leite e indústria	174
5.3 - Situação da pecuária leiteira na visão dos proprietários	179
5.4 - Problemas enfrentados pelos produtores de leite e medidas para sua permanência na atividade	182
5.5 - Representação social dos produtores	187
5.6 - Aposentadorias: um complemento de renda para os produtores de leite	189
5.7 - Renda familiar: diversificação das atividades	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS	209
ANEXOS	220
ANEXO A - Roteiro de entrevista - Pequenos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba – MG	221

ANEXO B - Roteiro de entrevista - Presidente da Comunidade da Canoa – Ituiutaba – MG	236
ANEXO C - Roteiro de entrevista - Filhos dos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba – MG	239
ANEXO D - Roteiro de entrevista - Empresas/Laticínios – Ituiutaba – MG	242

INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira destaca-se, no contexto do setor agrícola brasileiro, por ser importante na alimentação humana e, do ponto de vista econômico, como geradora de empregos e, conseqüentemente, da renda dos agropecuaristas.

Ao longo do processo histórico, a pecuária leiteira passou por transformações significativas, no que tange, principalmente, à forma de distribuição do leite. Assim,

até as primeiras décadas do século XX, o abastecimento de leite era feito por produtores leiteiros cujas chácaras e granjas se localizavam em torno das cidades. A distribuição era realizada pelo próprio produtor, que vendia seu leite de casa em casa, ou por comerciantes locais. Com o aumento, porém, da população nos principais centros urbanos e conseqüente expansão dos loteamentos e construções residenciais, as chácaras e granjas foram sendo afastadas para longe do centro da cidade, e o leite, para atender à demanda crescente, tinha que ser trazido de localidades cada vez mais distantes. (FLEURY, 1983, p. 55).

A produção familiar de leite caracterizava (e ainda caracteriza) esse quadro da economia brasileira. Entretanto, com o desenvolvimento industrial e urbano, desencadeado, de forma mais intensa, a partir da década de 1930, algumas exigências começaram a ser feitas para resolver problemas de higiene e saúde pública, dentre elas, o tempo de resfriamento após a ordenha, acondicionamento em frascos adequados, certificado de inspeção sanitária, aparelhamentos adequados na usinas (recepção, pesagem, coadura, pasteurização, resfriamento) (FLEURY, 1983). A venda e entrega domiciliar do leite e produtos derivados passaram a ser fiscalizados por parte do Estado. É importante destacar que tal situação não era comum em todo o país, apenas ocorria em localidades onde o crescimento industrial e urbano estavam presentes.

No que se refere ao preço do leite, o controle passou a ser feito no período do pós-guerra e estendeu-se até 1990. Nesse intervalo, a modernização da pecuária leiteira não ocorreu com mesma intensidade da modernização da agricultura. O aspecto mais significativo foi a utilização

da ordenhadeira mecânica, a partir da década de 1970. Por outro lado, o melhoramento de pastagens e a genética também foram variáveis importantes no processo de modernização e que interferiram na pecuária e, de forma específica, na leiteira.

Entretanto foi na década de 1990 que ocorreram profundas transformações na economia do país, que afetaram a pecuária leiteira. A liberalização do preço do leite, juntamente com a abertura econômica, em 1991, elevaram as possibilidades de importação, uma vez que o país ficou exposto ao resto do mundo. A consolidação do MERCOSUL e a estabilização da economia a partir do Plano Real, em 1994, também, deram seqüência a esse processo de transformações ocorridos na década de 1990.

A abertura comercial trouxe como conseqüência a necessidade de aumento da produtividade e de melhoria da qualidade do produto para torná-lo competitivo em relação a outros países, visto que os consumidores passaram a exigir mais por ter mais produtos para sua escolha.

Partiu-se do princípio que os ajustamentos que deveriam acontecer na produção de leite do Brasil identificavam-se na atual estrutura produtiva, em que muitos produzem pouco e poucos produzem muito. Assim, tornou-se necessário conhecer as transformações ocorridas no processo produtivo da pecuária leiteira nestas últimas décadas, de forma que se possa melhorar a eficiência na alocação dos recursos utilizados nessa atividade, para os pequenos produtores.

A pecuária é uma atividade de grande relevância no município de Ituiutaba (MG), sendo que a produção de leite é um segmento que se destaca, devido ao seu caráter de complementaridade à renda dos pequenos produtores familiares. A produção de leite, via de regra, não é especializada, porém é praticada por produtores que estão incorporando, progressivamente, tecnologia ao processo produtivo, haja vista a utilização de tanques de expansão e ordenhadeiras mecânicas pelos produtores da região. Cabe ressaltar que uma parcela

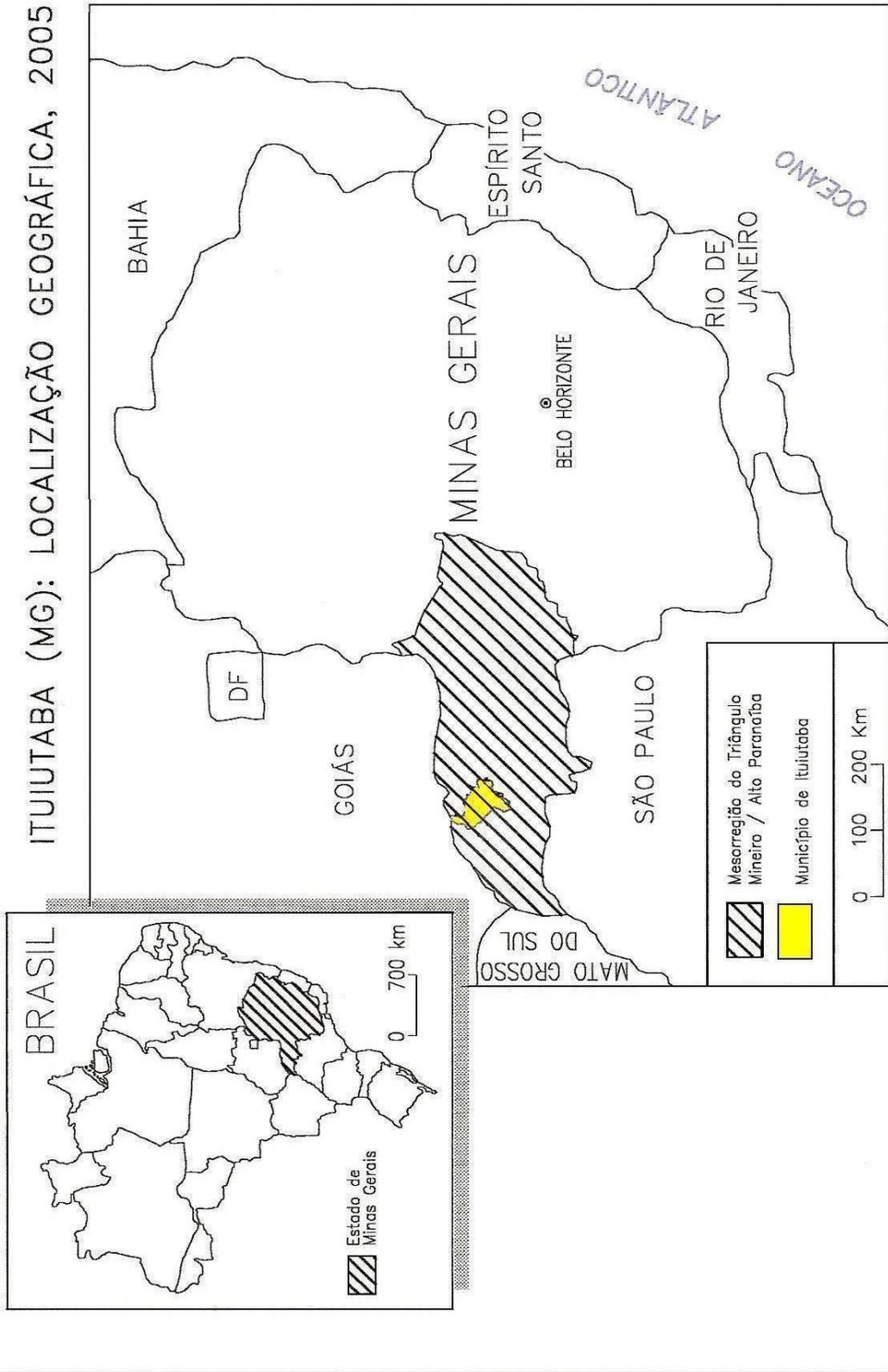
considerável dos produtores mantem vínculos com o comércio informal de leite e derivados para complementação da renda e melhores preços.

Com base na literatura pesquisada, fica nítida a necessidade de promover estudos que possam mostrar a importância da produção familiar de leite para a sociedade. Para isto, escolhemos uma experiência local que viabilizasse um estudo de caso e apresentasse resultados concretos.

O município escolhido foi Ituiutaba. Está localizado na porção noroeste da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Mapa 1). Essa região não ficou fora do processo de modernização da agricultura que ocorreu no país a partir da década de 1960. Ao fazer uma retrospectiva no tempo, constatamos que as décadas de 1950/60 foram, especificamente para o município de Ituiutaba (MG), o período áureo economicamente, tanto que este ficou conhecido nacionalmente pelo título de "Capital do Arroz". A partir do capital originado pelo arroz, a cidade começou a melhorar e equipar-se com serviços de água, energia elétrica, comércio e serviços diversificados, expansão de loteamentos urbanos e novas atividades, que iriam beneficiar a população, que crescia vertiginosamente nesse período. Para uma visão de crescimento total do município, em 1940, a população era de 35.052 habitantes, aumentando para 53.240 e 68.218 habitantes em 1950 a 1960, respectivamente. Ou seja, em relação a década de 1940, houve um crescimento de aproximadamente 95% (DUARTE, 2001).

As mudanças no espaço rural ocorreram paralelamente às do espaço urbano. Grupos de trabalhadores nordestinos chegaram ao município de Ituiutaba e tornaram-se agentes transformadores do campo, responsabilizados pelas roças de arroz, milho e feijão. Desmatavam o cerrado, aravam a terra, plantavam o cereal e ganhavam muito menos do que esperavam (SILVA, 1997).

ITUIUTABA (MG): LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2005



O município de Ituiutaba, particularmente, tirou proveito desse espaço por ser banhada por três rios (Paranaíba, Tijuco e Prata) e, portanto, apresentar extensas faixas férteis de solos, que se adequaram perfeitamente ao plantio de arroz durante os anos de 1940 a 1960.

O cultivo predominante foi o arroz de sequeiro, altas safras foram produzidas durante os anos de 1950/60 na Microrregião. Silva (1997) comenta que, em 1950, Ituiutaba era a maior produtora de arroz e de milho em todo o estado de Minas Gerais. Cultivou cerca de 48.400 hectares de arroz nesse período, ganhando, com isso, o título de “Capital do Arroz”.

Durante a década de 1950, a área territorial de Ituiutaba utilizada para plantio era de 93.353 hectares (IBGE Ituiutaba, 2005). Nesse período, de acordo com Duarte (2001), vários distritos pertencentes ao município de Ituiutaba, tais como: Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacú, colaboraram com a produção de arroz e outros produtos agrícolas, originando uma alta produtividade, o que contribuiu para a construção da ilusão do “Vale da Fartura”, “generalizada na memória de grandes produtores rurais e em boa parte da população que vivenciou esse período” (DUARTE, 2001, p. 31).

Ainda nessa década, o fator climático auxiliava o plantio, pois as chuvas mantinham uma periodicidade mais estável, iniciando no mês de outubro até os primeiros meses do ano seguinte, um fator favorável ao arroz, devido a sua fragilidade e necessidade por água. Ao mesmo tempo, que se produziam grãos, também havia abertura para a pecuária, depois da colheita, o gado era solto na palhada¹ para alimentar.

Foi um período de grande fartura², o otimismo prevaleceu entre os proprietários da época, o cultivo foi ganhando proporção a ponto de faltar mão-de-obra na colheita, um problema que foi

¹ Mistura de palha e de farelo, para dar aos animais.

² Grande quantidade; abundância para os produtores da época no município de Ituiutaba.

amenizado na busca de pessoas de outros estados e cidades, principalmente de nordestinos da Paraíba e Rio Grande do Norte³.

No final dos anos de 1960, uma crise na economia arroseira fez com que a produção passasse a diminuir e, paulatinamente, foi havendo dispensa de mão-de-obra no campo. A decadência do cultivo do arroz exigia outra atividade de custos reduzidos e menor número de mão-de-obra, portanto, a atividade da pecuária, que já era uma realidade na Microrregião, passou a ganhar a atenção dos produtores.

A partir da década de 1970, ocorreu a ruptura na economia regional (Triângulo Mineiro) até então, apoiada nas culturas de arroz e do milho. A política agrícola, voltada para exportação, intensificou-se, tendo como base a soja. Nesse sentido, o cerrado aparecia como a “solução” e um novo desafio foi criado no país: produzir em alta escala os grãos que viriam a tornar-se “ouro” nas próximas décadas.

Em Ituiutaba, área objeto deste estudo, alguns produtores abriram mão do cultivo do arroz – principal cultura da região – pela soja, na esperança de que programas governamentais de incentivo chegassem ao município, o que, porém, não se verificou em relação à agricultura, mas somente à pecuária. Por este motivo, além de outros fatores econômicos e políticos, a maioria dos produtores optou por substituir a rizicultura pela pecuária, que oferecia menos riscos e exigia menos gastos com mão-de-obra e investimentos em tecnologia. De acordo com o Censo Agropecuário – MG (1995/96), o município possuía 641 estabelecimentos familiares, o que correspondia 51% do total dos estabelecimentos.

Atualmente (2005), uma das atividades econômicas preponderantes do município de Ituiutaba é a pecuária leiteira, exercida, basicamente, por pequenos produtores, com mão-de-obra

³ Para maiores informações ver: SILVA, 1997.

centrada no trabalho familiar. Essa atividade ganhou força na década de 1970, quando Ituiutaba ampliou o rebanho bovino e, conseqüentemente, a produção leiteira.

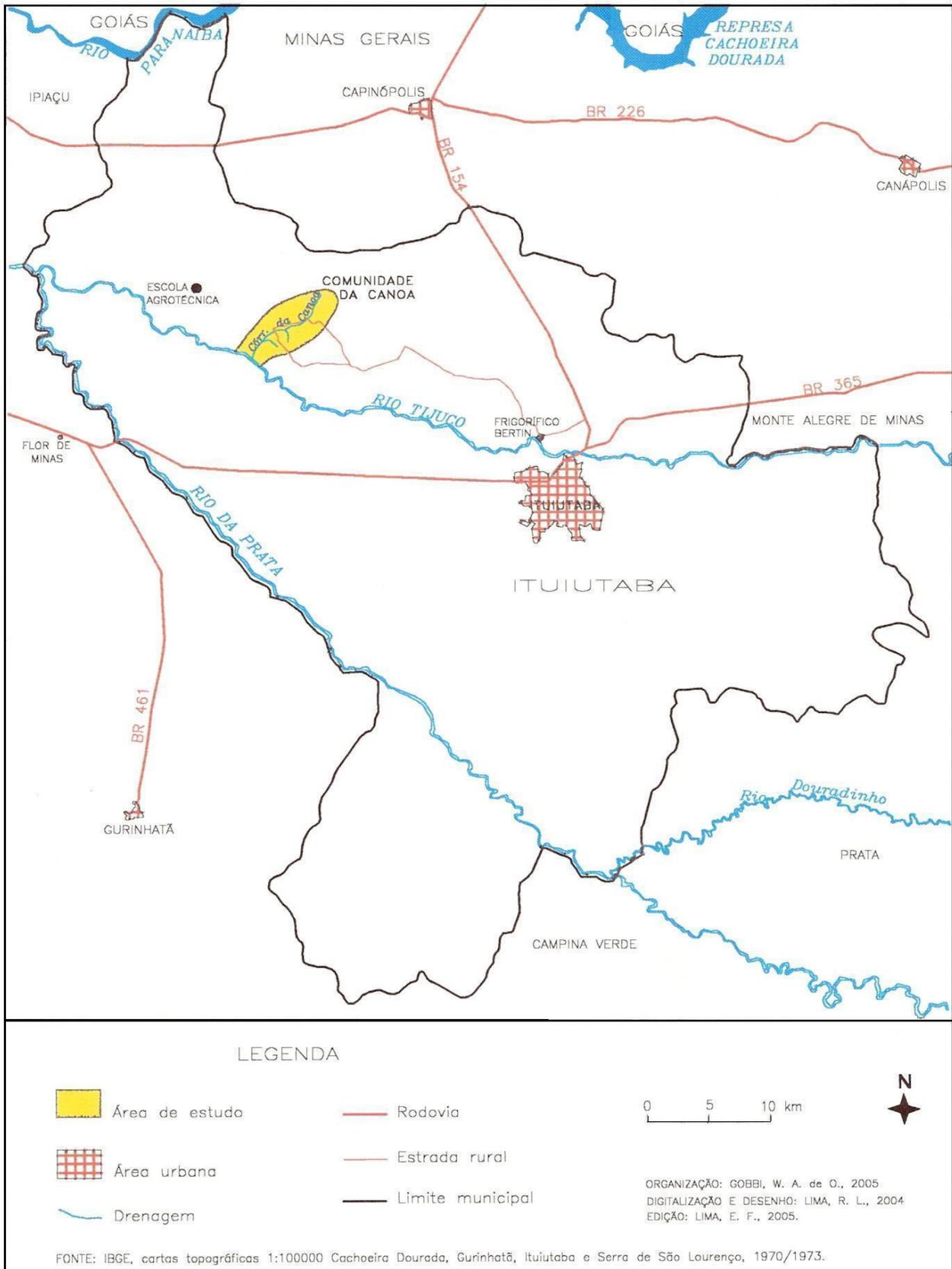
Assim, o objetivo deste trabalho é compreender as transformações ocorridas na produção de leite no município de Ituiutaba, a partir de 1970, especificamente, na Comunidade da Canoa, levando em conta as alterações nas relações de trabalho nas propriedades e nas relações entre produtores e indústrias.

As questões que norteiam o desenvolvimento do trabalho residem em investigar: Como se dá o processo de produção e comercialização do leite em Ituiutaba? Quais as transformações que sofreram a produção e a comercialização de leite no município de Ituiutaba? Como e por que elas ocorreram? Quais os aspectos considerados pelo produtor de leite para escolher a quem entregará sua produção? Por que entregar para a Cooperativa ou para as demais empresas do setor?

Nesse contexto, o trabalho busca integrar um estudo de caso, ou seja, a Comunidade da Canoa (Mapa 2), a uma realidade mais ampla e complexa, visto que se considera que os locais integram-se à economia global, por intermédio dos mercados, das relações de compra e venda. A Comunidade da Canoa dista, aproximadamente, 42 km da sede municipal. O acesso à área dá-se por estradas vicinais e pela BR-154, no sentido Ituiutaba – Capinópolis.

A rodovia que permite acesso à área encontra-se em boas condições de uso. Entretanto, as estradas vicinais de circulação interna encontram-se em condições precárias de uso. No período chuvoso (novembro a maio), principalmente, quando a chuva prolonga-se por mais de um dia, torna-se muito difícil, ou até mesmo inviável, o acesso a certas propriedades. De acordo com os produtores, nos dois últimos mandatos (1997-2000/2001-2004) do Governo Municipal, não foi aplicado investimento algum em infra-estrutura para toda a região.

COMUNIDADE DA CANOA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2005



O município de Ituiutaba (MG) compreende outras seis Comunidades rurais, que são: Comunidade do Córrego da Chácara; Comunidade da Matinha; Comunidade São Lourenço; Comunidade do Córrego do Açude; Comunidade Santa Rita; Comunidade São Vicente.

A Comunidade da Canoa (área de estudo), assim como as demais comunidades rurais do município de Ituiutaba, representa um resquício da agricultura brasileira. Essas comunidades rurais são compostas por pequenos proprietários/produtores, que produzem para o mercado e para o seu próprio consumo. Os produtores, com base em sua experiência profissional, procuram diversificar a produção no decorrer do ano. Assim, sempre envolvidos com algumas atividades em suas propriedades (plantio, colheita, limpeza de manutenção), cultivam um pouco de cada coisa em função de suas necessidades (milho, mandioca...) e do gado (milho, sorgo, cana-de-açúcar) para a alimentação do rebanho leiteiro.

Na Comunidade, os pequenos produtores utilizam a troca de dias de trabalho, especialmente, com os vizinhos (geralmente parentes). O trabalho na terra faz parte da história de suas vidas, não se resumindo a um simples negócio. O que causa maior polêmica, relacionada à pequena produção familiar de leite, são as peculiaridades nas relações de produção. Em um mundo, em que quase todas as relações de produção são capitalistas, as que não o são tornam-se uma incógnita.

A escolha dessa Comunidade está relacionada a critérios pré-estabelecidos, que foram confirmados a partir de dados preliminares levantados, como o predomínio de pequenas propriedades, o proprietário sendo um trabalhador, a utilização do trabalho temporário, o não emprego de trabalhadores em regime fixo e produtores que produzem o ano todo.

A preocupação com a busca da racionalidade da Comunidade da Canoa, que também reflete a realidade de outras Comunidades no município, resguardando as peculiaridades próprias de produção/reprodução, desencadeou a elaboração de um problema que exigiu caminhos

sistematizados de análise, constituindo uma investigação científica. A pretensão não é buscar soluções para as diferentes situações que circundam a pequena produção familiar de leite, mas procurar apresentar uma visão mais clara desse contexto tão específico, sobre cujo futuro há tantas incertezas.

Para melhor entender as condições socioeconômicas da produção/reprodução da pequena produção familiar de leite em Ituiutaba, procuramos, primeiramente, definir o local que representaria o estudo de caso. Com base em um conhecimento prévio sobre a pecuária de leite no Brasil e, particularmente, sobre as peculiaridades da pecuária leiteira mineira e em Ituiutaba, buscamos definir a amostra.

O levantamento de dados quantitativos foi feito na Secretária de Fazenda e Pecuária Municipal, EMATER- Ituiutaba, elaborando a delimitação geográfica da área em estudo e o levantamento de número de propriedades, identificação dos possíveis moradores que compõem a Comunidade da Canoa. A preocupação principal assentou-se na busca de uma Comunidade Rural que tornasse possível a percepção das peculiaridades de pequena produção de leite, no município de Ituiutaba.

A definição da amostra de produtores fundamenta nas informações obtidas nos órgãos e instituições contactadas, em que se constatou a existência de 24 pequenas propriedades. O instrumento básico de coleta de dados foi o roteiro de entrevista, contendo informações no âmbito socioeconômico, como condição do produtor, produção, comercialização, força de trabalho, tecnologia, assistência técnica, financiamento e organização dos produtores.

As falas dos entrevistados foram respeitadas. De acordo com Whitaker (2002, p. 115):

[...] como respeitar a fala do entrevistado? Quando o entrevistado pertence às classes privilegiadas, o problema não se coloca. como num passe de mágica, a transcrição se transubstancia em discurso coerente, sempre reproduzido em ortografia correta, como se os falantes jamais cometessem hesitações ou deslizes fonéticos. Quando o entrevistado pertence a camadas outras, sob pretexto de

respeitar-lhe a cultura, cometem-se barbaridades do ponto de vista ortográfico, confundindo-se ortografia com fonética.

Portanto, de acordo com a autora, torna-se claro que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fiel. Assim, se o entrevistado comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzir em qualquer transcrição, “até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los”. (WHITAKER, 2002, p. 116).

Para realização da pesquisa de campo, foram elaborados quatro roteiros de entrevista diferentes, um destinado aos pequenos produtores de leite (Anexo A), presidente da Comunidade (Anexo B), para os filhos dos produtores (Anexo C) e para as empresas/laticínios (Anexo D). Não podemos deixar de salientar a importância das diversas conversas com pessoas específicas, que proporcionaram uma visão ampla da situação do município. Dentre as pessoas entrevistadas, cabe destacar a contribuição do Técnico da EMATER-Ituiutaba, Lucas Bonon, por mostrar um quadro geral sobre a situação atual das Comunidades. Foram ainda, de importância fundamental as entrevistas com o presidente da Comunidade da Canoa, Sr. Valmir Alvares de Faria, com a primeira secretária Ana Lú Alves e a segunda secretária Rivanda Maria Tomas Silva, por disponibilizarem documentos e por terem nos acompanhado durante as visitas a diversos locais da Comunidade.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira, no período de 07 a 10 de fevereiro de 2005. Nessa etapa, foram feitas as entrevistas com o Presidente da Comunidade, pequenos produtores de leite, filhos dos produtores e com as empresas (Laticínios: Canto de Minas, Guadalupe, Coopontal e Nestlé). Na fase seguinte (26/02/2005), realizamos as entrevistas

e coletamos a documentação da tradicional Pamonhada⁴ da Comunidade, de que todos os moradores participam.

Com relação ao critério de escolha para a classificação dos produtores em pequenos, médios e grandes, adotamos o critério dos Laticínios Canto de Minas e Guadalupe, que a organizam por produção/dia, ou seja, pequeno de 0 a 200 litros/dia; médio de 201 a 500 litros/dia e grande acima de 500 litros/dia. Essa escolha deu-se em decorrência do maior número de produtores da comunidade, que entregam leite a essas empresas.

As entrevistas foram realizadas em 24 propriedades, sendo que, em duas delas, havia mais de uma família, além daquela do proprietário, “morando de favor”⁵ e utilizando apenas o quintal para pomar e horta. Essas famílias também foram entrevistadas, e constam, como outros, da classificação, dando um total de 26 entrevistados.

Os resultados obtidos permitiram elaborar um quadro que mostrou, por meio da análise dos dados estatísticos, pesquisa de campo e referencial teórico, parte da realidade atual dos pequenos produtores de leite da Comunidade da Canoa, face às mudanças ocorridas.

A dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. No primeiro capítulo, fizemos uma caracterização da pecuária leiteira no Brasil, a partir de uma retrospectiva histórica. Mostramos, também, a importância do leite no Brasil, bem como, as características da produção leiteira brasileira e suas principais bacias leiteiras e, ainda, as principais indústrias de leite no Brasil.

⁴ Pamonhada é uma reunião anual na sede da comunidade, que ocorre há 8 anos, entre os meses de fevereiro e março, dependendo do amadurecimento do milho, em que as pessoas da Comunidade da Canoa, (homens, mulheres, crianças, jovens e idosos) se reúnem para fazer as pamonhas e, depois, comer juntos. Pamonha, espécie de bolo feito de milho verde, manteiga, canela e açúcar, cozido em tubos das folhas do próprio milho, atados nas extremidades.

⁵ Morar de favor, ter residência, residir num local onde não paga aluguel. Empréstimo do local para morar sem pagar nada por isso. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1158).

No segundo capítulo, procuramos analisar a atuação do Estado nas transformações ocorridas na pecuária leiteira brasileira, procurando, ainda, situá-la no contexto da modernização da agricultura, destacar os impactos da granelização da produção de leite e as importações de leite e seus reflexos para a cadeia produtiva no Brasil.

No terceiro capítulo, situamos a pecuária leiteira no contexto da agricultura familiar. Para tanto, retomamos a discussão sobre a agricultura familiar no Brasil, desde a formação da pequena produção até a importância da agricultura familiar no pós 1990. Também foi destaque a importância da agricultura familiar e da pecuária leiteira em Ituiutaba (MG) e na Comunidade da Canoa, e a situação dos laticínios diante das transformações ocorridas.

No quarto capítulo, procuramos mostrar as informações obtidas na pesquisa de campo, que teve como principal instrumento o roteiro de entrevistas. De forma sistematizada, abordamos as características dos produtores de leite da Comunidade da Canoa, destacando suas formas de acesso à propriedade, o uso da terra, a infra-estrutura das propriedades e a assistência técnica, bem como as relações de trabalho do grupo familiar e parte da cultura e vivência entre os moradores.

No quinto capítulo, mostramos através de informações obtidas na pesquisa de campo, como se dá o processo de produção e comercialização do leite e sua relação com os problemas enfrentados pelos produtores e o que fazer para permanecerem na atividade, como é a renda familiar, e destacar a participação dos produtores no sindicato e associação, além da importância das aposentadorias como complementação da renda familiar.

1 – A PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL: uma caracterização

1.1 – A pecuária leiteira no Brasil: uma retrospectiva histórica

Nos primeiros anos da colonização, os portugueses introduziram o gado bovino no Brasil. Alguns fatores naturais, como as planícies, os cerrados e o clima, ajudaram no aperfeiçoamento dessa atividade no decorrer dos anos, não só do gado de corte, mas também do gado leiteiro. A penetração do gado no Brasil

[...] foi feita a partir de três pontos: Bahia e Pernambuco, no Nordeste, e São Vicente, na costa paulista. Até meados do século XIX, constituíram-se no Brasil três zonas principais de criação: o sertão do Nordeste; o sul de Minas Gerais; a planícies e planaltos do Sul. (VALVERDE, 1985, p.195).

A primeira zona principal de criação foi o Sertão do Nordeste. É a mais antiga, mais extensa e mais importante das regiões pastoris do Brasil colonial. Abastecia de carne toda a faixa litorânea, desde a Bahia até o Maranhão, e a região das Minas.

As primeiras cabeças de gado de Pernambuco, de acordo com Valverde (1985), foram trazidas por Duarte Coelho, na década de 1530, por época da implantação da sede de sua capitania, em Olinda. No Nordeste, as fazendas de criação de gado podem ser assim descritas:

segundo a Ordem Régia de 27 de dezembro de 1695, o padrão de uma fazenda de criação tinha três léguas de comprimento, medidas ao longo de um rio, e uma légua de largura, sendo meia para cada margem. Como não se construíram cercas, deixavam-se um espaço vazio de uma légua, entre as terras de uma fazenda e outra. (VALVERDE, 1985, p. 197).

Para Valverde (1985), o gado criado no Brasil de 1850 – 1875 (século XIX) foi trazido das ilhas portuguesas da costa ocidental da África - Madeira, Açores, Cabo Verde, ou do próprio

continente, isto é, de Portugal, e aqui se reproduziu à lei da natureza. Assim, teve origem o gado chamado “pé duro, crioulo ou curraleiro”, pequeno, magro e de chifres enormes.

O processo de criação era extremamente primitivo: os animais viviam soltos nos pastos brutos, tornando-se bois magros e musculosos. Os cuidados com o rebanho limitavam-se à cura das feridas, à queima periódica dos pastos, à defesa contra os animais selvagens (sobretudo onças) e à vigilância sobre o gado para este não ficar selvagem. A escassa produção de leite destinava-se ao consumo da fazenda ou à fabricação de um queijo artesanal, de tipo que se faz até hoje "queijo do sertão".

A produtividade das fazendas nordestinas era insignificante. Por ano, eram vendidas 250 a 300 cabeças, em média, das quais cerca da metade era perdida no caminho para o mercado. Após as longas caminhadas, os bois magros e cansados eram entregues ao abate imediato, nas cidades (VALVERDE, 1985).

A carne-seca ou charque teve sua fabricação iniciada no Ceará. Ali, difundiu-se no Vale do Parnaíba, cuja produção foi importante de 1776 – 1800. Desde então, as charqueadas do Sul do Brasil, especialmente as de Pelotas, suplantaram a produção das outras regiões brasileiras (VALVERDE, 1985).

Couros salgados, curtidos, solas e vaquetas⁶ eram os principais subprodutos da pecuária nordestina. A influência dessa atividade na estruturação regional foi decisiva. Foi em decorrência da pecuária que, em 1758, o Piauí tornou-se capitania emancipada. As secas sucessivas, ocorridas no século XVIII, levaram a pecuária nordestina à decadência (VALVERDE, 1985).

No sul de Minas Gerais, na comarca do Rio das Mortes, situada na bacia do alto Rio Grande, desenvolveu-se outra notável zona pastoril dos tempos coloniais. Sua paisagem natural

⁶ Couro delgado e macio, usado sobretudo para forros. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1753).

difere muito da do Nordeste: é um grande planalto ondulado, atravessado por alinhamentos montanhosos. O clima tropical é amenizado pelas altitudes; a pluviosidade é elevada; os rios são perenes. As estepes úmidas e os cerrados, interrompidos por cordões de matas ciliares, completam a vegetação (VALVERDE, 1985).

A pecuária teve início nessa região na mesma época da exploração do ouro. Em 1765, desciam a Serra da Mantiqueira as primeiras pontas de gado para abastecer a cidade do Rio de Janeiro. O abastecimento de São Paulo, com bois provenientes dessa região, deu início ao povoamento da faixa de Franca a Moji-Mirim. Ao descrever as fazendas de Minas Gerais, Valverde (1985, p. 198) assim se expressa:

A. de Saint-Hilaire deixou um valioso depoimento sobre a pecuária sul-mineira: as casas são melhores que as do Nordeste e providas de “leiteiras”, construções onde se fazia a ordenha e se fabricavam queijos. Os pastos eram divididos por cercas de pau-a-pique, valos ou muros de pedras empilhadas. Isto era apenas um dos indícios de que o gado aí merecia melhores cuidados.

Embora ainda se fizessem queimadas periódicas nos pastos, a fim de estimular a rebrota, a alimentação do gado era completada, misturando sal, ração e farelo. O gado era, por conseqüência, melhor e a capacidade das fazendas era mais elevada que no Nordeste. Eram criadas de 600 a 700 reses⁷ em duas léguas⁸ de terras. Apesar de empregar mão-de-obra escrava no sul de Minas, o fazendeiro e sua família participavam no trabalho diário.

A pecuária adquiriu importância excepcional e Minas Gerais constituiu-se no centro criador de mais alto nível na colônia. Ao descrever a pecuária em Minas Gerais, Prado Júnior (1998, p. 85) assim relata: “[...] particularmente a indústria de laticínios, que antes não se praticava no Brasil em escala comercial, torna-se notável. O queijo aí fabricado será famoso, e até hoje é o mais conhecido do país (o “queijo de Minas”).”

⁷ Cabeças de gado.

⁸ 1 légua corresponde a 6 quilômetros.

Já as campinas do sul do Brasil são também estepes úmidas, de relevo suave e águas abundantes. Os solos e os pastos naturais da Campanha Gaúcha são, porém, mais ricos que os do Planalto Meridional. A introdução do gado se fez, contudo, primeiramente, nos campos gerais desse planalto, e só no princípio do século XVII, no Rio Grande do Sul. O gado que povoou o planalto Meridional era o crioulo, levado de São Vicente; o da Campanha Gaúcha foi levado do Paraguai. Eram animais maiores, mais gordos e de pelagem escura, por isso, os gaúchos os chamavam de “gado fusco” (VALVERDE, 1985).

A mão-de-obra de uma estância era constituída de um capataz e alguns peões, todos mestiços e índios assalariados. Os vaqueiros constituíam uma população nômade, que se reunia duas vezes por ano, nos rodeios, para contar, inspecionar, marcar e castrar o gado.

Embora fosse essa região, sem dúvida alguma, a melhor área pastoril brasileira, deixava ainda muito a desejar, qualitativamente. O peso médio do gado gaúcho foi avaliado em nove arrobas, 50% menos produtivo de carne que o do Rio da Prata, (VALVERDE, 1985). Essa era, todavia, a principal produção. A de laticínios era insignificante, embora se comercializasse alguma manteiga, como subproduto sobressaíam: couro, chifres, unha e sebo.

As fazendas de criação do Brasil, vegetando numa economia quase fechada, em que a circulação monetária era insignificante, resistiram, por longo tempo, às inovações. É um fato hoje sabido que a divulgação de idéias e de técnicas novas ocorre da cidade para o campo. Como as áreas pastoris eram remotas, e seus contatos com os mercados urbanos eram raros, os progressos técnicos nas referidas áreas se processaram muito lentamente.

1.2 - A importância do leite no Brasil

O leite tem grande importância na sociedade, tanto pelo seu valor nutricional como pelo seu valor econômico. Por valor nutritivo, o leite é um produto essencial ao crescimento infantil e ao desenvolvimento na fase adolescente. Essa importância é, assim, reafirmada:

dentre os diversos produtos agrícolas, o leite é um dos mais importantes em todo o mundo. A atividade leiteira é exercida na maioria dos estabelecimentos agrícolas e, em muitos deles, com grande expressão econômica. Tal atividade possui grande importância econômica e social. (PEDROSO, 2001, p. 8).

Cabe, também, ressaltar que o leite é um componente alimentar essencial devido à sua composição de proteínas, vitaminas e sais minerais. É fundamental, em termos nutritivos, para enriquecer a dieta alimentar, que exerce importantes funções no crescimento, digestão, formação óssea e muscular, bem como na regularização do sistema nervoso.

No lado econômico, podemos destacar a importância do leite em relação a dois pontos básicos. O primeiro ponto refere-se à grande participação do leite no Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária nacional. Em 1998, a atividade leiteira correspondia a 11% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. Com relação ao emprego de mão-de-obra, verifica-se que a cadeia de leite gera 3,5 vezes mais empregos que a construção civil; 3,02 mais que a siderurgia; e 4,77 mais que a indústria automobilística (MAIA, 2001).

A produção de leite envolve vários setores da economia. De um lado, abrange agroindústrias produtoras de uma série de derivados lácteos industrializados, que utilizam o leite como matéria-prima básica, e, de outro, as indústrias de insumos e máquinas que são adquiridas pelos produtores de leite e indústrias de laticínios. Há, ainda, o setor informal, no qual é estabelecida uma relação direta de compra e venda entre consumidor e produtor. A diferença

entre o preço pago aos produtores pelas empresas e o preço pago pelos consumidores, pelo litro de leite, atua como fator de incentivo à comercialização direta de leite *in natura* e derivados.

Nesse contexto, o complexo leiteiro engloba produtores com exigências e necessidades distintas, que atuam em diversos níveis de produção, e possibilita a criação de empregos nas diversas funções que envolvem a atividade. O setor leiteiro destaca-se por gerar empregos diretos, em que estão envolvidas pessoas que lidam diretamente na produção do leite, e os indiretos, em que estão envolvidas pessoas mais relacionadas à atividade administrativa, ao armazenamento, ao transporte e à comercialização (GOMES, 1999). A manutenção e geração de empregos em um mercado globalizado e competitivo, que tende a eliminar mão-de-obra, indica a importância do setor leiteiro não só para o produtor, mas também para toda a sociedade.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de a atividade leiteira significar um fluxo de receita regular ao longo do ano. A produção de leite, independentemente do tamanho de sua produção e do número de produtores envolvidos, possui a vantagem de possibilitar uma alternativa segura de renda, mesmo para o agricultor que não tem, no setor leiteiro, sua principal atividade econômica. Portanto, o leite é importante no rendimento mensal do produtor.

A expansão ou retração da produção leiteira está relacionada às políticas econômicas adotadas. Ao analisar a conjuntura econômica brasileira, observam-se reduções da produção de leite no início dos anos 1980, em função da crise econômico-financeira ocorrida nesse período. Esse foi um período conturbado, cujos efeitos para o setor leiteiro foram de atraso tecnológico, baixa competitividade e perda de mercados. Dentre os fatores que causaram esta situação desfavorável, destacam-se: endividamento externo, déficit fiscal, inflação e redução de investimentos (SOUZA, 1999). Nos anos 1980, ocorreu a redução do programa de crédito rural subsidiado, menor disponibilidade de recursos financeiros e elevação da taxa de juros. Para Gomes (1999), mesmo com esse cenário adverso, a produção de leite brasileira continuou

crescendo, embora a taxas menores que na década anterior. Para o autor, além do aumento do rebanho, ganhos de produtividade também foram responsáveis por um crescimento mais intensivo da produção.

No final dos anos de 1980, começou a mudar o cenário para o setor leiteiro nacional. Entre 1986 e 1996, houve elevação do consumo brasileiro de leite e derivados decorrente do período de estabilização inflacionária e melhora da renda per capita, dos planos Cruzado e Real (SOUZA, 1999). A maior estabilidade da moeda e o aumento do poder de compra da população refletiram-se no aumento da demanda por lácteos. Outro fator a influenciar uma maior aquisição de leite foram quedas no preço desse produto. A maior aquisição de leite representou para o produtor um significativo incremento na sua receita mensal.

Na década de 1990, a produção de leite no Brasil cresceu 41% em termos lineares, passando de 14,5 bilhões de litros em 1990 para aproximadamente 23,2 bilhões em 2002. Nesse período, o Brasil passou a ser o sexto maior produtor mundial de leite, conforme quadro 1.

Hoje (2005), apesar de o Brasil ser o sexto maior produtor de leite no mundo, apresenta uma baixa produtividade em relação a outros países, o que pode ser creditado a uma distribuição assimétrica da produção, a qual tende a aumentar cada vez mais, via concentração da produção e das indústrias. Sua produção, em 2002, foi da ordem de 23,2 bilhões de litros, volume que representa 4,2% da produção mundial, que foi de 499,1 bilhões de litros (IBGE, 2002).

O mercado do leite sempre foi motivo de grande preocupação governamental, particularmente pela expressiva participação do produto e seus derivados na cesta básica. Até pouco tempo, o setor lácteo sofreu políticas de intervenção por parte do governo, que consistiam, basicamente, no controle de preços, impostos sobre comercialização e produção. Essas políticas tinham como objetivo principal reduzir a sazonalidade da produção via importações e eram utilizadas como instrumento de controle da inflação.

Quadro 1 – Maiores produtores de leite do mundo – 2002

País	Produção (bilhões de litros/ano)	População 2003* (milhares de habitantes)
Estados Unidos	77,0	294.043
Índia	36,5	1.000.654
Rússia	33,0	143.246
Alemanha	27,6	82.476
França	24,8	60.144
Brasil	23,2	178.470
Reino Unido	14,4	59.251
Nova Zelândia	13,9	3.875
Ucrânia	13,3	48.523
Polônia	12,2	38.587

Fonte: ANUALPEC(2002)

Org.GOBBI, W.A. de O./2004

População. Disponível em: <<http://cyberschoolbus.un.org/infonation3/menu/advanced.asp> > Acesso em: 23 nov. 2005.

* Foram utilizados dados de população referentes ao ano de 2003 por não estarem disponíveis na fonte consultada (base de dados da ONU contida em sua página na internet) os dados relativos ao ano de 2002.

Entretanto a política de tabelamento imposta pelo governo, no período de 1945 a 1991, trouxe sérios prejuízos para a atividade, pois, ao invés de estimular a modernização do setor, inibiu os investimentos e expulsou capitais e empresários da atividade, além de deixar o setor dependente das importações. Essa política só foi acabar com a abertura comercial em 1991, no início do Governo Collor (1990 - 1992).

Mas a década de 1990 marcou o setor de laticínios com significativas transformações. A abertura comercial em 1991, associada à liberalização do preço do leite e à instalação do Mercosul (Mercado Comum do Sul), modificou a estrutura de todo o setor, trazendo modernização e concorrência. Com a globalização e os países abrindo seus mercados ao exterior, houve a necessidade de a economia brasileira também se internacionalizar. Além disso, em 1994, o Plano Real e a estabilização proporcionada por este provocaram mudanças nos hábitos dos consumidores e nas relações produtor-indústria.

Portanto, pode-se observar que o setor leiteiro mostra um comportamento representativo da economia brasileira, tanto na década de 1980, quando as políticas econômicas estavam voltadas para o controle da inflação, quanto na década de 1990, em que o setor passou por sérias mudanças estruturais decorrentes de fatores tais como: abertura econômica via globalização e Mercosul, estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real e fim do tabelamento de preço.

A liberação do mercado trouxe competitividade, e a busca pela eficiência e qualidade tornou-se a principal meta das indústrias e dos produtores. Se antes tudo girava em torno da produção, agora, tudo gira em torno do consumidor, conforme expressa Sr. Marcelo Bernardes Carvalho⁹,

"O mercado passa a ditar as regras. Na aquisição de matéria-prima as empresas passaram a disputar produtos visando melhorar seu mix de custos e qualidade do produto."

Assim, constata-se que, pelo lado da venda de produtos finais, estratégias como segmentação do mercado consumidor, diferenciação de produtos e campanhas promocionais de identificação de marcas foram os principais instrumentos utilizados pelas empresas para penetrar no mercado, agora, muito mais competitivo.

Não se pode negar que a presença do livre mercado é um fator que seleciona os produtores mais eficientes, mediante melhor remuneração para seu produto. O pagamento diferenciado, seja ele por quantidade ou por qualidade do produto, tende a criar uma situação distinta para todos os produtores. Nesse sentido, Rocha (2002, p. 4) afirmou que

diante desta nova realidade, o setor leiteiro é obrigado a repensar suas estruturas e mecanismos de funcionamento, não havendo lugar para produtores com baixa produtividade, altos custos, pouca tecnologia, e sem eficiência. Isto leva a um

⁹ Diretor Presidente da Cooperativa e do Laticínio Coopontal de Ituiutaba. Entrevista realizada em agosto de 2003.

sério problema: o crescente mercado informal, que está relacionado ao processo de modernização do setor produtivo, que exclui aqueles que não conseguem se modernizar e atender às exigências de qualidade das grandes indústrias laticinistas e das multinacionais, passando a atuar no mercado informal.

Ainda com relação ao mercado informal, de acordo com Maia (2001), este praticamente não é fiscalizado, nem quanto ao recolhimento de impostos, nem quanto ao controle de qualidade. O mercado informal vem crescendo muito mais do que o formal. Em 1987, tinham-se 77% do leite produzido sob inspeção e, em 1997, constataram-se apenas 54%.

A estabilidade de preços veio com o Plano Real e permitiu aos residentes do país um aumento do poder aquisitivo. O consumidor adquiriu novos hábitos e preferências, passou a ser mais exigente e a reivindicar qualidade a preços acessíveis. Um bom exemplo está no aumento do consumo de leite no país: o brasileiro passou seu consumo de 106,3 litros/habitante/ano, em 1990, para 135,9 litros/habitante/ano em 1997, que, mesmo assim, é considerado baixo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. Para essa organização, o consumo ideal seria de 215 litros/habitante/ano (MAIA, 2001).

Outro fator relacionado aos hábitos dos consumidores está associado ao aumento significativo no consumo de produtos diet e light, o que retrata bem um novo perfil do consumidor, preocupado com sua saúde e alimentação.

Para atender a esse mercado, mais consciente e exigente, as empresas foram obrigadas a modernizar-se, diversificar seus produtos e melhorar a qualidade deles. Paralelamente, com o mercado mais competitivo e a concorrência mais globalizada, o preço passou a ser determinado pelas forças de oferta e procura. Tal fato forçou as indústrias do setor a reduzir seus custos sem pecar na qualidade (se é que isto, de fato, é possível).

Outra mudança importante no mercado brasileiro de leite, nos anos 1990, foi a grande expansão do consumo de leite longa vida em detrimento do leite pasteurizado. O leite longa vida,

ou UHT (*ultra high temperature*), foi considerado como um grande avanço, tanto no aspecto econômico quanto no comercial. Antes, o leite fluido era comercializado apenas regionalmente e, agora, com o UHT, as barreiras de tempo e geográficas foram vencidas. Além disso, o UHT possui vantagens competitivas como qualidade e preço.

As primeiras transformações trazidas pelo UHT foram o deslocamento da produção (principalmente para a região do cerrado) e a quebra do equilíbrio das bacias leiteiras. A seguir, o UHT passou a ser o regulador do mercado de leite, em vez do leite em pó; os supermercados aumentaram sua participação na distribuição, tomando lugar das padarias e comportando-se como uma barreira de mercado, devido ao poder de barganha frente às indústrias do setor; foi incentivada e facilitada a entrada de multinacionais no país, trazendo consigo todo um processo de globalização e competição para a cadeia do leite.

Em face dessas mudanças, o cenário para médio e longo prazo prevê uma drástica redução do número de produtores, com a exclusão daqueles que não conseguirem operar em economia de escala. Na visão do Sr. Walter Eurípedes de Oliveira¹⁰,

"hoje, o pequeno produtor de leite trabalha para pagar as dívidas e nada mais. É um sobrevivente na atividade, não mais um empresário rural, não tendo condições de investir em suas fazendas para que possa ser mais eficiente."

Um expressivo contingente de pequenos produtores já ficou fora do mercado formal do leite. Paira um grande dilema sobre o futuro deles, que acabam engrossando o mercado informal de leite no país.

¹⁰ Pequeno produtor rural de leite em Ituiutaba. Entrevista realizada em agosto de 2003.

1.3 – As características da produção leiteira

De acordo com o Censo Agropecuário de 1996, do total de 4.859.865 estabelecimentos agropecuários do Brasil, 1.810.041 dedicavam-se, ao menos em parte, à pecuária leiteira. É importante destacar que esse número aglutina todos os produtores, ou seja, os produtores comerciais e aqueles que têm uma ou duas vacas, apenas para subsistência.

Considerando a extensão territorial, as condições de solo e clima e a população do país, percebe-se que sua produção e produtividade ainda são muito modestas, notadamente quando comparadas às dos países desenvolvidos (em 2002), conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2 – Produção, produtividade de leite de países desenvolvidos - 2002

PAÍSES	Produção em Litros (bilhões)	Produtividade (kg / vaca/ ano)
EUA	77,0	8.226
Rússia	33,0	-
Alemanha	27,6	6.187
França	24,8	3.858

Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

De acordo com os dados do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (2003), em 2002, a produção de leite das América foi de 140,6 bilhões de litros. Esse volume representou cerca de 28,2% do total mundial. Os países que lideraram a produção estão representados no quadro 3.

Quadro 3 – Participação dos países na produção de leite das Américas – 2002

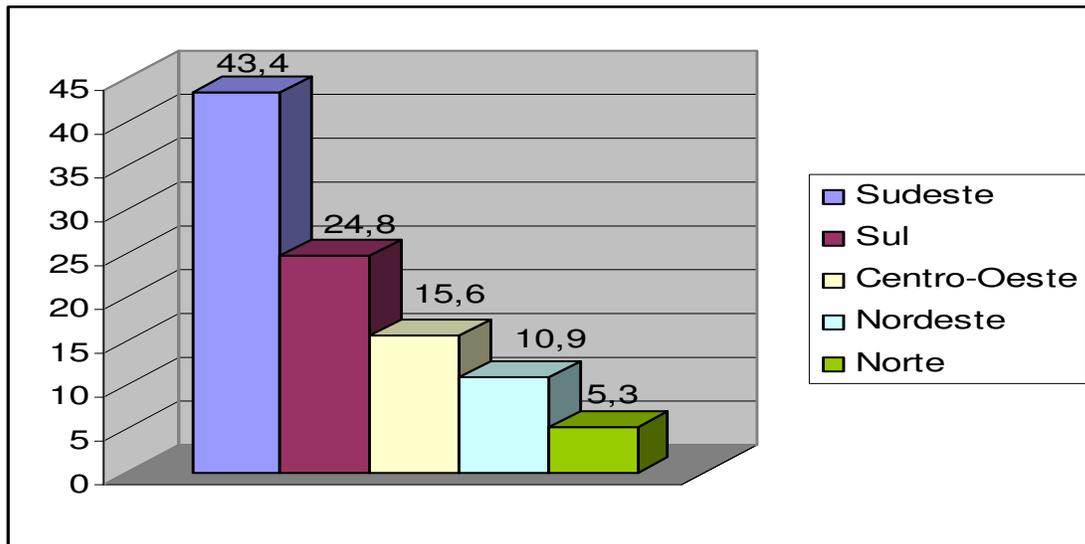
PAÍSES	Participação (%)
EUA	53,4
Brasil	15,0
México	6,8
Argentina	5,8
Canadá	5,8
Colômbia	4,1
Demais países	9,1

Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Se considerada somente a produção dos países que fazem parte do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), a participação brasileira representa 67,9% do total.

De acordo com a figura 1, em 2000, a produção nacional de leite regionalizada teve a seguinte distribuição.

Figura 1 – Produção nacional de leite por regiões brasileiras (%) - 2000

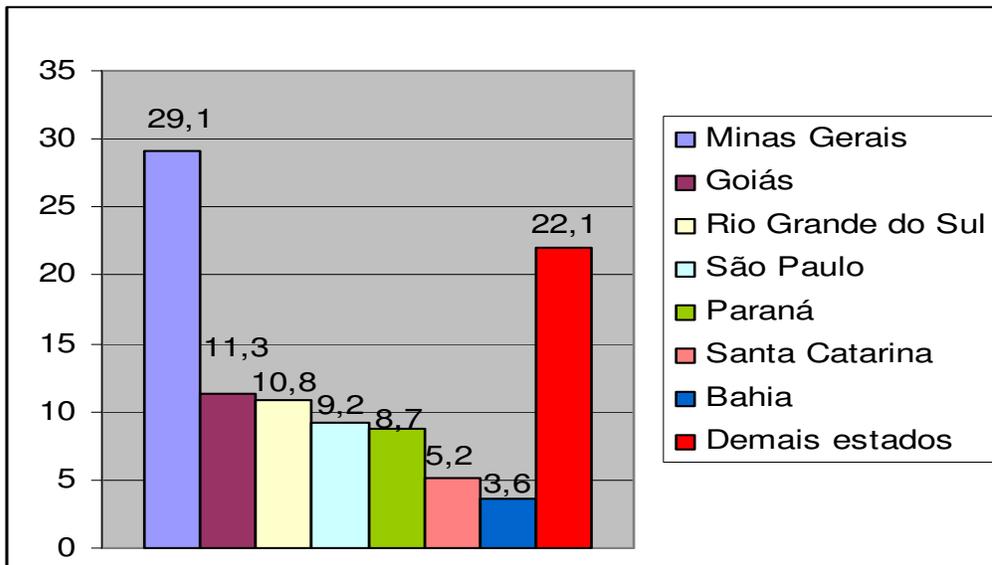
Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Conforme figura 2, a produção por estados, em 2001, apresentou a seguinte concentração: Minas Gerais com 29,1%; Goiás - 11,3%; Rio Grande do Sul - 10,8%; São Paulo - 9,2%; Paraná - 8,7%; Santa Catarina - 5,2%; Bahia - 3,6%, e demais estados - 22,1%.

O volume de leite utilizado para a determinação da participação de cada estado é o total produzido pelo Brasil em 2001, que foi da ordem de 20,5 bilhões de litros. Por outro lado, de acordo com o Ministério da Agricultura, o leite recebido pelos laticínios que operam sob Inspeção Federal, no mesmo ano, foi de apenas 13,2 bilhões de litros, ou seja, 64,4% do total. Isso demonstra que os demais 35,6% da produção são destinados ao mercado informal e autoconsumo, sem a fiscalização do Ministério (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS, 2003).

Figura 2 - Produção de leite por estados brasileiros (%) – 2001



Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

A produção de leite de Minas Gerais é a mais expressiva do país, e muitos fatores colaboram para essa supremacia absoluta. Dentre os mais importantes, merecem destaque as boas condições de clima e solo, a localização geográfica estratégica em relação aos grandes centros consumidores e a tradição e experiência na exploração pecuária.

Em termos de volume, em 2001, a produção mineira foi de 5,9 bilhões de litros, o que representa 29,0% do total nacional. As regiões do estado com maior liderança na produção de leite, em 2000, foram: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - 23,4%; Sul/Sudeste - 18,0%; Zona da Mata - 10,5%; Oeste de Minas - 9,2%; Central Mineira - 8,9%; Região Metropolitana de Belo Horizonte - 8,7%; Vale do Rio Doce - 7,2%, cabendo às demais regiões os outros 14,1% (Tabela 1). O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba lidera a produção no estado, porém possui o maior número de vacas ordenhadas e uma produtividade de apenas 1.162 kg/vaca/ano, a terceira pior entre as regiões, que indica a prevalência de raças mistas utilizadas na produção.

Quando se analisa a produção brasileira, em conformidade com as faixas de produção, concluímos que os pequenos produtores precisam de uma transformação radical, se quiserem permanecer nessa atividade. Considerando as regiões, esse percentual é o seguinte (Quadro 4):

Quadro 4 – Produtores com mais de 50 litros de leite /dia por regiões brasileiras (%) – 1996

Regiões	Participação (%)
Centro-Oeste	27,4
Sudeste	26,9
Norte	9,1
Sul	7,1
Nordeste	4,1

Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Em 1999, os dados de algumas empresas localizadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo mostram uma evolução significativa no percentual de produtores que produziram mais de 50 litros de leite/dia, assim distribuídos: (Quadro 5).

Tabela 1 - Minas Gerais, produção de leite, vacas ordenhadas, produtividade e participação por Mesorregião – 1991/ 2000

Mesorregiões	Produção (milhões de litros)		Participação na produção %		Vacas ordenhadas *				Produtividade Mesorregiões (kg/vaca/ano)	
	1991	2000	1991*	2000*	Mil cabeças		Participação (%)		1991	2000
					1991	2000	1991	2000		
Triângulo Mineiro/Alto Paranáíba	953	1.314	23,3	23,4	1.324	1.131	29,4	27,6	720	1.162
Sul/Sudeste	840	1.008	20,5	18,0	682	644	15,1	15,7	1.232	1.565
Zona da Mata	532	588	13,0	10,5	446	403	9,9	9,8	1.193	1.459
Oeste de Minas	293	514	7,2	9,2	292	296	6,5	7,2	1.003	1.735
Central Mineira	250	500	6,1	8,9	250	301	5,5	7,3	1.001	1.661
Metropolitana de B.Horizonte	299	489	7,3	8,7	285	267	6,3	6,5	1.049	1.829
Vale do Rio Doce	352	401	8,6	7,2	460	401	10,2	9,8	766	1.001
Nordeste de Minas	159	307	3,9	5,5	260	221	5,8	5,4	611	1.389
Campos das Vertentes	238	259	5,8	4,6	155	140	3,4	3,4	1.533	1.855
Norte de Minas	175	225	4,3	4,0	354	300	7,8	7,3	495	750
TOTAL	4.091	5.605	100,0	100,0	4.507	4.104	100,0	100,0	908	1.366

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal – 1993; SEBRAE-MG - Projeto Sistema Agroindustrial do Leite; ANUALPEC 2001 - Anuário da Pecuária Brasileira/FNP consultoria & comérciooileira

* Estimativa do INDI com base na produção e na produtividade

Quadro 5 – Produtores com mais de 50 litros de leite /dia de empresas localizadas em MG /RJ /SP (%) - 1999

Empresas	Participação (%)
Itambé	59,6
CASMIL*	54,7
Cooperativa Vale do Paraíba	45,2
Cooperativa de Santa Rita do Sapucaí	35,7
Cooperativa de São José dos Campos	38,2

Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro Ltda.

Nos últimos três anos (2002 - 2005), algumas empresas conseguiram um progresso significativo na produção diária de seus produtores, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6 – Produção média diária /litros de leite por produtor - 2002

Empresas	Produção /média diária (L)
Nestlé	587
Ipisa	442
Itambé	334
Danone	302
Parmalat	206
CCL	187

Fonte: INDI, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

1.4 - As bacias leiteiras no Brasil

As bacias leiteiras tornaram-se referência para o entendimento da complexidade das relações estruturais que permeiam essa atividade econômica. O nível tecnológico, a especificidade da agropecuária, como tipos de rebanhos, produtores, cooperativas, o aparato gerencial, a forma de comercialização e o predomínio de um modo de integração tornaram-se os

principais fatores de diferenciação tecnológica e organizacional entre as bacias leiteiras nacionais.

No começo da década de 1970, o governo passou a reprimir os preços pagos aos produtores, visando evitar a superoferta do leite *in natura*. Assim, as bacias tradicionais de Minas Gerais e São Paulo foram prejudicadas. O reflexo foi a estagnação da produção no período de 1970 a 1973. A produção interna não era suficiente para atender à demanda nacional. Em 1974, o governo federal teve de importar vários produtos, como carne, leite, trigo, milho e outros. No caso do leite, mesmo com a ampliação das bacias leiteiras do interior paulista, principalmente a do Vale do Paraíba e de Ribeirão Preto, a importação era necessária (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002).

Em 1974, houve uma alteração na política governamental láctea. Os preços pagos aos produtores, para estimular a produção, aumentaram, bem como os subsídios para o transporte das bacias leiteiras até as capitais, ou seja, os grandes centros consumidores. Para regularizar o abastecimento, devido ao desequilíbrio entre os períodos de safra e entressafra, foi adotada uma política de importação de leite em pó, para a normalização no abastecimento dos grandes centros entre 1974/1975. Assim, em 1976, o governo não manteve os preços reais para os produtores e os valores começaram a cair (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002).

No decorrer da década de 1970, não houve o desenvolvimento esperado na pecuária das principais bacias leiteiras produtivas. A produção de leite continuou apresentando baixos níveis de produtividade, tornando-se subproduto da pecuária de corte, em razão do achatamento dos preços do leite realizado pelo governo, por meio de política discriminatória de preços e também pelo desinteresse das indústrias em favorecer a modernização do produtor, pois buscavam matéria-prima mais barata por intermédio da expansão geográfica do mercado de leite *in natura*

em postos de captação. Assim, o progresso tecnológico e o aumento da margem de lucro ocorreram apenas para os produtores de leite tipo B (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002).

Para Paulillo; Herrera; Costa (2002), a especialização da atividade de extração leiteira concentrava-se, principalmente, no Sudeste. Entretanto, verificava-se maior crescimento do rebanho bovino nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. Esse crescimento não foi fruto da adoção de nova tecnologia, foi decorrente de programas governamentais de créditos específicos para determinadas regiões. Tais programas foram iniciados na década de 1970, dentre os quais, destacam-se: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA-, Conselho de Desenvolvimento da Pecuária – CONDEPE-, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO- e outros, além de incentivos fiscais da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE-. No início da década de 1990, na visão de Paulillo (1991, p. 12),

a evolução do rebanho bovino tem sido maior em regiões que ainda possuem terras a serem exploradas como no Norte e Centro-Oeste, tendo a atividade bovina, seja para corte ou leite, crescido em função da incorporação de novas áreas de pastagens, e não devido à modernização e incorporação de novas tecnologias; à medida que uma região se desenvolve, a agricultura também se desenvolve, ocupando áreas de pastagens e deslocando a pecuária para terras mais afastadas.

De acordo com os autores Paulillo; Herrera; Costa (2002), foi no final do século XX que a desregulamentação a abertura do mercado lácteo brasileiro e a intensificação das inovações tecnológicas iniciaram um processo de modificações estruturais profundas na organização da produção leiteira brasileira. Esse movimento foi mais significativo, porque o Estado começou a sofrer uma crise fiscal e política que resultou na transformação do padrão de regulação agropecuária nacional.

O modo de regulação estatal, anteriormente estabelecido, não se sustentou e permitiu o surgimento da auto-regulação em cada complexo agroindustrial constituído no país. Devido a esses fenômenos, o processo de reestruturação agroindustrial lácteo estabeleceu-se no início de 1990, trazendo impactos relevantes para o desenvolvimento das bacias leiteiras regionais.

É importante mostrar que as políticas públicas, voltadas para o complexo agroindustrial do leite brasileiro e suas bacias produtivas, não foram suficientes para resolver o problema da segurança alimentar nacional.

Com a auto-regulação láctea, motivada pela crise fiscal do Estado, a abertura e a desregulamentação do mercado nacional, as bacias produtivas mais tradicionais sofreram impactos negativos, como a exclusão e a marginalização de pecuaristas, cooperativas e pequenas usinas de beneficiamento. Esse processo também atingiu a população carente, já que a ausência de políticas públicas específicas para as bacias leiteiras impediu a criação de programas sociais regulares orientados à segurança alimentar dessas regiões produtivas.

No quadro 7 é apresentada uma caracterização da heterogeneidade estrutural e tecnologia láctea brasileira mais abrangente. Estas distinções entre as grandes regiões do país referem-se ao abastecimento do produto, à presença de plantas industriais e de cooperativas, à dependência de importações de leite em pó, para abastecer o mercado da grande região, e ao nível de modernização da pecuária.

Quadro 7 – Caracterização da heterogeneidade estrutural e regional da produção láctea nas grandes regiões do país - 2002

Nordeste	Sudeste	Sul
<ul style="list-style-type: none"> - Leite em pó: abastecido por plantas industriais do sul da Bahia, cuja produção foi estimulada pelas atividades da Nestlé, da Glória e da Itambé. - Leite fluido: pouco importante, o abastecimento cabe a firmas locais e regionais que recebem leite de produtores com a menor produtividade do País – 1,3 l/vaca/dia. - O mercado dessa região revela forte dependência de importações externas e internas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior mercado consumidor: concentra tanto a produção pecuária como a industrial. - Plantas industriais e equipamentos varejistas mais moderno do País. - Região mais vulnerável, com heterogeneidade tecnológica e organizacional mais elevada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado regional em expansão. - Apresenta o maior consumo per capita de produtos lácteos do País. - Modernização constante, por meio de investimentos em todo o complexo. - Papel importante de Cooperativas agroindustriais verticalmente integradas.

Fonte: Paulillo; Herrera; Costa (2002, p. 175)

Dentre as grandes regiões produtoras, o Sudeste ocupa papel principal, mesmo antes de 1960, quando teve início o processo de constituição do complexo agroindustrial lácteo. Essa região, que é a maior produtora de leite do Brasil até hoje, manteve o maior efetivo de rebanho do país até 1985. Entre 1970 e 1999, sua produção cresceu cerca de 98%. Minas Gerais e São Paulo sempre foram os maiores produtores, sendo que a produção mineira superou em três vezes a paulista ao longo dos anos de 1990 (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002).

No estado de Minas Gerais, a produção de leite tem raízes históricas e, geralmente, as propriedades rurais são passadas de geração em geração. Dessa forma, até os sistemas de produção de leite são repassados de pais para filho, o que, de certa forma, impede a absorção de modos de manejo e de ordenha modernos. Em Minas Gerais, verifica-se que a manutenção da propriedade pela família também se deve à valorização da terra, ou seja, esta funciona como

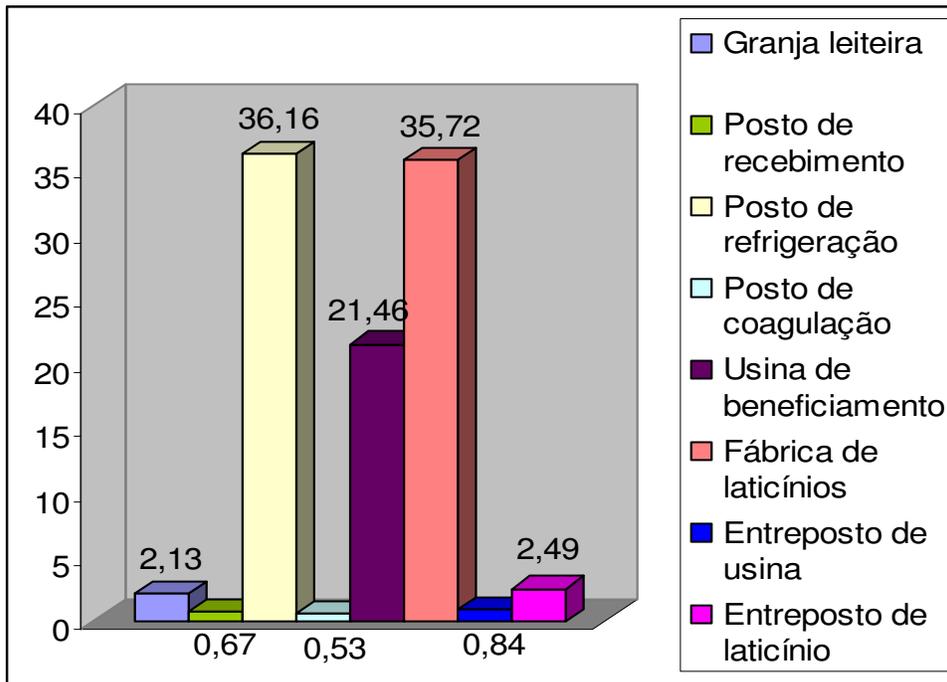
reserva de valor, como fator de produção, o que acaba se tornando um obstáculo à maior produtividades da terra.

Minas Gerais, o estado mais relevante na produção do Sudeste do Brasil, abrange bacias lácteas muito tradicionais, porém, o processo de marginalização de boa parte de sua pecuária, que sofre os impactos da abertura comercial, da desregulamentação e das novas exigências promovidas pelos grandes grupos industriais, tem alterado o aspecto estrutural lácteo mineiro: é que sua produção está sendo transferida para o cerrado, o que justifica parte do significativo crescimento da produção e da produtividade na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, onde se encontra o município de Ituiutaba (área de estudo).

1.5 – As principais indústrias de leite no Brasil

De acordo com os registros do Ministério da Agricultura, em abril de 1997, o Brasil possuía cerca de 2.251 estabelecimentos de laticínios, assim distribuídos de acordo com a figura 3.

Em 1999, o número total de estabelecimentos era de 2.043 e em 2001, 2.017, o que representa uma queda de 9,24% e 10,40% em relação a 1997, respectivamente (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2000).

Figura 3 - Estabelecimentos de laticínios brasileiros (%) – 1997

Fonte: Ministério da Agricultura, 1997.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Em maior ou menor escala, os estabelecimentos estão presentes em todas as unidades da federação. Entretanto a maior concentração verifica-se nos estados onde a produção de leite e o consumo de laticínios são mais desenvolvidos (Quadro 8).

Quadro 8 – Participação dos estados no total de estabelecimentos de laticínios (%) – 2001

Estados	Participação no total de estabelecimentos de laticínios do país (%)
Minas Gerais	34,16
São Paulo	13,93
Goiás	10,16
Paraná	8,03
Rio Grande do Sul	5,95
Rio de Janeiro	3,52

Fonte: INDI, 2001.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Com relação a Minas Gerais, conforme os dados do Ministério da Agricultura (2003), os 689 estabelecimentos de laticínios do estado, em 2001, apresentavam as seguintes configurações de acordo com o quadro 9.

Quadro 9 – Minas Gerais: número de estabelecimentos de laticínios por configuração - 2001

Tipo	Número
Fábrica de laticínios	366
Posto de refrigeração	172
Usina de beneficiamento	126
Entrepasto de laticínios	14
Posto de coagulação	01
Posto de recebimento	01
Granja leiteira	07
Entrepasto de usina	04
TOTAL	689

Fonte: Ministério da Agricultura, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O Sul de Minas, em 2003, apresentou a maior concentração industrial, seguido pela Zona da Mata, Central, Triângulo Mineiro, Rio Doce, Alto Paranaíba, Centro-Oeste de Minas e demais regiões (Quadro 10).

Em 2002, estimou-se que cerca de 37,3% do leite produzido no Brasil foram consumidos e/ou processados sem a fiscalização do Serviço de Inspeção Federal - SIF. Essa informação indica a existência de muitas indústrias que operam na ilegalidade. Esse índice já foi muito maior, mas, para um país que deseja competir no mercado internacional, ainda é muito grande. Em Minas Gerais, possivelmente, a situação seja até pior, em decorrência de sua tradição na produção dos chamados queijos artesanais, produzidos sem inspeção do Ministério da Agricultura ou do Instituto Mineiro de Agropecuária -IMA. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2003).

Quadro 10 – Regiões mineiras: número de estabelecimentos de laticínios - 2003

Regiões	Número Total
Sul de Minas	210
Zona da Mata	118
Central	94
Triângulo Mineiro	70
Rio Doce	43
Alto Paranaíba	42
Centro-Oeste de Minas	42
Demais regiões	43

Fonte: Ministério da Agricultura, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Assim, de acordo com as informações do Ministério da Agricultura (2003), a capacidade instalada da indústria de laticínios brasileira, em abril de 2001, apresentava a seguinte caracterização (Quadro 11):

Quadro 11 – Brasil: capacidade da indústria de laticínios (%) – abril/ 2001

Estratos	%
mais de 500 mil litros/dia	1,01
de 300 a 500 mil litros/dia	1,01
de 100 a 300 mil litros/dia	3,25
de 50 a 100 mil litros/dia	3,85
de 20 a 50 mil litros/dia	18,47
de 10 a 20 mil litros/dia	17,49
de 5 a 10 mil litros/dia	19,52
até 5 mil litros/dia	35,40
TOTAL	100

Fonte: Ministério da Agricultura, 2003.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Nos estados que lideram a produção nacional de leite e derivados, também prevalecem as micro e pequenas empresas. Em Minas Gerais, a situação é a seguinte (Quadro 12):

Quadro 12 – Minas Gerais: participação das micro e pequenas empresas na produção de leite e derivados (%) - 2003

Classes	%
até 5 mil litros /dia	40,12
de 5 a 10 mil litros/dia	17,57
de 10 a 20 mil litros/dia	16,69
de 20 a 50 mil litros/dia	17,42
mais de 50 mil litros/dia	8,2
TOTAL	100

Fonte: Ministério da Agricultura, 2002.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O setor de laticínios, no Brasil, é um exemplo claro das recentes transformações na estrutura e organização produtiva. A luta pelo domínio de cooperativas, que antes não interessava aos grandes investidores do setor, passou a ser de extremo interesse do setor privado, tanto de grupos nacionais como de grandes multinacionais, o que é uma particularidade do processo de concentração no Brasil. A partir daí, muitas empresas fundiram-se, outras foram absorvidas e muitas deixaram de existir.

Entre as empresas líderes do setor de laticínios, destacam-se duas grandes multinacionais (DPA/ Nestlé e Parmalat), duas grandes centrais cooperativas (Itambé e CCL-SP Leite Paulista) e dois grupos privados (Elegê e o grupo Vigor) (Tabela 2).

A seguir, é apresentado um breve histórico das estratégias de conquista de mercado utilizadas pelas empresas do setor: Itambé, Elegê, Parmalat, CCL – SP Leite Paulista, SUDCOOP e DPA/ Nestlé, que estão entre as seis maiores. Essa análise permitirá uma visão

geral da conduta adotada pelas empresas tanto para expandir-se, como para tentar manter-se no mercado, como é o caso das cooperativas e empresas privadas nacionais.

1.5.1 - Itambé – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda – CCPR/Itambé

A cooperativa mineira consolida-se como uma das forças do setor leiteiro nacional. Ampliando a capacidade com a construção da fábrica em Uberlândia (MG), o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba serão ótimos lugares para se produzir leite, com DPA, Itambé e diversas cooperativas, captando leite na região e balanceando a atuação do mercado interno com as exportações crescentes, a empresa mostra que é competitiva e sinaliza um exemplo saudável para as demais cooperativas e empresas nacionais.

Para o presidente, Dr. José Pereira Campos Filho (maio de 2005), “nos últimos três anos começamos a colher os frutos das grandes transformações internas, sempre reunindo esforços para tornar a CCPR uma Cooperativa economicamente forte, com excelente saúde financeira e tecnicamente evoluída” (CAMPOS FILHO, 2005, p. 1).

Tabela 2 – Brasil: maiores empresas de laticínios – 2004

Class.*	Empresas/Marcas	Recepção Anual de leite (mil litros)					Número de produtores **			Produção Média Diária (litros)		
		2002	2003	2004			2002	2003	2004	2002	2003	2004
				Produtores	Terceiros	Total						
1	DPA ***	1.489.029	1.500.179	1.136.327	372.740	1.509.067	7.192	7.163	6.112	567	574	508
2	ITAMBE	732.000	750.000	765.000	64.500	829.500	6.010	5.991	6.063	334	343	345
3	ELEGE	711.335	671.780	659.522	58.185	717.707	28.665	27.676	21.402	68	67	84
4	PARMALAT	751.921	641.127	288.744	117.944	406.688	9.996	6.920	4.566	206	254	173
5	CCL	268.385	309.540	300.943	37.494	338.437	4.512	6.402	4.461	163	132	184
6	SUDCOOP	230.952	226.016	234.316	26.783	261.099	6.993	6.734	6.872	90	92	93
7	EMBARÉ	192.378	218.687	222.606	33.792	256.398	2.884	4.413	3.666	183	136	166
8	LATICÍNIOS MORRINHOS	210.572	191.782	238.768	13.934	252.702	4.990	3.128	2.178	116	168	300
9	CENTROLEITE	213.503	261.230	229.135	0	229.135	4.905	5.438	4.920	119	132	127
10	BATAVIA	165.276	232.311	209.893	0	209.893	6.529	5.111	3.907	69	125	147
11	DANONE	272.236	225.033	116.119	84.618	200.737	2.470	1.274	1.072	302	484	296
12	GRUPO VIGOR	154.158	153.145	164.224	32.201	196.425	1.525	1.413	1.510	277	297	297
13	CONFEPAR	109.239	115.834	141.439	47.869	189.308	3.743	5.256	5.467	80	60	71
14	LIDER ALIMENTOS	163.766	129.177	141.052	10.430	151.482	2.807	2.634	4.557	160	134	85
TOTAL		5.664.750	5.625.841	4.848.088	900.490	5.748.578	93.221	89.553	76.753	164	171	173

Fonte: LEITE BRASIL, CNA/Decon, OCB/CBCL e EMBRAPA/Gado de Leite - 2004

Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

* Classificação base recepção (produtores + terceiros) no ano 2004

**Posição/31/dezembro.

*** Números referentes à compra de leite realizada pela DPA Manufacturing Brasil em nome da Nestlé, da Fonterra, da DPA Brasil e da Itasa

**** Devido à mudança metodológica, com a inclusão das compras de terceiros em 2004, não se recomenda a comparação da produção média diária com os anos anteriores.

Nos últimos três anos, foram investidos cerca de R\$ 450 milhões (CAMPOS FILHO, 2005), que foram aplicados na ampliação e modernização das fábricas de Sete Lagoas (MG), Goiânia (GO) e Pará de Minas (MG) e em duas novas unidades industriais, que estão sendo construídas em Goiânia e Uberlândia. Com essas ampliações, a previsão da empresa é aumentar de 3 milhões para 4,5 milhões o volume de leite processado por dia. Para o presidente, a construção das novas fábricas está dentro do cronograma previsto, o que mostra que as duas unidades devem entrar em fase de testes já em outubro de 2005.

Os produtos da Itambé em destaque nacional são: leite condensado, que ocupa o segundo lugar na preferência nacional, com 19% das vendas; creme de leite lata, com 13% do mercado, ocupa o segundo lugar; leite em pó, segunda marca mais vendida, com 19% do mercado nacional, sendo líder na embalagem sachê com 23% das vendas; manteiga, líder nacional, com 16% das vendas do mercado brasileiro; doce de leite, primeira marca nacional, com 18% de participação no mercado; requeijão, terceira marca mais vendida, com 8% das vendas no mercado (CAMPOS FILHO, J. P., 2005).

1.5.2 - Elegê (Avipal)

A Avipal foi fundada em 1959, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Voltada, originalmente, para a produção de carne de frango, é atualmente uma das principais indústrias de alimentos do país, atuando nos segmentos de proteína animal e vegetal, por meio das divisões: carnes (frango e suínos), láteos e grãos.

A Avipal S.A. conta com 8.100 colaboradores, alocados, principalmente, em seus complexos industriais, unidades e centros de distribuição, localizados nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná (Quadro 13).

No segmento de lácteos, com as marcas Elegê, Santa Rosa, Dabon e El Vaquero, é a maior empresa produtora de Leite Longa vida das Américas, com um processamento aproximado de um bilhão de litros de leite por ano (www.avipal.com.br, 2005).

A Avipal, além de comercializar os seus produtos no mercado interno, também exporta para outros países, tendo como principais mercados o Oriente Médio, o Leste Europeu, a Rússia, a América Central, a Europa, o Japão e os países do continente africano.

Quadro 13 – Elegê (Avipal): localização das unidades de produção - 2005

Localização	Estado	Descrição
Lageado	Rio Grande do Sul	Unidade industrial onde estão localizadas as principais plantas de abate de aves e suínos. Volume de produção: 280.000 frangos por dia e de suínos 2.000 por dia.
Dourados	Mato Grosso do Sul	Unidade industrial de abate de frango. Volume de produção: 150.000 por dia
São Gonçalo dos Campos	Bahia	Unidade industrial de abate de frango. Volume de produção: 150.000 por dia.
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Unidade industrial de abate de frango para exportação. Volume de produção: 130.000 por dia.
Elegê	Rio Grande do Sul	Processa 750 milhões de litros de leite por ano.
Ijuí	Rio Grande do Sul	---
Santa Rosa	Rio Grande do Sul	---
São Lourenço	Rio Grande do Sul	---
Teutônia	Rio Grande do Sul	---
Três de Maio	Rio Grande do Sul	---
Carlos Casares (Argentina)	---	---

Fonte: www.avipal.com.br/company/units.php?language=0. Acesso em 6 jul. 2005.
Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

A Elegê, braço de laticínios do grupo Avipal, procura acompanhar de perto a evolução dos custos de produção de seus mais de 30.000 fornecedores de leite. A empresa processa 750 milhões de litros de leite por ano (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com dados da Revista Exame (NAPOLITANO, 2005, p. 118), “a Avipal é dona da marca Elegê e se tornou a maior produtora brasileira de leite depois da crise da Parmalat”.

1.5.3 - Parmalat

Em 1972, a Parmalat iniciou suas atividades no Brasil, associando-se à Laticínios Mococa S.A. e, quatro anos mais tarde, passou a operar sua primeira unidade industrial, em Itamonte (MG). Também nesse período, teve início a presença da Parmalat como patrocinadora de esporte, no Campeonato de Mundial de Sky, na Europa, em 1975, e da equipe Brabham, de Formula 1, no ano seguinte, e que levaria o brasileiro Nelson Piquet a dois de seus três títulos mundiais de piloto, em 1981 e 1983.

O período de 1990 a 1995 marcou o início do processo de expansão orgânica da Parmalat no Brasil, com a compra de empresas, ativas e incorporação de marcas de produtos. A empresa passou a atuar em diversos estados, como Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará, entre outros, e passou no segmento de leite “*in natura*”, sucos de frutas e, ainda, no de biscoitos e massas, com a aquisição das marcas Britânia e Duchon, da General Biscuits (MAIA, 2001).

A ligação entre a marca e o esporte foi marcada pela contratação do piloto Emerson Fittipaldi para campanhas publicitárias, pelo início de um projeto inovador de co-gestão com o departamento de futebol do Palmeiras e com o Juventude, de Caxias do Sul (RS).

Nesse período, a matriz italiana Parmalat SpA delegou à Parmalat do Brasil a tarefa de coordenar a expansão da marca na América Latina. A empresa passou a atuar na China, Chile, Venezuela, Equador e Austrália (MAIA, 2001).

Os anos de 1996 e 1997 foram marcados pela criação da Gelateria Parmalat, pelo início do patrocínio ao piloto brasileiro de Fórmula 1, Pedro Paulo Diniz, e, especialmente, pelo lançamento da campanha publicitária “Mamíferos”, que, em 1997, tornou-se uma mania nacional.

Em 1997, houve o lançamento da bebida isotônica Santal Active, café com leite pronto para beber, doce de leite e de mais 20 itens do segmento de iogurtes, petit suisse e sobremesas. Também nesse ano, começou o processo de reorganização societário do Grupo Parmalat no Brasil (MAIA, 2001), que resultou na criação da Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos, e o jogador Ronaldinho, da Internazionale de Milão, passou a fazer as campanhas institucionais da empresa.

Entre 1998 e 1999, ocorreu a aquisição do controle da Etti – Produtos Alimentícios, tradicional indústria do setor de atomatados.

Também ocorre o aumento do capital social na Batavia S.A., passando a acionista majoritário com 51% do capital total. Criação da Santal Prosport, empresa que passa a administrar o marketing esportivo no Brasil. A Parmalat torna-se a primeira empresa 100% proprietária de um time de futebol, o Etti Jundiaí Futebol. (MAIA, 2001, p.32).

Além das estratégias agressivas de marketing e aquisições de empresas, a Parmalat cuidava da qualidade dos seus produtos em todas as etapas do processo: desde a matéria-prima, passando pela produção nas fábricas, os canais de distribuição, até chegar ao consumidor final.

No caso do leite, o principal produto e matéria-prima, a empresa mantinha um programa estruturado de suporte e desenvolvimento dos produtores. Sua política leiteira estendia-se a todas

as fases, dando suporte tecnológico e de capacitação aos produtores, a fim de aumentar a eficiência e melhorar a qualidade final do produto.

O abalo sofrido pela Parmalat, no final de 2003, pesou na posição e nas vendas dos produtos da marca nos supermercados. Em alguns casos, como o do leite longa vida, a crise financeira vivida pela empresa, concordatária desde julho de 2004, abriu espaço para o crescimento de outras marcas regionais.

De acordo com o site do Milkpoint⁶

a marca perdeu vendas nas categorias de leite longa vida e em pó, chá pronto para beber, leite condensado e creme de leite, revelou uma pesquisa feita pela revista Supermercado Moderno com 2,4 mil executivos de supermercados e hipermercados de todo o país em 2004. Eles escolheram as marcas que julgam as mais vendidas em suas lojas em 190 categorias.

Com a perda de espaço da Parmalat, a Italc, que em 2003 nem aparecia na lista das mais citadas, ficou em segundo lugar como regional em 2004. O leite Milênio, vendido no Espírito Santo, Minas Gerais e interior do Rio de Janeiro, pulou do sétimo para o primeiro lugar no ranking da pesquisa das marcas regionais. Subiu de 4,17% no índice de preferência dos supermercados para 15,59%.

No caso da Parmalat, a pesquisa mostra que o leite longa vida perdeu oito pontos percentuais nas menções dos supermercadistas. A marca caiu de 19,85% para 11,95% na preferência dos entrevistados, mas ainda se mantém na liderança. A Elegê, que tinha 6,1% da preferência, subiu para 7,67%.

As marcas líderes e vice-líderes, que investem em divulgação, foram as que mais cresceram na preferência dos supermercadistas em 2004.

1.5.4 - CCL/Paulista

A Cooperativa Central de Laticínios de São Paulo foi fundada em 1963, no bairro do Brás, localização que seria de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento da empresa. Para se ter uma idéia, apenas três anos depois de sua criação, a CCL-SP já contava com mais de catorze cooperativas associadas.

Nos anos de 1960 e 1970, quando as cooperativas procuravam maior diversificação de seus produtos, investindo em novas tecnologias, a CCL-SP iria se destacar no mercado pelo pioneirismo tanto na fabricação e distribuição de sua linha como pelo lançamento de novos produtos. Entre os de maior sucesso, destaca-se o leite B, lançado no final dos anos 1960 e, hoje, líder de mercado na Grande São Paulo.

A partir da década de 1980, a Cooperativa desenvolveu um amplo trabalho focado no consumidor, que resultou no lançamento de produtos lácteos, desenvolvimento de novas embalagens, maior preocupação com as técnicas de comercialização e posicionamento de suas linhas no mercado. Fato relevante ocorreu em 1997, quando a empresa adquiriu equipamentos que permitiram o lançamento, com exclusividade, do leite Paulista Top. A novidade possibilitou à Cooperativa reforçar sua liderança no mercado de leite pasteurizado.

Depois de vender parte de seu negócio à Danone, no final de 2000, a Cooperativa concentrou suas atividades na produção e venda de leite pasteurizado, leite em pó, leite longa vida, manteiga e creme de leite pasteurizado.

Atualmente (2005), a Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo conta com duas fábricas: a unidade do Brás, localizada na capital paulista, que fabrica leite pasteurizado, leite longa vida, creme de leite pasteurizado e manteiga; e a unidade de Itumbiara (GO), responsável pela produção do leite longa vida, manteiga e leite em pó.

1.5.5 - SUDCOOP (Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste)

A história da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste – SUDCOOP- começa em 13 de dezembro de 1977, na cidade de Francisco Beltrão, estado do Paraná. Cinco cooperativas: Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda (Coasul), Cooperativa Agropecuária Capanema

(Cooagro), Cooperativa Mista Francisco Beltrão (Comfrabel), Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda (Candul) e Cooperativa Agropecuária Sabadi Ltda (Coopersabadi), juntaram-se e formaram a Central Sudcoop com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de seus cooperados (FRIMESA, 2005).

Já em 1978, deu-se início às atividades administrativas e, nesse momento, ingressaram no sistema as seguintes cooperativas do oeste do Paraná: Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril), Cooperativa Agroindustrial Lar (Lar), Cooperativa Agrícola Consolota Ltda (Copacol), C.Vale - Cooperativa Agroindustrial (C.Vale) e Cooperativa dos Produtores de Suínos e Leite do Oeste do Paraná (COOPERLAC) e a extinta Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda (COOPAGRO) (FRIMESA, 2005).

Os eventos cronológicos que veremos a seguir contam a história da SUDCOOP, da sua marca FRIMESA (Quadro 14) e de sua importância para o desenvolvimento das atividades suíno e leite na região oeste do Paraná, de acordo com dados da FRIMESA, 2005.

Quadro 14 – Eventos cronológicos que relatam a história da SUDCOOP e sua marca FRIMESA de 1979 a 2004

ANOS	ATIVIDADES
1979	A aquisição do Frigorífico Medianeira S/A possibilitou para a cooperativa a operacionalização no segmento de carne suína com a marca FRIMESA. Nesse mesmo ano, a empresa adquiriu as unidades de leite do Laticínios Rainha, de Marechal Cândido Rondon e Cascavel, marcando o início da industrialização e comercialização de produtos lácteos com a marca Rei do Oeste.
1980	Em 13 de maio, ocorreu o primeiro abate com uma média de 70 suínos por dia.
1981	Transferência da sede em Francisco Beltrão para Medianeira, no oeste do Estado, bem como a desfiliação das cooperativas do sudoeste.
1982	Aquisição dos laticínios de Matelândia e Nova Santa Rosa, ampliando a capacidade de industrialização de leite.
1983	Início do trabalho de fomento e desenvolvimento da bacia leiteira do Oeste do Paraná. As cooperativas filiadas, juntamente com a central SUDCOOP, promoveram um crescimento organizado da produção leiteira. No começo eram 45 mil litros de leite, e em 20 anos, esse número passou para 750 mil, fruto do trabalho organizado. Nesse

	mesmo período, foram iniciados os trabalhos da suinocultura, com o desafio de melhorar a produtividade e a qualidade dos suínos.
1985	Início do desenvolvimento tecnológico do processo de industrialização dos produtos do frigorífico. Venda da fábrica de ração de Francisco Beltrão.
1987	Implantação de reflorestamento próprio visando à auto-sustentação de lenha para as indústrias e a preservação do meio ambiente.
1988	Início do programa de melhoramento da gestão na empresa, com a realização do diagnóstico em estratégia de marketing e estrutura organizacional.
1989	Adoção do planejamento estratégico e tático, que continua até hoje com aperfeiçoamentos.
1990	Inauguração da fábrica de queijos em Marechal Cândido Rondon (PR), que possibilitou o incremento de novos produtos, principalmente de derivados de leite, sendo comercializados com a marca Reggio.
1992	A SUDCOOP implantou um sistema gerencial fundamentado em Planejamento, Execução, Relatório e Avaliação. Início da comercialização do leite longa vida.
1994	Implantação de um programa de Qualidade Total, baseado no TQM. Ações da empresa voltadas para o cliente.
1996	Investimentos no frigorífico, aumentando a industrialização. Mudança da logomarca FRIMESA, tornando-a mais moderna e simpática junto aos seus consumidores. Aquisição do concentrador de leite da Confepar em Marechal Cândido Rondon. Venda da granja núcleo de Matelândia.
1997	Sistema de gerenciamento pelas diretrizes readequando a empresa no ambiente competitivo
1998	Unificação das marcas FRIMESA e Reggio. A partir desse ano, a cooperativa vem comercializando os produtos carnes e lácteos com a marca FRIMESA, com o propósito de aprimorar e fortalecer a comunicação com seus consumidores.
2000	Integração da atividade leiteira junto a Centralpar e suas cooperativas filiadas. Isso acrescentou à cooperativa 160 mil litros de leite diário e importante fatia do mercado de Curitiba.
2001	Incorporação dos laticínios de Douradina e de Capanema, no Paraná e Joaçaba em Santa Catarina, tornando a FRIMESA a maior empresa paranaense em recebimento diário de leite. Pesquisa com consumidoras aponta o perfil da marca FRIMESA como uma marca amiga, e a partir desse conceito, foi traçado o novo posicionamento da marca.
2003	Transferência do fomento suínos para as cooperativas filiadas, com adoção de um modelo compartilhado de integração na suinocultura entre cooperativa-filiada-central, proporcionando equalização dos resultados da cadeia produtiva.
2004	Em fevereiro de 2004, a FRIMESA conquistou o certificado ISO 9001:2000 atestando

	<p>que os procedimentos de gerenciamento da sede administrativa, em Medianeira, e da industrialização de lácteos da unidade de Marechal Cândido Rondon (UFQ) estão em conformidade com os requisitos da norma internacional. As ações mercadológicas da FRIMESA para conquistar seu posicionamento de mercado dão a empresa o prêmio de Cooperativa do Ano - Categoria Marketing-, oferecido pela Organização das Cooperativas Brasileiras e Revista Globo Rural.</p>
--	---

Fonte: <http://frimesa.com.br/principal.php?linha=3&menu=1&submenu=0&PHPSESSID=a0b1cce48ee18b2517f59fab07386c4f>>. Acesso em: 8 jun. 2005.
Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

Nos seus 27 anos de existência, o crescimento da empresa é o resultado do trabalho dos produtores e da determinação das cooperativas filiadas em realizar a industrialização da matéria-prima. Hoje (2005), para industrializar a produção dos mais de 8 mil produtores de leite e suinocultores, a FRIMESA conta com doze unidades fabris. Essas unidades geram mais de 2,1 mil empregos diretos, e outras de 24 mil pessoas estão ligadas economicamente à empresa.

A FRIMESA é a maior empresa paranaense em recebimento diário de leite, com 750 mil litros, e a 6ª colocada no Brasil. Em abate de suínos, os 1,5 suínos abatidos diariamente dão a empresa a 2ª e a 10ª colocação, respectivamente.

1.5.6 - DPA (Nestlé)

A Nestlé instalou-se no Brasil no ano de 1921, com uma fábrica na cidade de Araras, estado de São Paulo. De acordo com dados da Nestlé¹¹, o Leite Moça foi o primeiro produto Nestlé a ser fabricado no Brasil. Com o seu sucesso, vários outros produtos foram lançados e, atualmente, são comercializados no território brasileiro mais de 1.000 itens sob a marca da Nestlé. O Leite Moça é o que detém maior volume de venda.

¹¹ Disponível em: <www.milkpoint.com.br/non/girolacteo/artigo.asp?nv=1&id_artigo23743>. Acesso em 5 de julh. 2005).

A Nestlé Brasil, além de produtos para alimentação e nutrição humana, produz alimentos para animais de estimação. Ela atua em doze segmentos de mercado: leites, cafés, culinários, achocolatados, cereais, biscoitos, nutrição, chocolates, refrigerantes, sorvetes, food services e petcare (www.Nestlé.com.br, 2005).

De acordo com o quadro 15, a Nestlé possui 26 fábricas no Brasil. Sua rede de clientes abrange mais de 1.600 municípios. Quanto aos fornecedores, são cerca de 37 mil ativos. Na fabricação dos produtos que comercializa a partir do Brasil, a Nestlé adquire, anualmente, mais de 230 mil toneladas de açúcar, 55 mil toneladas de café, quase 35 mil toneladas de cacau e mais de 1,5 bilhões de litros de leite. Isso faz dela a grande consumidora nacional desses itens. Em 2003, as operações da Nestlé geraram mais de R\$ 1,1 bilhão entre impostos, taxas e contribuições (www.Nestlé.com.br, 2005).

Com relação ao serviço de assistência técnica, como o caso da integração parcial, este não denota nenhum aspecto de “bondade” da empresa, mas é, sem dúvida, um instrumento valioso para controlar e tornar dependente e subordinado o produtor rural, assentado na necessidade vital da empresa de garantir qualidade, baixos preços da matéria-prima. No que se refere à Nestlé, o Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira – PDPL-, é focado na prestação de serviços aos fornecedores de leite, apresentando soluções para diferentes necessidades. Dessa forma, seu objeto é viabilizar a chegada até o produtor de informações e assistência técnica adequada.

Quadro 15 – Fábricas da Nestlé no Brasil - 2005

Fábricas	Estado
1- Pari	São Paulo (Capital)
2- Belenzinho	São Paulo (Capital)
3- Araraguara	São Paulo
4- Caçapava	São Paulo
5- CPW – Caçapava Cereais Matinais	São Paulo
6- Araçatuba	São Paulo
7- Araras	São Paulo
8- Araras Nescafé	São Paulo

9- Araras Refrigerados	São Paulo
10- Lins	São Paulo
11- Marília	São Paulo
12- São José do rio Pardo	São Paulo
13- Ribeirão Preto	São Paulo
14- Porto Ferreira	São Paulo
15- Ibiá	Minas Gerais
16- Ituiutaba	Minas Gerais
17- Montes Claros	Minas Gerais
18- Teófilo Otoni	Minas Gerais
19- Itabuna	Bahia
20- Camaquã	Rio Grande do Sul
21- Goiânia	Goiás
22- Jataí	Goiás
23- Rialma	Goiás
24- Jacarepaguá	Rio de Janeiro
25- Barra Mansa	Rio de Janeiro
26- Espírito Santo	Espírito Santo

Fonte: <http://www.nestle.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2005. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

A *Dairy Partnes Americas* – DPA - mantém uma série de convênios com profissionais qualificados na prestação de serviços à atividade leiteira, e divulga, através de diferentes meios de comunicação, todas as informações necessárias para a melhoria da gestão técnica e econômica de sua atividade.

Entre os convênios já estabelecidos pela DPA, estão o PDPL , firmado com as Universidades Federais de Viçosa (MG) e Goiás, o Educampo, em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa – SEBRAE -, e uma parceria com a EMBRAPA. Muitos produtores já vêm sendo beneficiados por estas iniciativas.

Em 1975, a Nestlé escolheu Ituiutaba para instalar uma das suas fábricas, por estar estrategicamente localizada, uma vez que recebe leite de produtores de Minas Gerais e Goiás. A cidade fornecia a base necessária para o bom funcionamento da fábrica, como pessoal capacitado, energia elétrica e água de boa qualidade. Atualmente, juntamente com mais outras seis fábricas da Nestlé, pertence à DPA, empresa que assumiu em janeiro de 2003, a fabricação de leite em pó,

a gestão da compra e coleta de leite e do relacionamento com os produtores e o negócio de refrigerados e produtos UHT (PRATO, 2003).

A unidade de Ituiutaba é uma das mais modernas da América Latina (PRATO, 2003), e a de maior em volume de leite processado diariamente no Brasil. Ituiutaba produz leite em pó, operando com sistemas de qualidade desenvolvidos mundialmente pela Nestlé. “Recebemos a classificação A em auditoria realizada pelos técnicos do Ministério da Agricultura, o que significa que todos os nossos processos, controles e níveis de higiene estão estritamente de acordo com as exigências desse órgão” (PRATO, 2003, p. 9).

O Triângulo Mineiro é uma região em que a atividade leiteira tem uma presença expressiva. Conta com características importantes como solo, relevo e clima favoráveis e com uma alta capacidade industrial instalada, o que gera grande necessidade de leite. Assim, são produzidos diariamente na região cerca de um milhão e oitocentos litros (PRATO, 2003). Além disso, o Triângulo Mineiro está muito bem situado geograficamente, atendendo aos mercados da região Sudeste, que possui a maior população do País (PRATO, 2003).

Ricardo Rodrigues, chefe da região leiteira que compreende as Unidades de Ituiutaba (MG) e Jataí (GO), é quem coordena toda a operação de compra e coleta de leite. Ele informa que a DPA atua fortemente na compra e captação de leite na região, principalmente em Ituiutaba. “Nosso objetivo é fomentar o desenvolvimento da pecuária leiteira na região” (RODRIGUES, 2003, p. 9).

A DPA mantém a mesma relação já estabelecida pela Nestlé, marcada pelo sistema criterioso de pagamento ao fornecedor, cujo o preço é informado com antecedência. E pretende aumentar o contato com o produtor, incentivando a troca constante de informações que contribuam para elevar a produtividade das fazendas leiteiras.

No próximo capítulo, mostraremos o papel do Estado na atividade da pecuária, destacando a política de preço e as transformações ocorridas no setor.

2 - A PECUÁRIA E A ATUAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL: a política de preço e as transformações na pecuária leiteira

2.1 – A pecuária leiteira no contexto da modernização da agricultura

A partir da década de 1950, iniciou-se a modernização da agricultura brasileira e o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, “rompendo as velhas formas de dominação, eliminando antigas relações de produção e ampliando as fronteiras agrícolas”. (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p. 12). Ao citar o rompimento com as velhas formas de dominação, o autor esclarece que isto ocorreu com a passagem dos Complexos Rurais para os Complexos Agroindustriais. (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p. 18). Para melhor entendimento, podemos assegurar que

[...] os complexos rurais constituíam uma forma autárquica de organização da produção rural onde a própria unidade produtiva provia as suas necessidades de insumos e instrumentos e equipamentos de trabalho. Nela também se desenvolviam a produção de manufaturas em geral, bem como a maior parte dos bens utilizados no processo de produção e na reprodução social da mão-de-obra. Praticamente, inexistia a divisão do trabalho entre o conjunto das atividades desenvolvidas.

O "planejamento" da produção se restringia à mobilização dos esforços produtivos de acordo com o comportamento do mercado internacional dos produtos explorados. Nos períodos favoráveis dos mercados desses produtos, todos os fatores produtivos disponíveis pela unidade produtiva eram mobilizados para a produção dos mesmos, enquanto que, nos momentos desfavoráveis, o "planejamento" voltava-se para o atendimento das necessidades internas das unidades produtivas. Não havia um mercado interno nacional capaz de dinamizá-los.

Tratava-se, portanto, de uma economia em estágio natural, cujos produtos, com características predominantes de valor de uso, constituíam bens de consumo final.

Após 1850, tem início a crise desestruturadora dos complexos rurais. Os principais fatores históricos determinantes dessa crise relacionaram-se aos efeitos das restrições impostas ao tráfico negreiro e à vigência da Lei de Terras.

A partir de então, o desenvolvimento dos complexos cafeeiros do Oeste paulista introduziu novos elementos na forma de organização da produção agrícola, como são os casos do emprego do trabalho livre e do deslocamento de várias das

atividades manufatureiras, do interior das unidades produtivas, para os centros urbanos em expansão.

A crise dos complexos rurais prolonga-se até os anos de 1940 quando tem início, então, o processo de modernização da agricultura brasileira, cuja gênese esteve contextualizada à realocação de mercado dos setores da indústria de guerra, em especial, das indústrias mecânica e química. (TEIXEIRA, 2006. p. 02).

Graziano da Silva (1999) salienta que a modernização agrícola no Brasil foi conservadora e excludente, já que privilegiou algumas culturas, algumas regiões, e algumas classes sociais. Assim, “a estrutura fundiária da agricultura brasileira evoluiu num sentido concentrador e excludente ao longo dos anos de 1970, no sentido de evitar qualquer tipo de acesso à terra aos trabalhadores rurais brasileiros”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 117). Essas características foram aprofundadas pela política agrícola executada pelo governo. Nesse sentido, os

[...] maiores níveis de modernização da agricultura tendem a se associar inequivocamente com maiores índices de concentração da renda. Embora possa ser levantada uma discussão acerca da casualidade do processo, acreditamos que as características da modernização da agricultura brasileira [...] e as políticas a ela associadas, como as de crédito rural e fundiário, são, em grande parte, responsáveis pelas desigualdades da distribuição da renda ao setor agropecuário. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 124).

Portanto, o que se constata é que o avanço do modo de produção capitalista na agricultura serviu para reforçar a concentração de terras e de renda, bem como a modificação das relações de trabalho. Sobre isso, argumenta Graziano da Silva (1999, p. 133):

[...] dado o avanço do capitalismo e a decorrente intensificação do processo de diferenciação da estrutura social no campo, não é mais possível pensar as políticas para o setor agropecuário “em bloco” ou “por produto”. Um reconhecimento mínimo da heterogeneidade daquela estrutura e, conseqüentemente, da diversidade, das necessidades e reivindicações das categorias de produtores aí presente é um passo imprescindível na formulação e condução de uma política realmente nova para a agricultura brasileira.

Assim, as políticas deveriam buscar maneiras de fomentar a geração de renda no campo, por meio de atividades agrícolas ou não agrícolas, pois mediante isso, estariam criando formas de fixar a população rural, evitando os grandes problemas de aglomeração nos centros urbanos.

O processo de modernização da agricultura brasileira, que teve início na década de 1950, trouxe algumas repercussões para a cadeia produtiva do leite no Brasil. É nesse contexto que pretendemos destacar as principais transformações ocorridas na modernização da pecuária de um modo geral, conferindo as mudanças evidenciadas pelo setor lácteo após os anos 1960.

A pecuária leiteira, no Brasil, é uma das atividades mais tradicionais no contexto do setor agropecuário. A produtividade do rebanho e das pastagens é das mais baixas do mundo, e a qualidade do leite produzido é, freqüentemente, questionada pela própria indústria processadora.

A indústria de leite e laticínios baseou seu crescimento e modernização nos estratos de população de renda média e alta. Sua capacidade aquisitiva foi suficiente para sustentar tal crescimento, mas não para criar condições de modernização para a pecuária leiteira, em sua totalidade. A cada estímulo de preço ao produtor, a resposta da oferta detinha-se no tamanho do mercado.

Consciente da dificuldade estrutural da economia brasileira, a indústria sempre se opôs a políticas estáveis de preços que levassem a aumentos significativos de produtividade para todo o setor. Sendo assim, nada mais lógico do que optar por um crescimento horizontal, aproveitando a disponibilidade do território e do caráter misto da pecuária (carne e leite) no Brasil. Expandindo-se para a região Centro-Oeste, com o apoio de uma forte política de subsídio, a indústria conseguiu manter o abastecimento da matéria-prima de que precisava, sem que houvesse um processo generalizado de modernização.

Assim, o poder de barganha dos produtores leiteiros repousa fundamentalmente na diversificação das atividades em que se envolvem. Quanto menor a dependência do leite, maior

sua capacidade de resistir a flutuações de preços reais. Também a este respeito a situação apresenta-se diferenciada.

A pecuária mista de carne e leite, para a qual o que conta é o preço relativo do boi gordo, está presente em toda região Norte e Centro-Oeste, Norte de Minas, Noroeste de São Paulo, Norte do Paraná e Sul do Rio Grande do Sul. No Norte deste último estado, Santa Catarina e algumas regiões de São Paulo e Minas Gerais, estão a produção mista de pecuária leiteira e a agricultura. Especialmente no tocante à região Sul, essa diversificação tem permitido movimentos de paralisação da produção, impossíveis para produtores especializados e pequenos produtores de subsistência. A pecuária altamente especializada encontra-se em São Paulo, Sul de Minas Gerais e Paraná. Entretanto, neste caso, os produtores organizaram-se para utilizar a mesma estratégia do setor industrial: calcar o crescimento e a modernização nas classes de renda média e alta, diferenciando seu produto. Com o auxílio da legislação higiênico-sanitária, criou-se o leite B. Sobre isso, argumentam Paulillo; Herrera; Costa (2002, p. 157):

[...] nos anos 70, outras inovações tecnológicas chegaram à produção de leite, embora restritas a um pequeno número de pecuaristas das bacias do Estado de São Paulo, como a introdução da ordenhadeira mecânica para produção de leite tipo B. A introdução do leite tipo B no Brasil foi especialmente importante para os grandes produtores que, insatisfeitos com a política de tabelamento de preços do leite, podiam auferir com uma margem de lucro superior.

Para Paulillo; Herrera; Costa (2002), a introdução do leite tipo B foi importante não só para os produtores e a indústria, mas também para os consumidores de maior renda, os quais demandavam um produto de qualidade superior.

O funcionamento desse mercado depende, fundamentalmente, do controle de oferta. Isto é, de regras que não permitam que o número de produtores cresça sem que o mercado suporte. Isto é feito, basicamente, por meio das exigências higiênico-sanitárias e das regras de formação de preços. Entretanto esse controle não é completamente eficiente, e, durante os anos de 1980, a

produção cresceu mais do que o mercado, reduzindo a rentabilidade dos produtores. Surgiu, então, o leite A. Mais rigoroso no tocante às exigências técnicas, selecionam-se produtores por sua capacidade de investimento, já que a pasteurização deve ser feita na própria fazenda. O leite A disputa consumidores de alta renda com o leite B e o longa vida. Da mesma forma que o primeiro, seu caminho de acesso ao consumidor foi calcado nas crises de oferta e na baixa qualidade do leite C.

A formação de preços ao consumidor, antes do Plano Cruzado, ficava por conta da negociação com a indústria. No caso do leite B, isto era feito por intermédio de uma associação de produtores, a ABPLB (Associação Brasileira de Produtores de Leite B). Seu sucesso, entretanto, pode ser, em grande parte, atribuído à importância das cooperativas de abastecimento de leite fluido de São Paulo, cujos dirigentes são, em geral, produtores de leite B. No caso do leite A, as distribuidoras pertencem, na maioria, a grandes produtores.

Essa classificação do leite, embora não se constitua no ideal a ser perseguido por uma política governamental, de fato viabilizou a modernização da pecuária de São Paulo e Sul de Minas Gerais, ao remunerar adequadamente a atividade.

Um ponto interessante relacionado à pecuária leiteira diz respeito à incorporação de tecnologia. Os primeiros produtores a inovar tecnologicamente alcançam ganhos maiores, diminuem seus custos e consolidam-se na atividade. Por sua vez, os produtores que não conseguem atualizar-se e reduzir seus custos, inviabilizam-se na atividade e tendem a deixá-la.

Na Comunidade da Canoa, objeto de estudo deste trabalho, houve uma clara percepção de que os produtores dali não irão deixar de trabalhar na atividade leiteira, porquanto estão acostumados a lidar com severas restrições: áreas escassas e/ou pouco produtivas, tecnologias rudimentares e baixos rendimentos. A pecuária leiteira é uma atividade difícil para os produtores, porque abrange não só a criação e a reprodução do gado, mas também a produção do leite, que

requer uma ou duas rígidas ordenhas diárias, sem possibilidade de cancelamento ou adiantamento. Esses produtores estão conseguindo superar as dificuldades, tornando viável a sua permanência no meio rural.

De acordo com Jank e Galan (1997), à medida que se for propagando o desenvolvimento tecnológico, muitos produtores não se adequarão, e seus sistemas de produção se tornarão inviáveis. O setor leiteiro está-se direcionando à diminuição dos produtores de leite. Devem permanecer na atividade somente os produtores profissionalizados que consigam enfrentar a concorrência e busquem a qualidade técnica. Essas afirmações refletem o descaso com os produtores que não puderem se adequar às novas exigências. É inviável, para a maioria dos produtores da Comunidade da Canoa, tendo em vista a pouca disponibilidade de recursos, alcançar, imediatamente, altos padrões de tecnologia em suas propriedades rurais.

Portanto, dentro da diversidade de tecnologias disponíveis aos produtores de leite, a utilização de uma ou outra dependerá do contexto no qual estão inseridos. Deve-se destacar que não existem, a priori, alguns produtores bons, eficientes e viáveis e outros ruins, ineficientes e inviáveis. Na verdade, trata-se das oportunidades e circunstâncias oferecidas.

A atividade leiteira apresenta-se, de modo geral, com baixo nível tecnológico, deficiências de captação dos produtores e pouca capacidade de investimento. Contudo, indo contra essa perspectiva, a segunda metade de 1990 marca a obtenção de maiores volumes na produção, resultado não só do aumento dos rebanhos, como também esse período sinaliza modificações em termos de volume e qualidade, como a aquisição de rebanhos especializados. Assim, constatamos uma tendência ao investimento no setor leiteiro e disposição dos produtores a se adaptarem às mudanças.

Um fator que vem ameaçando o pequeno produtor de leite é o sistema de coleta a granel implantado pela indústria por determinação da Portaria n.º 56¹². Esse novo processo de coleta requer altos investimentos, e a difusão dessa nova prática poderá restringir a permanência de produtores menos capitalizados, uma vez que a indústria poderá recusar-se a receber leite que não seja armazenado em tanques de resfriamento. O menor tanque disponível no mercado comporta 200 litros de leite, implica custo relativamente elevado e demanda fonte regular de energia elétrica, cujo consumo pelo tanque agrega mais um custo ao produtor. Ainda assim, permanece a determinação para que a produção de leite na região Sudeste do Brasil esteja modernizada até julho de 2005, consolidando as mudanças relacionadas à produção, ao transporte e à conservação determinadas pelo Ministério da Agricultura.

Conforme afirmam Jank e Galan (1997), a granelização representa, em médio prazo, a inevitável seleção de produtores. Para os autores, só os produtores especializados se adaptarão às novas regras, os demais deverão deixar de produzir o leite, ou seja, tendem ao desaparecimento. De maneira contrária a essa posição, Rocha e Couto (2002) admitem que muitos avanços técnicos na agricultura têm aumentado a produtividade do trabalho e liberado mão-de-obra, mas argumentam que a granelização da atividade leiteira é um processo que apenas facilita o transporte e diminui as possibilidades de contaminação do leite. Assim, a adoção dessa tecnologia, praticamente, não aumenta a produtividade física da atividade.

Os procedimentos tecnológicos, mais comuns, encontrados no sistema de produção especializado, são: preocupação com a sanidade do rebanho, controle de doenças e aplicação de vacinas; controle da alimentação, utilização de calagem e adubação, análise do solo, utilização de sementes selecionadas para a implantação das pastagens; fiscalização sobre a reprodução,

¹² A Portaria n.º 56, de 07 de dezembro de 1999, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, estabeleceu o regulamento técnico de produção, identidade e qualidade de leite.

planejamento das parições, utilização de inseminação artificial; utilização de ordenhadeira mecânica.

Os produtores que não atenderem a essas “necessidades” serão considerados atrasados e representarão um empecilho para o desenvolvimento da cadeia produtiva leiteira. O futuro do pequeno produtor de leite, de acordo com Jank e Galan (1997), depende da racionalização das linhas de coleta, da qualidade na matéria-prima, da redução nos custos de transportes, da granelização e refrigeração, das economias de escala e regularidade de oferta.

Essas exigências não poderão ser cumpridas por todos os produtores e, fatalmente, atuam em direção ao desaparecimento do pequeno produtor, que enfrenta dificuldades como a falta de investimentos, que se torna um limitante à obtenção de maior produtividade. Faz-se necessário um plano de desenvolvimento orientado para o pequeno produtor familiar, de modo a permitir não somente a permanência na atividade, mas a sua expansão e obtenção de uma renda familiar satisfatória.

O tipo de tecnologia que tem sido desenvolvida estimula a uma competição entre produtores. Há um discurso de que os melhores, mais aptos, mais eficientes, terão melhores resultados. No entanto tal competição tornou-se excludente. O produtor que incorpora apenas parcialmente a tecnologia “recomendada” necessita empregar mais mão-de-obra e, por conseqüência, despende maior quantidade de capital. Portanto, se a mão-de-obra utilizada for familiar e não remunerada, seus custos são menores. Os pequenos produtores, aqueles que retardaram as modificações de seus processos produtivos, são excluídos da atividade. A lógica está em que as tecnologias mais avançadas, se adotadas dentro de uma escala adequada de produção, reduzem os custos e, com isto, aumentam a lucratividade (JANK; GALAN, 1997).

Ao comparar os sistemas tradicional e especializado, percebemos que, caso o produtor leiteiro produza a mesma quantidade de leite em ambos os sistemas, a renda familiar obtida por

esse produtor no sistema tradicional será maior do que no tecnificado. A renda da família proveniente do leite aumenta com a incorporação de tecnologia, desde que a produção seja realizada em maiores escalas, uma vez que a produção tecnificada é poupadora de mão-de-obra, comparativamente à tradicional.

Assim, devemos ter cuidado com prognósticos que afirmam existir um caminho único e inevitável: o desaparecimento de produtores não tecnificados. A seleção e o desaparecimento de grande parte dos produtores de leite do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba podem ser impedidos, desde que haja interesse político em fazê-lo. Os produtores devem se organizar e não permitir a sua exclusão do processo como se fossem um obstáculo à modernização da pecuária leiteira. Os pequenos produtores de leite precisam ser estimulados, pois, assim, serão capazes de gerar importantes ganhos de produtividade e tornarem-se eficientes na produção leiteira.

2.2 – Os impactos da granelização na produção de leite

Os anos de 1990 podem ter representado o divisor de águas entre um modelo arcaico de produção de leite e a modernização dessa atividade econômica primária, com seus reflexos nos ganhos de produtividade, no provável início de um processo de competitividade com os produtos lácteos importados e na ampliação substancial da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores.

A modernização do setor produtivo do leite brasileiro e derivados iniciou-se, de fato e por assim dizer, a partir das primeiras regulamentações técnicas emanadas do MERCOSUL (1992) e que fixaram padrões de identidade e qualidade dos produtos lácteos de maior interesse comercial nesse mercado (SOUZA; FRANCIS, 2002/2003).

A produção de leite no Brasil vem passando por um processo de regulamentação, que contempla uma revisão dos padrões de qualidade e de fiscalização do produto. Assim, foi criado

pelo Governo Federal o PNML (Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite). Cabe destacar que ele é composto de várias propostas, sendo que algumas merecem destaque: aumento da amplitude e eficiência do sistema de inspeção; a ordenha e o armazenamento do leite na propriedade rural, sob refrigeração; estabelecimento de limites no horário de recepção do leite tipo C nos laticínios; substituição da coleta de leite em latões pelo transporte a granel de leite refrigerado; processo de educação técnico-sanitária continuada de todos os segmentos envolvidos no processo produtivo.

A consequência de maior impacto da nova legislação será a substituição, dentro de determinados prazos, do leite *in natura* tipo C por matéria-prima resfriada na propriedade rural e transportada a granel até a indústria.

Esse leite terá, desde o início de sua produção e diferentemente do leite tipo C, padrões de qualidade progressivos, tanto no sentido de sua aplicação pelas diferentes regiões do país, quanto aos calores mínimos ou máximos dos diferentes parâmetros a medir. Podemos estimar que esse leite deverá atingir ou superar, dentro de pouco tempo, os índices de qualidade já tradicionalmente estabelecidos para o leite cru tipo B, resultando, provavelmente, na fusão de ambos os tipos.

A produção de leite *in natura* resfriado, propriamente dito, estará devidamente regulamentada quanto aos índices de qualidade dessa matéria-prima, assim como terá como esteio a chamada granelização (Regulamento Técnico da Refrigeração do Leite na Propriedade Rural e seu Transporte a Granel). Hoje (2005), discute-se muito sobre determinados aspectos da granelização, notadamente, a utilização coletiva de tanques de refrigeração, a rapidez da refrigeração (tempo) e a temperatura máxima do leite na propriedade rural. Por um lado, predomina, nas indústrias, o temor de que o uso de tanques comunitários acarretem mais problemas à qualidade da matéria-prima; por outro, a apreensão dos pequenos produtores rurais,

receosos de se acharem, de um momento para outro, excluídos da atividade econômica que, em muitos casos, lhes garante parte considerável, senão total, do sustento familiar.

Ao lado das exigências das empresas, ocorre o aumento do número de produtores que vendem leite e derivados diretamente ao consumidor. A produção e a comercialização de derivados lácteos, especialmente de queijo, não é recente, e sempre se constituiu numa alternativa utilizada pelos produtores que não desejam entregar toda a sua produção às empresas, obtendo baixa remuneração. Desta maneira, outra alternativa muito utilizada é a venda de leite no mercado informal, cujo preço alcançado é superior ao que é pago pelas empresas.

O volume de leite informal produzido no Brasil tem aumentado, consideravelmente, desde a abertura comercial. No final da década de 1990, o leite informal já correspondia a 46% da produção total (TANNÚS, 2005). Isto é preocupante no que diz respeito ao desenvolvimento do setor leiteiro e também pelo risco que produtos sem inspeção podem representar para os consumidores.

O setor leiteiro, conforme já destacado, durante os anos de 1990, passou por profundas transformações. Após o progressivo fluxo de importações subsidiadas e o crescimento do consumo de leite e derivados, atribuído principalmente à estabilização da moeda em 1994, a produção nacional teve que passar por uma reestruturação, visto que apresentava baixa elasticidade de oferta.

O mercado de leite envolve questões complexas que, provavelmente, não serão resolvidas apenas com as determinações contidas na Portaria n. 56 do Ministério da Agricultura. Além disso, o mercado informal de leite e derivados, ao lado das importações subsidiadas no país de origem, representam considerável dificuldade para a modernização do agronegócio do leite no país.

Para o entendimento das questões envolvidas no mercado informal de leite e derivados, devemos considerar os seguintes fatores: 1) o grande crescimento da produção de leite sem inspeção demonstra que este mercado não é formado apenas de pequenos produtores. Ao contrário, cada vez mais, médios e grandes produtores são atraídos para a informalidade, o que denota as forças políticas e econômicas desse mercado não são desprezíveis; 2) a descentralização da fiscalização para estados e municípios mais piorou do que melhorou a situação. Na dúvida, não se fiscaliza e, conseqüentemente, não se pune. Já são conhecidas as ingerências políticas na fiscalização dos municípios e dos estados; 3) na atual crise de desemprego, os governos federal, estadual e municipal tendem a afrouxar a vigilância, temendo as implicações sociais que uma fiscalização rigorosa poderia trazer. Isto não acontece só com o setor leiteiro, mas em vários setores da economia do país, em que a informalidade não é uma exceção, mas uma regra; 4) mesmo que exista a decisão política de fazer cumprir a portaria, ainda assim, isto poderá não acontecer, em razão da incapacidade do governo de fiscalizar, dada a falta de recursos humanos e financeiros; 5) se, por um lado, o mercado informal representa uma concorrência desleal com o formal, por não recolher impostos e pouco ou nada se gastar para assegurar a qualidade do leite e derivados, implicando menores custos, por outro, os agentes econômicos do mercado informal ampliam a concorrência de todo o mercado (TANNÚS, 2005).

Além disso, e, talvez, o mais importante é que o mercado informal envolve vendedor (produtor) e comprador (consumidor). Não é uma questão apenas do produtor, como se costuma pensar. Portanto, para combatê-lo, é necessário conhecer as razões que levam produtor e consumidor a preferir esse mercado. E a principal delas é o preço pelo qual o leite é vendido/comprado.

Com a eliminação dos intermediários (laticínios e varejistas), o produtor pode vender o leite por um preço até mais de 100% maior do que venderia para o laticínio, e o consumidor pode comprá-lo por um preço entre 13 e 100% menor do que pagaria num supermercado ou padaria¹³.

Pelo lado do consumidor, a preferência pelo leite *in natura* é motivada, ainda, pela crença de que o produto seja de melhor qualidade que a do leite pasteurizado (tipo C) ou mesmo do leite longa vida. É muito comum, inclusive, as pessoas se referirem ao leite *in natura* como “leite de vaca” e ao leite longa vida e ao pasteurizado (tipo C) como “leite de caixinha” e “leite de saquinho”, respectivamente.

Diante desse debate, paira a determinação geral e efetiva de conferir real, progressivo e consistente ganho de qualidade ao processo produtivo em geral. Será necessário tornar compatíveis os diversos interesses envolvidos, na medida do possível, não se perdendo de vista, entretanto, o objetivo principal de todo esse processo de mudança, que é a melhoria da qualidade do leite.

2.3 – As importações de leite e os reflexos para a cadeia produtiva no Brasil

As políticas públicas para o setor leiteiro foram marcadas pelo tabelamento, pela importação/reidratação de leite em pó para a produção de leite fluido e pela descontinuidade de ações.

Durante 46 anos, ou seja, de 1946 a 1991, o setor leiteiro sofreu interferência governamental por meio da fixação dos preços do leite, tanto para o produtor, quanto para o

¹³ Comparação entre os preços do leite *in natura* integral e do leite longa vida integral, base agosto de 2005. Preço médio do litro de leite *in natura* vendido pelo produtor ao laticínio: de R\$ 0,45 a R\$ 0,50; Preço do leite *in natura* vendido pelo produtor no mercado informal: R\$ 1,00; Preço médio do leite longa vida integral praticado pelos varejistas: de R\$ 1,15 a R\$ 2,00 (dependendo do porte do estabelecimento).

consumidor. Essas políticas visavam controlar os índices inflacionários e, conseqüentemente, os reajustes salariais. Porém, tal situação levou a uma forte descapitalização do setor, uma vez que a cadeia não se mostrava viável a investimentos empresariais (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002). A interferência do Estado, quanto ao preço do leite, no período pós-guerra, ocorreu porque o leite era um produto básico na dieta alimentar, com um peso significativo na cesta de consumo da população urbana. Assim, era de interesse manter baixo o seu preço em função da reprodução das classes trabalhadoras (FLEURY, 1983).

Entretanto, após os anos 1990, não havia mais como manter a política de tabelamento do preço do leite, face à modernização que vinha ocorrendo no setor. O MERCOSUL teria um papel importante neste processo.

Ao fazer uma avaliação dos resultados obtidos pela intervenção governamental no setor, de abril de 1945 até setembro de 1991, Paulillo; Herrera; Costa, (2002), concluímos que não foram beneficiados nem o consumidor, nem o produtor. A fórmula importação/reidratação e o tabelamento do preço não atenderam ao consumidor no que diz respeito à qualidade, preço e disponibilidade do produto no mercado. Ao mesmo tempo, freou a modernização da pecuária leiteira.

A conseqüência da política governamental para o setor lácteo não poderia ser outra: criou um setor deficiente e marcado por crises recorrentes de abastecimento. A sociedade brasileira só não percebeu o prejuízo, porque foi abastecida, maciçamente, pelas importações de leite e derivados altamente subsidiados nos países de origem.

Os efeitos dessa política desestimulante ao produtor de leite alcançaram também o consumidor nacional, que convive com produtos importados de qualidade duvidosa e com os riscos decorrentes da existência de um mercado informal expressivo, além dos problemas sociais

gerados pela migração rural-urbana, fruto do abandono da atividade leiteira por diversos produtores.

A cadeia produtiva do leite passou por várias reformulações a partir dos anos de 1980, em decorrência da abertura comercial, da regulamentação do setor pelo governo federal e da consolidação do MERCOSUL, que, apoiado na liberação de tarifas entre os países membros, provocou a importação sistemática de leite e derivados dos países membros.

A importação de leite e derivados tem prejudicado o setor leiteiro nacional, notadamente no que diz respeito aos produtores, pois à medida que aumentam as importações, os produtores nacionais sofrem com a redução do preço pago pelas empresas.

A liberalização do preço do leite, em 1991, provocou a extinção de vários programas sociais que absorviam grandes volumes de leite pasteurizado e em pó. Assim, de acordo com Stevanato (2002, p. 23), “O governo deixou de ser importador exclusivo de produtos lácteos, abrindo desta forma o mercado”.

Para Santos (2004, p. 67):

a liberalização comercial se caracterizou por redução geral das tarifas comerciais para importação. O governo abriu o mercado com o intuito de promover tais reformulações na política comercial, sendo que as importações foram favorecidas pela sobrevalorização da taxa de câmbio.

Para Bernardes; Nogueira Netto; Mustefaga (2000), o comércio mundial de lácteos é extremamente distorcido. Os preços dos produtos refletem as práticas de subsídios e *dumping*¹⁴ utilizadas pela maioria dos países exportadores. Essas práticas desleais de comércio reduzem artificialmente o preço dos produtos lácteos, prejudicando a pecuária de leite dos países em desenvolvimento.

¹⁴ O setor sofre com as aquisições de laticínios de terceiros mercados a preços inferiores aos respectivos custos de produção nos países de origem caracterizando *dumping*.

Durante os anos de 1990, houve a constatação da prática de *dumping*, uma vez que foram negociadas grandes quantidades de leite em pó, com vantagens comerciais para os países exportadores, quais sejam, Argentina, Uruguai, Nova Zelândia, além da União Européia.

O aumento das importações de leite em pó, aliado à desvalorização do real, em 1999, e à queda dos preços do produto no mercado internacional, levou a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) a investigar a ocorrência de práticas desleais no comércio de leite no mesmo ano.

O Brasil apresenta déficit de abastecimento e baixos indicadores de produtividade, que estão diretamente ligados às importações e às políticas intervencionistas, apesar do seu potencial de produzir a custos baixos.

Podemos afirmar que o setor de laticínios, no país, não precisa atuar contra as importações e nem a livre concorrência entre os países. No entanto, é inaceitável competir com produtos que sejam comercializados internacionalmente por um valor inferior à metade do seu custo de produção, a exemplo do leite em pó. “O custo de produção do leite em pó na União Européia é superior a US\$ 3 mil dólares por tonelada. Esse mesmo produto chegou a ser vendido ao Brasil por US\$ 1.500, caracterizando, inequivocamente, uma prática desleal de comércio”. (BERNARDES, NOGUEIRA NETTO, MUSTEFAGA, 2000, p. 49).

O maior trunfo do setor de laticínios no Brasil é o tamanho do mercado: mais de 180 milhões de habitantes, (IBGE, 2005). O país apresenta *déficit* de abastecimento e um invejável potencial de crescimento do consumo *per capita*. Porém, a conquista desse mercado e a exploração de seu potencial exigem defesa comercial ágil e eficaz contra as importações desleais. Infelizmente, até o momento, essa função indelegável do Governo não foi exercida efetivamente.

O setor de lácteos no Brasil experimentou mudanças na década de 1990, especialmente nos três primeiros anos do Plano Real, quando houve aumento da produção, do consumo *per capita* e melhoria na qualidade da matéria-prima. Em 1999, no entanto, a produção entrou em

queda, reduzindo vagas de trabalho e perdendo espaço no mercado doméstico. De acordo com Jank e Galan (2000), as maiores indústrias de laticínios são: Nestlé, Parmalat, Itambé, Paulista, Elege (Avipal), Grupo Vigor, Batavia, Agromilk, Fleischman Royal, Danone e Laticínios Morrinhos. As 12 maiores indústrias de laticínios do país chegaram a perder 42 mil produtores entre 1997 e 1999. Como consequência, a recepção do leite por essas empresas caiu 4,6%, passando de 5,56 bilhões de litros, em 1997, para 5,30 bilhões, em 1999. Tudo indica, porém, que o setor voltará à fase de crescimento, iniciada em 1994, com o Plano Real, quando o Brasil produzia 15,7 bilhões de litros.

De lá para cá, apesar dos reveses dos dois últimos anos, a produção de leite saltou para o patamar de 20 bilhões de litros. Esse resultado só foi possível, porque o pecuarista especializou-se. Houve melhoria da qualidade de matéria-prima, com o resfriamento do leite na propriedade e com o transporte a granel. O aumento da escala de produção compensou o declínio no número total de produtores, permitindo o incremento na captação da indústria. Esses avanços, somados à introdução de tecnologias adequadas à realidade nacional, privilegiando a utilização de forrageiras tropicais e o bom gerenciamento da propriedade, estão modificando o perfil da atividade leiteira em diversas regiões do país.

A partir das medidas *antidumping* no ano de 2000, verificou-se a redução nas importações de leite. Essas medidas tiveram por objetivo regularizar o mercado e corrigir distorções, mas sem proteção ou vantagens para nenhum país ou empresa.

As importações são alternativa à compra do leite *in natura* dos produtores, e, quando os preços internacionais estão baixos, fortalecem o poder de barganha da indústria, que tende a pressionar para baixo os preços pagos ao produtor, deixando de remunerar adequadamente a atividade. Dessa forma, como o mercado brasileiro está totalmente aberto às importações, os preços domésticos acompanham os preços internacionais. Infelizmente, essa regra vale somente

para os preços pagos aos produtores de leite, mas não chega ao consumidor. Quando os preços internacionais estão baixos, as indústrias rebaixam os preços ao produtor, mas não necessariamente repassam ao consumidor a diferença obtida nos preços pagos pela matéria-prima. Santos (2004) menciona que as importações são estimuladas pela taxaço e pelo prazo de pagamento, que pode chegar a dois anos.

Além das importações, uma outra questão que merece ser abordada refere-se ao fim do tabelamento do preço do leite pelo governo federal, que afetou desde o produtor até o consumidor final. Durante 46 anos (1945-1991) em que vigorou o tabelamento, a pecuária leiteira pouco se modernizou, pois não havia incentivos governamentais que estimulassem a produção.

Por outro lado, no período em que vigorou o tabelamento, os produtores tinham uma garantia de quanto seriam os seus rendimentos, ao contrário do que ocorre atualmente, podendo os laticínios reduzir os preços ao produtor, de acordo com os seus interesses. O consumidor também enfrentou problemas até 1991, referentes à qualidade, à disponibilidade e à variedade dos produtos no mercado.

Em 1991, a intervenção governamental no setor teve seu fim, fato que, associado ao processo de abertura da economia brasileira, fez com que várias empresas multinacionais do setor de laticínios ingressassem no país, conquistando os consumidores com suas inovações.

O Plano Real, implantado em julho de 1994, foi fundamental para o mercado de alimentos, pois, com a estabilidade da moeda no início da sua vigência, ocorreu uma ampliação do poder aquisitivo e as pessoas tiveram acesso a produtos considerados supérfluos até então. Nesse contexto, cabe destacar que o leite e seus derivados são produtos muito sensíveis à redução de preços e ao aumento da renda.

O Plano Real, nos seus primeiros anos de implantação, provocou a estabilização monetária, propiciando a redução do preço do leite e dos derivados. Portanto, essa redução teve

um aspecto negativo, uma vez que foi transmitida também aos produtores, que passaram a receber menos pelo leite entregue aos laticínios.

A diferença entre o preço pago pelos consumidores e o que é recebido pelos produtores pode ser apropriada tanto por intermediários, como por cooperativas e laticínios, cujo poder econômico é maior que o dos produtores, e, conforme afirmam Bernardes; Nogueira Netto; Mustefaga (2000, p. 34):

[...] os aumentos de preços ao consumidor frequentemente não são repassados aos produtores ou, quando isto acontece, demora meses e não são transferidos integralmente. Esta situação também ocorre na alternância de períodos de safra e entressafra, que impõe ao mercado a oferta sazonal de matéria-prima a preços variáveis. A indústria antecipa a redução de preços aos produtores quando o período de safra se aproxima, ao passo que retarda o aumento no preço do leite ao produtor quando se avizinha o período da seca. Esse comportamento do segmento industrial é facilitado pelo fato de, na maioria das vezes, o pagamento aos produtores ser realizado depois de um mês da entrega do leite.

Embora o preço pago pelo litro do leite ao produtor tenha sofrido redução, não se pode negar que o aumento do consumo de leite estimulou o aumento da produção nas bacias leiteiras brasileiras tradicionais e, também, em novas áreas, como o Cerrado de Minas Gerais e de Goiás, por exemplo.

A abertura da economia brasileira provocou várias transformações no sistema agroindustrial do leite no país. Assim, consideramos importante mencionar o momento atual, em que a oferta de leite no país está abaixo da demanda, o que tem estimulado a recuperação dos preços pagos ao produtor.

Ainda que esteja ocorrendo esta recuperação que beneficia o produtor, a indústria de laticínios pode voltar com a importação de leite e derivados, muito comum até pouco tempo, visando à queda dos preços pagos ao produtor. A esse respeito, Campos Filho (2005, p. 1) faz um alerta:

o governo brasileiro deve estar atento a essa situação, não apenas por estar preocupado com o produtor de leite brasileiro e estimulá-lo para que no mínimo a produção nacional atenda às necessidades de consumo, mas por que, sem isso, a exemplo do que aconteceu no passado, o Brasil será um importador crônico de leite, deixando de gerar no campo milhares de empregos e contribuindo para o aumento da fome e da violência urbana em nosso país.

A recuperação dos preços ao produtor ainda é pequena, todavia está contribuindo para o aumento da produção de leite no país. Nesse sentido, o Brasil caminha para a auto-suficiência em lácteos, possuindo capacidade industrial suficiente para atender a toda a demanda de leite em pó, acarretando, assim, a redução das importações desse produto. O leite em pó importado hoje (2005) pelas empresas no Brasil é utilizado na fabricação de leite condensado, que é exportado com maior valor agregado.

Portanto, as importações de leite em pó passam a ter outra finalidade, à medida que este produto deixa de ser importado para se destinar ao consumidor brasileiro, passando a transformar-se em produtos voltados à exportação. Esta é uma nova característica dos mercados expressa pela globalização/liberalização comercial, assim, as importações são realizadas na entressafra e, posteriormente, exporta-se o produto processado.

O leite em pó tem um papel importante, tanto para o mercado de consumo final, quanto por ter a vantagem de poder ser estocado, ou utilizado como insumo reidratado.

Em outros países, esse produto é utilizado, principalmente, para outros fins, embora a tradição de consumo no Brasil seja muito mais forte do que nos países desenvolvidos, onde os mercados de insumos industriais e rações animais representam importantes saídas. Conforme destacou Campos Filho (2005, p. 1),

o governo dos EUA já autorizou uma doação de 98.880 toneladas para os produtores rurais do Oeste, destinados para alimentação animal, para auxiliá-los em função das dificuldades da seca que acomete aquela região do país. E se a seca continuar, deverá ser autorizada nova doação, de 113.390 toneladas de leite em pó. Isto contribuirá muito para reduzir os estoques e ajudar os produtores do oeste do país, que estão em dificuldades.

O leite em pó constitui-se num dos primeiros substitutos do leite fluido, a partir do processo de consolidação da urbanização brasileira. Nos anos de 1980, esse produto seria substituído pelo leite longa vida, que, pela sua praticidade, conquistou o consumidor brasileiro e, a partir dos anos 1990, passou a ser o preferido dos consumidores, em detrimento do leite pasteurizado.

No próximo capítulo, mostraremos a importância da pecuária leiteira no contexto da agricultura familiar, procurando destacar a produção familiar de leite em Ituiutaba (MG), face à importância desse segmento no contexto econômico do município.

3 – A PECUÁRIA LEITEIRA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: as transformações recentes em Ituiutaba (MG)

3.1 – A agricultura familiar no Brasil: retomando a discussão

3.1.1 – A formação da pequena propriedade no Brasil

O surgimento da pequena exploração agrícola no contexto de desenvolvimento do capitalismo, no meio rural brasileiro, tem raízes e especificidades históricas, com destaque a dois momentos cruciais, quais sejam: o período colonial, com o advento da grande exploração; e o transcorrer do século XIX, com a criação de núcleos coloniais com base na pequena propriedade rural.

No período colonial, a economia estava, de acordo com Prado Júnior (1981), baseada na grande exploração, uma vez que essa organização fundiária atendia aos interesses da metrópole portuguesa e do próprio sentido da colonização do país, que, na perspectiva desse autor, estava centrada no empreendimento comercial.

Na análise de Prado Júnior (1981), a grande exploração representou o "nervo" da agricultura colonial, em detrimento da pequena, que, nesse período, representava um apêndice da organização agrária de grande porte econômico, possuindo, dessa forma, um caráter de economia complementar e subsidiária.

Os principais elementos de sustentação da grande lavoura, como é o caso do trabalho escravo e da monocultura, propiciaram, até o século XIX, uma considerável expansão em termos econômicos. Porém, com a abertura política e econômica de 1808 e, sobretudo, com a transição

para o trabalho livre (segunda metade do século XIX), tais elementos mostraram-se amplamente desfavoráveis. Foi nesse contexto que se consolidou, no Brasil, o papel da pequena propriedade agrícola.

A pequena propriedade, no Brasil, possui características e particularidades, com relação ao seu surgimento e consolidação, em diferentes regiões do país. Isso porque, diferentemente do que ocorreu no sul do Brasil, onde se originou mediante políticas de criação de núcleos coloniais, no Estado de São Paulo, a pequena propriedade surgiu como forma de atrair mão-de-obra imigrante à lavoura cafeeira.

A partir da criação desses núcleos coloniais, muitos colonos passaram a ser atraídos pela possibilidade de se transformarem em pequenos proprietários de terra. Para Petrone (1982, p.48), as propostas do governo atendiam aos interesses desses imigrantes:

em São Paulo, a pequena propriedade surgiu com objetivos diferentes do que nos outros estados e se integrou em realidade outra, transformando-se em elemento complementar do latifúndio.

O aceno de acesso à terra depois de um estágio na fazenda fazia dos projetos de criação de pequena propriedade uma “isca” para atrair imigrantes.

Conforme apontou Petrone (1982), os núcleos coloniais, diferentemente da Região Sul, em São Paulo, não prosperaram, tanto em número quanto em eficácia de povoamento, e, no caso específico de São Paulo, predominou a ‘imigração subvencionada’, que empregava os braços dos imigrantes à grande lavoura cafeeira.

A partir de 1840, com a progressiva expansão do café no estado de São Paulo e, sobretudo, com a falta de braços à lavoura em virtude da transição ao trabalho livre, criou-se um embate com relação ao destino dos colonos imigrantes. Isso porque eles passaram a ser disputados tanto por núcleos de pequena propriedade, como também pelos fazendeiros de café em São Paulo:

[...] a pequena propriedade em São Paulo devia funcionar como reservatório de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita. E esse aspecto que induziu muitos fazendeiros a lotear, em seus domínios ou nos seus limites, as terras não próprias para a cultura de café, a fim de fixar próximo ao cafezal uma população que, para arredondar seus rendimentos, ofereceria sua força de trabalho em certas ocasiões. (PETRONE, 1982, p. 48).

Assim, o surgimento da pequena propriedade, em São Paulo, no século XIX, cumpriu outros objetivos e transformou-se num elemento complementar ao latifúndio, em contraste com outras áreas, cujos objetivos militares de ocupação com base na pequena propriedade conseguiram êxito, embora muitos núcleos tenham ficado isolados no âmbito econômico.

Petrone (1982) lembra-nos que uma das formas de implementar a entrada de imigrantes nas fazendas de café no Estado de São Paulo foi o contrato de trabalho. Nesse sentido, o sucesso atingido pelo sistema de parceria nas fazendas de café possibilitou, de certa forma, o crescimento da produção, assim como das áreas plantadas com essa cultura em direção a outras áreas do estado de São Paulo.

Foi com o advento da cultura do café e, sobretudo, a partir da Lei Euzébio de Queiroz (1850), que teve início o processo de passagem do trabalho escravo ao sistema de colonato com base no trabalho imigrante, que, por sua vez, consolidou a importância do trabalho familiar assentado na pequena propriedade. Entretanto, foi como complemento do latifúndio que a pequena propriedade instalou-se como parte do processo fundiário no meio rural.

3.1.2 – A modernização agrícola e o pequeno produtor

O desenvolvimento da agricultura, ocorrido no Brasil no período entre 1930 e 1960, foi marcado por um padrão de crescimento agrícola, apoiado na expansão horizontal com baixo nível

tecnológico e pela ação do Estado por meio de políticas de colonização, para o crescimento da economia agrícola, voltando a produção para o mercado interno (SORJ, 1986).

Portanto, a dinâmica da produção agrícola tinha passado a orientar-se por determinantes internos. Com o deslocamento da produção para o mercado interno, as transformações da base técnica ainda estavam vinculadas ao setor externo, dependendo da capacidade de importação de máquinas e insumos que o país tinha, para que houvesse a incorporação de inovações técnicas. Assim, as decisões de produzir estavam se internalizando gradativamente, dadas as novas exigências do mercado nacional, enquanto os elementos necessários à produção dependiam cada vez mais da abertura para o mercado externo (KAGEYAMA, 1990).

Ocorreu um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base na revolução verde, que beneficiou principalmente as grandes propriedades, que exploravam produtos para exportação e se localizavam, em grande parte, nas regiões mais industrializadas do país. Apesar das grandes modificações introduzidas na estrutura produtiva do campo, o padrão de distribuição fundiária preservou sua principal característica, a forte concentração de terras. Os pequenos produtores rurais, em sua maioria, não se beneficiaram com o crescimento ocorrido nesse período (WANDERLEY, 1997).

As principais instituições que lidavam com as questões agrícolas – governamentais, de ensino, de pesquisa, de assistência técnica pautavam-se pelo modelo da revolução verde, que priorizava o incremento da produção e da produtividade mediante a incorporação de tecnologias agroquímicas e mecânicas. O planejamento das ações orientadas para o desenvolvimento rural centrava-se nas atividades desenvolvidas no interior das unidades produtivas, não considerando, adequadamente, os processos que se realizavam à sua montante e jusante, o que, inevitavelmente, gerava uma visão reducionista e distorcida do setor agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Por outro lado, a intervenção do Estado orientava-se, em grande parte, por princípios

patrimonialistas, na alocação dos recursos públicos no setor, o que ampliava as desigualdades existentes.

A maneira de compreender e de intervir no campo, se, de um lado, contribuiu para a emergência dos grandes complexos agroindustriais, de outro, manteve os acentuados níveis de pobreza que atingiam a maioria da população rural (PEIXOTO, 1998). Dito de outra maneira, o processo de crescimento da agricultura criou novas realidades produtivas, mas não foi capaz de resolver as principais questões sociais existentes.

Portanto, o dinamismo atual das atividades agrícolas precisa ser compreendido em novas bases teóricas, incorporando as determinações geradas pela globalização e pela abertura da economia para o exterior, mas as questões herdadas do passado também requerem um entendimento baseado em um quadro de referências novas, por sua vez, condicionado pelo aparecimento de um novo contexto social.

A crescente internacionalização e interligação dos mercados gerou a necessidade de novos padrões de qualidade para os bens produzidos, a preocupação com a conservação dos recursos materiais e com a autosustentabilidade da produção agrícola. Por outro lado, o aprofundamento das relações intra e intersetoriais fez com que a agricultura deixasse de ser vista como uma atividade setorial e, sim, como uma cadeia produtiva.

Por essa ótica, as determinações mais importantes da produção agrícola estão situadas fora dela e não mais no seu interior. As cadeias produtivas compreendem os processos que se dão à montante da propriedade (crédito, insumos, maquinário etc.), os que ocorrem em nível da produção agrícola e os que se efetivam à sua jusante, a exemplo da industrialização e comercialização dos produtos obtidos. Estes últimos implicam uma contínua agregação de valor aos bens produzidos. Isto vai configurar o que, na literatura recente, é denominado de "negócio

agrícola", cujo elo mais importante são, justamente, os grandes complexos agroindustriais, que passam a responder pela maior parte do valor da produção agrícola (PEIXOTO, 1998).

Embora, hoje (2005), a modernização da agricultura atinja, direta ou indiretamente, todo o país, processou-se de forma extremamente seletiva, privilegiando os territórios, as culturas e os segmentos socioeconômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações científico-técnicas e que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo globalizados e interligados aos demais setores econômicos. A difusão de inovações, assim como a distribuição de crédito rural deram-se de maneira não uniforme, constituindo um setor baseado em uma estrutura dual, promovendo um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado do setor no país. As áreas, as culturas e os produtores que não foram, de alguma forma, incorporados ao processo de modernização exercem papéis periféricos na organização da produção agrícola que se processa nas últimas décadas. O espaço rural não foi homogeneizado, uma vez que foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas. Construiu-se, desse modo, um espaço seletivo, com uma forte concentração territorial das formas resultantes do processo de modernização da agricultura.

Enquanto o modelo tradicional de exportação de produtos agropecuários era baseado, particularmente, na utilização extensiva de terra e da força de trabalho, o modelo ideal do período da modernização teve como fundamento o uso intensivo de capital, tecnologia, informação, mão-de-obra especializada e uma quantidade incomensurável de insumos industrializados diversos, o que acabou por desenvolver diversos ramos da indústria. Paralelamente à modernização da agricultura, desenvolveu-se um moderno parque industrial, fosse das indústrias para suprir as novas demandas da atividade agrícola e pecuária (fertilizantes, adubos, tratores, pulverizadores, etc), fosse das indústrias para transformar os resultados dessa produção das agroindústrias.

Nas áreas agrícolas onde o desenvolvimento ocorreu de forma integrada aos demais setores econômicos e em bases modernas, foi comum o processo de substituição das culturas voltadas à demanda do mercado interno de alimentos (como o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, a batata, a cebola, entre outros), pelas culturas voltadas à exportação (soja, cana-de-açúcar e laranja), com preços mais competitivos no mercado internacional. Estas últimas passaram a ocupar parte significativa da pauta de exportações do Brasil, nas décadas mais recentes (1990, 2000) e caracterizam-se por serem produzidas em grandes propriedades, por terem amplo acesso ao capital financeiro e às inovações, por contarem com um sistema de transporte e armazenamento modernos e por todas as demais influências da produção agrícola brasileira moderna.

Em contrapartida, a produção e a produtividade dos alimentos voltados à demanda do mercado interno modernizaram-se muito menos, crescendo em ritmo mais lento e, muitas vezes, até decrescente, gerando escassez e obrigando, em vários casos, a importação de produtos tradicionalmente pertencentes à cesta básica do brasileiro, como o feijão, o arroz, a carne bovina, o leite, que se tornaram mais onerosos no orçamento da maior parte da população.

3.1.3 – A agricultura familiar: a revalorização no pós 1990

A agricultura familiar brasileira foi marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. A fragilidade e a dependência social e política desse estrato de agricultores estão estreitamente relacionadas com os eventos que proporcionaram o surgimento das grandes propriedades, a partir de 1850, e com os "ciclos" econômicos do açúcar e café.

No período das monoculturas exportadoras, como a determinação do volume a ser produzido estava diretamente ligada ao preço internacional, estando este em alta, estimulava-se a expansão dos produtos familiares para o abastecimento do mercado interno, pois as terras dos latifúndios eram utilizadas exclusivamente para a produção de exportação. Com a queda dos preços internacionais, parte das terras ocupadas com a monocultura era trabalhada pelos escravos ou arrendatários para a produção de subsistência e para o suprimento do mercado interno.

Portanto, “no início do século XIX, a extinção do regime de sesmarias, aliada à ausência de outra legislação regulando a posse das terras devolutas, provoca uma rápida expansão dos sítios desses pequenos produtores” (GRAZIANO DA SILVA, 1996a, p. 27). Assim, com a implantação da Lei de Terras, em 1850, cria-se um instrumento de restrição ao acesso à terra, podendo adquiri-la somente o proprietário de capital. Aliada a esse fato, ocorre a proibição do tráfico negreiro e, em 1888, a abolição da escravatura.

O resultado dessas medidas foi a criação da força de trabalho não-escrava, formada por homens sem condição de ter acesso à terra, que vinham somar-se ao contingente, já existente, de homens livres desprovidos de capital. Formou-se uma grande massa de mão-de-obra disponível, atendendo às necessidades dos latifúndios que, além de verem supridas suas necessidades de trabalhadores, ficariam protegidos contra uma expansão da propriedade familiar, pois “[...] se houvesse homem 'livre' com terra 'livre', ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios” (GRAZIANO DA SILVA, 1996a, p. 28).

Após 1888, verificamos a instalação de uma indústria no país, ainda que incipiente: fabricas de chapéus, de louças, de fiação e tecelagem, gerando um novo campo para a propriedade familiar, que, a partir daí, poderia produzir, além de alimentos, matérias-primas para essas fábricas, “[...] uma vez que o latifúndio continua a monopolizar a produção destinada à exportação – o café” (GRAZIANO DA SILVA, 1996a, p. 29).

Por volta de 1930, ocorreu a crise do café e o início da efetiva industrialização do país. O núcleo da economia foi, lentamente, sendo transferido da agricultura para a indústria. Nesse processo, a indústria ia, progressivamente, assumindo a liderança do processo de acumulação de capital. Entretanto, o deslocamento do foco da economia no sentido agricultura/indústria, alavancado pelo capital das oligarquias cafeeiras, não resultou em uma alteração na estrutura agrária do país.

O início da modernização da agricultura deu-se somente após a metade dos anos de 1950 e trouxe para o Brasil as indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, dentre outros.

A partir da constituição desses novos ramos da indústria agrícola, novos mercados também tinham que se abrir. O governo implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desse novo ramo da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais.

Esse modelo desenvolvimentista gerou uma grande concentração de terras e de renda no meio rural, marginalizando, do processo, mais de dois terços da população que vivia no campo (www.seag.es.gov.br, 2005).

O resultado desse modelo tem-se refletido, de maneira geral, apesar do aumento na produção global, no agravamento do desemprego no campo e na cidade, no aumento dos preços dos alimentos, na degradação do meio ambiente e na ocupação desordenada do território nacional. Outros problemas estão também vinculados ao modelo, como a queda na qualidade dos alimentos e o progressivo desaparecimento das tradições culturais no meio rural.

Assim, numa perspectiva histórica, pode-se observar que as características que marcaram a agricultura brasileira foram: “[...] de um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da

natureza, escravização da mão-de-obra seguida de precárias condições de acesso à terra e de emprego” (ROMEIRO, 1998, p. 101).

A partir da década de 1990, a discussão sobre agricultura familiar vem tomando força no Brasil devido ao reconhecimento da importância desse segmento econômico em gerar renda, emprego e melhores condições de vida no campo. As abordagens dos autores, a seguir, possibilitam melhor compreensão dessa realidade.

Wanderley (1999) mostra que a agricultura familiar é uma categoria genérica, que tem como característica uma vasta diversidade de formas sociais. Dentre estas diversas formas sociais que compõem a agricultura familiar, podemos destacar a agricultura camponesa, a agricultura de subsistência e a pequena produção. Por isso, é importante fazer distinções, que, por vezes, causam algumas distorções conceituais. Uma dessas distinções é diferenciar agricultura camponesa de agricultura de subsistência:

[...] conforme os objetivos que se propõem os agricultores, para si mesmos e para suas famílias, e conforme, também, os contextos sócio-econômicos (sic) locais e o respectivo nível de desenvolvimento, deve-se distinguir as unidades de produção camponesas de outras consideradas de subsistência. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar. (WANDERLEY, 1999, p. 30).

A outra distinção importante a fazer é entre agricultura camponesa e pequena produção:

[...] a agricultura camponesa é, em geral, pequena; dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é sua dimensão que determina sua natureza, e, sim, suas relações internas e externas [...]. (WANDERLEY, 1999, p. 31).

Ainda sobre o conceito de agricultura familiar, Wanderley (1999) e Abramovay (2000) destacam que ela é centrada na propriedade dos meios de produção e na execução do trabalho por familiares.

Retomando as idéias de Wanderley (1999), a autora mostra que é necessário, para a compreensão dessas diversas formas sociais, o conhecimento do conceito de agricultura familiar, ou seja, “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

As opiniões sobre a agricultura camponesa não são muito divergentes, pois, para Wanderley (1999) e Abramovay (2000), a produção, nessa categoria, não possui fins lucrativos, mas para a subsistência.

A agricultura camponesa é considerada por Wanderley (1999) como uma das formas sociais que compõem a agricultura familiar, pois ela é baseada na relação entre propriedade, trabalho e família, porém apresenta algumas características no que tange à sua inserção no meio econômico e social.

Para Abramovay (2000), a atividade econômica, dentro da agricultura camponesa, é determinada pelas necessidades de consumo do grupo, ou seja, o volume de trabalho é determinado pelo consumo familiar. Assim,

diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer às necessidades familiares. (ABRAMOVAY, 2000, p.61).

É nessa caracterização do trabalho camponês que Abramovay (2000) mostra o conceito de auto-exploração do campesinato desenvolvido por Chayanov, que assim se refere: “[...] mientras el tamaño de la unidad agraria capitalista es teóricamente ilimitada, la extensión de la unidad doméstica de explotación agraria está naturalmente determinada por la relación entre las necesidades de consumo de la familia y su fuerza de trabajo” (CHAYANOV, 1974, p. 89).

Na luta para garantir a sua reprodução social, a agricultura camponesa promove investimentos em busca de melhores condições de vida ou, pelo menos, manutenção das condições atuais para as gerações futuras.

[...] um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendidos na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência. (WANDERLEY, 1999, p. 3).

Lamarche (1998, p. 70) apresenta claramente o conceito do modelo de agricultura camponesa:

este modelo define-se por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro aqui é satisfazer às necessidades familiares.

Para Lamarche (1998), a existência de modelos de agricultura camponesa ou de subsistência em contextos socioeconômicos específicos pode ser justificada por estarem num estágio de subdesenvolvimento das atividades ou por uma crise de desenvolvimento.

Outra discussão sobre a agricultura familiar foi aquela apresentada pelo Relatório INCRA/FAO (1996). O Relatório, utilizando dados do Censo Agropecuário 1995/96, adotou os seguintes critérios “[...] a) a direção dos trabalhadores era exercida pelo produtor; b) não foram realizadas despesas com serviços de empreitada; c) sem empregado permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a três; d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul, mil hectares para as demais regiões” (INCRA/FAO, 1996, p. 5).

Portanto, o relatório, elaborado pelo estudo INCRA/FAO (1996), deixa claro que o tamanho da propriedade é determinado pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associando-o à tecnologia de que dispõe¹⁵.

A importância dos agricultores familiares é também mostrada no Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000), que utilizou dados do Censo Agropecuário 1995/96: os agricultores familiares são responsáveis por 30,5% da área total cultivada no país, correspondendo a 85,2% de estabelecimentos e contribuindo com 37,9% da produção total. Ainda de acordo com o estudo, os agricultores familiares demonstram ser mais eficientes no uso do crédito rural que os agricultores patronais, pois produzem mais com menos recursos do crédito rural.

Após essa breve apresentação do conceito de agricultura familiar, é necessário conhecer o contexto nacional em que esse segmento da agricultura se insere no Brasil. Para isso, é necessário compreender sua participação no desenvolvimento agrícola brasileiro e na produção familiar.

De acordo com a tabela 3, o total de estabelecimentos familiares é de 4.139.369, sendo que, deste total, a maioria encontra-se localizada na região Nordeste (2 milhões), seguida pela região Sul (907 mil), região Sudeste (633 mil), região Norte (380 mil) e a região Centro-Oeste com 162 mil estabelecimentos familiares.

¹⁵ Além desse critério, foi utilizada uma metodologia específica para estabelecer o tamanho médio das unidades familiares. Para mais detalhes, ver FAO/INCRA, 2000, p.11.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos familiares e participação relativa das grandes regiões brasileiras – 1995/96

Regiões	N.º de Estabelecimentos Total	N.º de Estabelecimentos Familiares	% sobre o Total Nacional Familiar	% sobre o Total Regional
Norte	446.175	380.895	9,2	85,4
Nordeste	2.326.413	2.055.157	49,7	88,3
Sudeste	841.665	633.620	15,3	75,3
Sul	1.003.179	907.635	21,9	90,5
Centro-Oeste	242.436	162.062	3,9	66,8
BRASIL	4.859.868	4.139.369	100,0	85,2

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: INCRA/FAO <<http://www.incra.gov.br/sade/EstabArea vBPFAM. asp>>. Acesso em: 23 jun. 2005.

Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

Assim, podemos verificar que a região Centro-Oeste (Tabela 3) ocupa a menor percentagem de propriedades familiares tanto em termos de total nacional (3,9%) como no total regional (66,8%). Para Caume (1997, p. 12), a justificativa se dá “pelos características do seu processo de ocupação histórica alicerçado em grandes unidades praticantes de uma pecuária de caráter extensivo.” Pessoa (1999) afirma que essa atividade era a mais viável economicamente para a região, por exigir apenas pastagens naturais, pouca mão-de-obra, instalações rústicas e reduzido capital.

A região Nordeste compreende 49,7% de propriedades familiares (total nacional). Para Azevedo (2005, p.1), a predominância da propriedade familiar nessa região ocorre porque,

no Nordeste, a pecuária deu sustentação tanto à *plantation* açucareira quanto à cotonicultura, persistindo e ganhando força nas décadas atuais, pós-falência cotonícola. A partir das transformações econômicas e socioespaciais ocorridas durante a formação histórica nordestina, a pecuária partiu de uma base estritamente de corte para a consolidação da produção de leite. Não obstante os fatores limitantes como condições naturais desfavoráveis e volubilidade do mercado, a mesma tem ganhado força, se modernizando e se expandindo, graças ao incentivo estatal.

A região Sul participa com o segundo maior número de produtores familiares (907 mil), porém trata-se de uma região colonizada por emigrantes europeus, que trouxeram o modelo de produção de seus países de origem, e onde a modernização da agricultura teve maior alcance que a ocorrida no Nordeste. Essa região também se caracteriza por grande difusão do cooperativismo e do associativismo e maiores facilidades para captar recursos governamentais. Já a região Sudeste se encontra no patamar intermediário, abrangendo, respectivamente, 15,3% do total nacional e 75,3% do total regional.

Conforme tabela 4, no Brasil, 39,8% dos estabelecimentos familiares atingem, sob qualquer condição, menos de 50 ha, sendo que outros 30% possuem entre 5 e 20 ha, e 17%, entre 20 e 50 ha. Ou seja, 87% dos estabelecimentos familiares abrangem menos de 50 ha. Os agricultores familiares com área maior que 100 ha e menor que a área máxima regional são representados por 5,9% dos estabelecimentos, mas ocupam 44,7% de toda a área da agricultura familiar brasileira.

Tabela 4 – Brasil – agricultura familiar: participação nos estabelecimentos, na área e área média, segundo os grupos de área total (em ha) – 2000

Grupos de Área Total (ha)	% nos Estabelecimentos	% na Área	Área Média
Menos de 5	39,8	3,0	1,9
5 a menos de 20	29,6	12,2	10,7
20 a menos de 50	17,2	20,4	31,0
50 a menos de 100	7,6	19,7	67,8
100 ha a 15 módulos regionais	5,9	44,7	198,0
Área média dos agricultores familiares			26,0

Fonte: MDA/INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/doc/agriFam.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2005.
Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

O percentual do Valor Bruto da Produção – VBP - produzido pela agricultura familiar, quando consideradas algumas atividades, demonstra a sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira.

A tabela 5 mostra que os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% de aves e ovos produzidos. Em relação a algumas culturas temporárias e permanentes, a agricultura familiar produz 31% de arroz, 67% de feijão, 97% de fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32 % da soja e 25% do café.

Tabela 5 - Valor bruto da produção de produtos selecionados nos estabelecimentos familiares (%) – 2000

Produto	Participação no VBP Total
Fumo	97
Mandioca	84
Feijão	67
Suínos	58
Pecuária leiteira	52
Milho	49
Aves / ovos	40
Soja	32
Arroz	31
Café	25
Pecuária de corte	24

Fonte: MDA/INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/doc/agriFam.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2005.

Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

O crescimento da renda desse segmento, por meio da conquista de mercado, traz impacto favorável, principalmente às regiões interioranas do país, onde exerce papel fundamental para o

desenvolvimento social, evitando o êxodo rural e tornando-se instrumento de inclusão social, geração de trabalho e renda.

3.2 - A importância da agricultura familiar e da pecuária leiteira em Ituiutaba (MG)

A agricultura familiar é uma categoria social que mostra uma característica histórica marcante, que é a sua marginalização ou exclusão de todo o processo de modernização da agricultura brasileira, conforme já analisado anteriormente. Essa marginalização tem origem no processo de reestruturação espacial e social que a modernização promoveu no Brasil. A marginalização espacial no sentido geográfico de ter criado áreas específicas modernizadas e produtivamente competitivas, promovendo uma grande diversidade regional, é considerada, por Graziano da Silva (1999), como uma das principais características da modernização brasileira. Social, no sentido de ter possibilitado um diferencial social entre os produtores, como os modernizados e não modernizados, excluindo do processo um grande número de agricultores, destacando entre eles o agricultor familiar.

Nesse processo, o Estado teve um papel fundamental, pois foi por meio da política agrícola, que promoveu a modernização da grande propriedade e garantiu sua reprodução em detrimento da agricultura familiar, que sempre ocupou um lugar secundário na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1995). Nesse contexto, a agricultura familiar passou a sobreviver em um espaço social definido pós-modernização, por duas variáveis que condicionam a sua reprodução social: a primeira é o acesso restrito à propriedade da terra, e a segunda é a sua capacidade limitada de investimentos.

Tendo em vista esses problemas, os agricultores familiares buscam diversas estratégias para garantir sua sobrevivência dentro desse espaço social limitado, e a Comunidade da Canoa é

uma delas, em que o agricultor organizado possui uma maior representatividade frente às suas reivindicações. O caso de Ituiutaba ilustra esta situação.

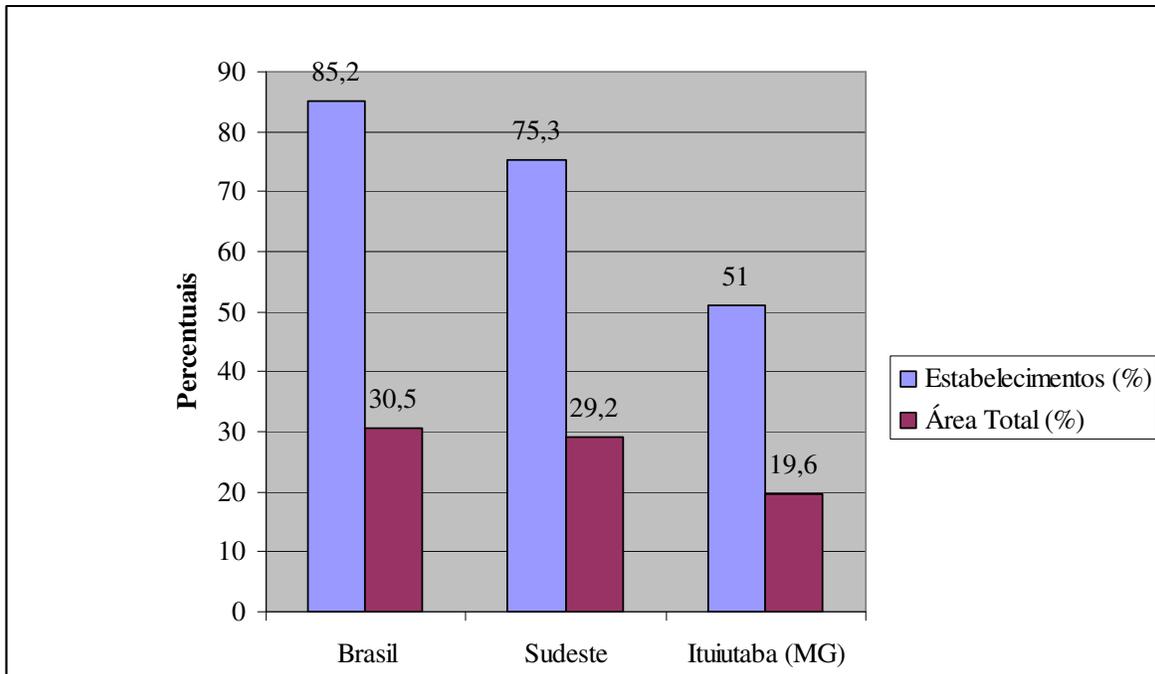
No município de Ituiutaba, o número significativo de unidades de produção familiar leva à necessidade de diferenciar as categorias familiar e patronal, visto que os dados utilizados, para compor o perfil da agricultura familiar no município, estão tabulados de acordo com essas categorias. Portanto, com o relatório elaborado pelo estudo FAO/INCRA (2000), podemos distinguir como unidades de produção familiar os estabelecimentos que possuam as seguintes características: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; e o tamanho da propriedade é determinado pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho, associado à tecnologia de que dispõe¹⁶. Já a categoria patronal pode ser evidenciada pela utilização de mão-de-obra assalariada, incluindo trabalhadores permanentes e temporários, em que o trabalho familiar é marginal, limitando-se aos trabalhos de gestão e supervisão das atividades dentro da unidade de produção (FAO/INCRA, 2000).

Em Ituiutaba, a agricultura familiar apresenta um quadro diferente em relação à região Sudeste, onde o número de estabelecimentos e a área ocupada por este tipo de agricultor apresentam os maiores valores comparados com os dados nacionais.

Enquanto os agricultores familiares ocupam, no Brasil, um percentual de 30,5% da área total, o que corresponde a 85,2% do número total de estabelecimentos. No Sudeste, os números são, respectivamente, 29,2% e 75,3%, sendo que, em Ituiutaba, os agricultores familiares ocupam 19,6% da área do município e 51% do número total de estabelecimentos (Figura 4).

¹⁶ Para mais detalhes, ver FAO/INCRA, 2000, p.11.

Figura 4 – Brasil/ Sudeste/ Ituiutaba (MG): agricultura familiar - número de estabelecimentos e área em 1995/96 (%)



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>> Acesso em: 28 jun. 2005.
Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, Ituiutaba possui 641 estabelecimentos familiares, que correspondem a 19,6% da área total. A categoria patronal ocupa 80,4% da área total, com 606 estabelecimentos, o que equivale a 48,2% do número total (Tabela 6). A área média das propriedades familiares no município é de, aproximadamente, 72 hectares, ficando acima da média para a Região Sudeste, que é de 29 hectares, e muito acima da média nacional, que é de 26 hectares. Com relação à categoria patronal, a área média, em Ituiutaba, é de 315 hectares; no Sudeste, esse número é de 222 ha; e, no Brasil, de 433 ha. Observamos que ocorre um equilíbrio entre o número de estabelecimentos familiares e patronais e que a área ocupada pelos estabelecimentos familiares é mais de quatro vezes menor que os estabelecimentos patronais (Tabela 6).

Tabela 6 – Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos e área (total e média) por categorias familiar e patronal - 1995/96

Categorias	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Familiar	641	46.748	72,9
Patronal	606	190.935	315,1
Outras*	10	247	24,7
TOTAL	1.257	237.930	189,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

* Outros – Instituições religiosas e públicas

De acordo com a tabela 7, o número de estabelecimentos familiares encontra-se no grupo de área de 20 a 50 ha, totalizando 199 estabelecimentos (31%), e, em seguida, vêm os estabelecimentos do grupo de área de mais de 100 ha, com 158 unidades de produção, representando 24,6% do total de estabelecimentos. Esses dados mostram que mais de 50% dos estabelecimentos possui área entre 20 e mais de 100 hectares.

Tabela 7 – Ituiutaba (MG): número de estabelecimentos e área de acordo com grupos de área por categorias familiar e patronal - 1995/96

Categorias	Menos de 5 ha		Entre 5 e 20 ha		Entre 20 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Mais de 100 ha	
	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área	N.º	Área
Familiar	43	134	104	1.375	199	6.936	137	10.070	158	28.234
Patronal	10	30	24	68	68	2.358	93	7.081	411	181.149

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005.

Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

A condição do produtor centraliza-se na de proprietário, tanto para a categoria familiar como para a patronal, correspondendo a 83,6% e 90,2%, respectivamente, dos estabelecimentos totais (Tabela 8).

Tabela 8 – Ituiutaba (MG): estabelecimentos e área segundo a condição do produtor por categoria familiar e patronal (n.º total) - 1995/96

Categorias	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha	N.º	ha
TOTAL	1.086	219.112	91	9.396	5	1.026	75	8.394
Familiar	536	40.217	58	3.546	2	165	45	2.819
Patronal	547	178.723	33	5.849	3	861	23	5.500

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

Do total do pessoal ocupado na agricultura em Ituiutaba (Tabela 9), a agricultura familiar é responsável pela absorção da maioria dos trabalhadores (74,6%), enquanto a categoria patronal emprega 25,4% do pessoal. A agricultura familiar ocupa 1.863 trabalhadores, dos quais 81,4% correspondem à mão-de-obra dos membros da família, sendo o restante dividido entre parceiros (11,5%), empregados permanentes (6,1%) e outra condição (1,0%).

Tabela 9 – Ituiutaba (MG): pessoal ocupado por categoria familiar e patronal (n.º total) - 1995/96

Categorias	Total	Familiar maior de 14 anos (n.º Total)	Familiar menor de 14 anos (n.º Total)	Parceiros (n.º Total)	Empregados Permanentes (n.º Total)	Empregados Temporários (n.º Total)	Outra Condição (n.º Total)
Familiar	1.863	1.390	123	214	114	1	18
Patronal	2.496	745	10	1.312	333	32	64

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

A combinação de mão-de-obra familiar com empregados permanentes e temporários (Tabela 10) corresponde a uma parcela insignificante do total de estabelecimentos (5,4%). O trabalho na agricultura é, basicamente, praticado pela mão-de-obra familiar (46,6%) e pela conciliação da mão-de-obra familiar com as demais combinações (31,4%).

Tabela 10 – Ituiutaba (MG): mão-de-obra na agricultura familiar por tipo e combinação em relação aos estabelecimentos (%) e área (%) - 1995/96

Mão-de-obra	Estabelecimentos		Área Total	
	n.º	%	ha	%
Total familiar	641	100	46.748	100
Só mão-de-obra familiar	299	46,6	17.402	37,2
Mão-de-obra familiar e temporária	16	2,5	1.806	3,9
Mão-de-obra fam., temp. e permanente	6	0,9	712	1,5
Mão-de-obra fam. e emprego máquinas	119	18,6	7.920	16,9
Mão-de-obra fam. e demais combinações	201	31,4	18.906	40,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005.
Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

É importante salientar que, ao comparar os dados do município de Ituiutaba com os da região Sudeste, pode-se notar que os agricultores familiares de Ituiutaba têm maior acesso à tecnologia e assistência técnica que a média geral da região (Tabela 11).

Tabela 11 – Região Sudeste e Ituiutaba (MG): estabelecimentos familiares com acesso à força de trabalho, tecnologia e assistência técnica (%) - 1995/96

Local	Estabelecimentos				
	Só força Manual (%)	Uso da Força Animal ou Mecânica (%)	Energia Elétrica (%)	Uso de Adubos e Corretivos (%)	Assistência Técnica (%)
Sudeste	42,2	57,8	56,2	60,6	22,7
Ituiutaba	25,9	74,1	78,0	73,5	36,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1995/96. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 28 jun. 2005. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005

Atualmente (2005), uma das atividades econômicas preponderantes do município de Ituiutaba é a pecuária leiteira, exercida, basicamente, por pequenos produtores, com mão-de-obra centrada no trabalho familiar. Essa atividade ganhou força na década de 1970, quando Ituiutaba ampliou o rebanho bovino e, conseqüentemente, a produção leiteira.

Podemos observar, na tabela 12, que a produção de leite e carne em Ituiutaba, no ano de 2001, correspondeu a 83.673,6 mil litros de leite e 8.728,7 toneladas de carne, com valores de 40.163,32 e 29.677,75 mil reais, respectivamente.

Tabela 12 – Ituiutaba (MG): produção e valor da pecuária - 2001

Produtos	Produção		Valor da produção (mil R\$)
	(mil l)	(t)	
Leite	83.673,6	---	40.163,32
Carne	---	8.728,7	29.677,75

Fonte: EMATER-MG(2003)

Org.GOBBI, W.A. de O./2003

O total do rebanho bovino é de 199.834 cabeças. Com relação à mão-de-obra ocupada, 1.482 pessoas trabalham na atividade leiteira e 471 pessoas são empregadas na atividades relacionadas ao rebanho de corte (EMATER, 2003).

Com relação ao número de vacas ordenhadas e quantidade de leite, em Ituiutaba (Tabela 13), houve um aumento significativo de 1970 (13.252 vacas/ 5.434 mil litros) para 2003 (29.900 vacas ordenhadas/ 28.600 mil litros). Houve, também, um aumento na área de pastagem, principalmente entre os anos de 1970 (163.265 ha) a 1985 (203.782 ha), em decorrência da abertura dos cerrados, o que permitiu o estabelecimento de pastagens de capins do gênero *Brachiaria* e a expansão da pecuária. Em Ituiutaba, a área destinada às culturas de arroz, milho e algodão até o final da década de 1960, foi, progressivamente, ocupada por pastagens, a partir da década de 1970.

Tabela 13 – Ituiutaba (MG): vacas ordenhadas (n.º), produção de leite (l) e área de pastagem (ha) – 1970 a 2003

Anos	N.º de vacas ordenhadas	Leite (mil litros)	Área de pastagem (ha)
1970	13.252	5.434	163.265
1975	15.040	6.166	(*)---
1980	28.693	20.807	168.401
1985	26.667	25.436	203.782
1995/96	27.742	30.172	145.464
2003	29.900	28.600	174.414

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1970, 1975, 1980 1985, 1990, 1995/96, 2000 e 2003. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2005. *(---) Dado não encontrado no ano de 1975. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005.

Na área em questão, a pecuária é uma atividade praticada por pequenos, médios e grandes produtores, atendendo à finalidade de corte e, principalmente, leite pelos pequenos e médios. Porém, mesmo com o preço, tanto da carne quanto do leite, não correspondendo ao custo de produção, tem ocorrido a expansão da pecuária que, para Graziano da Silva (1978, p.91), “está bastante vinculada à afirmação do modo capitalista de produção da agricultura.”

O referido autor apontou quatro fatores que contribuíram para explicar a expansão da atividade pecuária no Brasil. Em primeiro lugar, os investimentos em pecuária (compra de terras de pastos naturais e rebanhos) asseguram, por si mesmos, a “valorização” do capital investido, num período de inflação alta, como nas décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, tanto o rebanho quanto as terras passaram a ser transformadas em dinheiro a qualquer momento. Em segundo lugar, a evolução dos preços do boi para o corte, na década de 1970, foi favorável e constante ao mercado. Em terceiro lugar, o custeio intensivo da pecuária esteve em consonância com o absenteísmo do grande proprietário. O gado alimentava-se do pasto natural e exigia baixo nível tecnológico (poucas vacinações e sal grosso). Por último, a pecuária de corte era uma atividade de poucos riscos, exigindo poucos investimentos (GRAZIANO DA SILVA, 1978).

Assim, a pecuária regional, que era praticada como meio de subsistência paralelo às atividades de agricultura, ganhou, nesse sentido, mais incentivo para tornar-se a atividade principal, e os campos abertos para cultivo passaram a ser transformados em pastos.

De acordo com Duarte (2001), como incentivo à pecuária, alguns projetos beneficiaram fazendeiros na Microrregião de Ituiutaba, destacando o Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE) e o programa de Desenvolvimento da Pecuária do Cerrado (PROPEC). A introdução do capim *Brachiara* nos cerrados foi um incentivo na alimentação do gado. Desenvolvida por técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA -, que buscavam uma espécie de gramínea para responder à situação com uma alta produção em massa para sustentar os animais e os alimentasse tanto no período das águas quanto no da seca. Na visão do Sr. Walter¹⁷,

“para a produção do leite, a brachiara, não é a gramínea mais recomendada, mas na região, ela é atualmente (década de 1990/2000), a

¹⁷ Entrevista concedida pelo Sr. Walter Eurípedes de Oliveira – pequeno produtor rural de leite em Ituiutaba – em fevereiro de 2005.

gramínea predominante, justamente pela sua duração e a sua resistência ao clima”.

Após a década de 1970/80, os municípios da Microrregião de Ituiutaba passaram a investir numa economia voltada para o setor leiteiro e de carnes. Os serviços foram adaptados em função desse novo rural, e técnicas e instituições de pesquisa ganharam relevância, tais como a EMBRAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER -, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG -, entre outros. Entretanto, a forte inclinação do município para a pecuária, após 1970, reduziu a produção agrícola, tornando-se menos significativa, de acordo com a tabela 14.

O arroz e o algodão representam muito pouco do que já simbolizaram para a Microrregião de Ituiutaba, a cana-de-açúcar tem crescido devido à instalação de duas usinas de álcool, sendo uma no município de Canápolis e outra no município de Capinópolis. Estes dois municípios são vizinhos de Ituiutaba, e sua produção serve de matéria-prima para as usinas. Portanto, após a década de 1990, os grãos (milho, soja) e o algodão são os cultivos mais plantados pelos produtores, principalmente pelos arrendatários (Tabela 14).

De acordo com a tabela 14, a produção leiteira praticamente triplicou, e a de carne dobrou entre 1970 e 1980, apresentando, posteriormente, taxas reduzidas de crescimento, posto que já havia se consolidado na Microrregião de Ituiutaba.

Em 1975, conforme já destacado, ocorreu a instalação de uma fábrica de leite em pó da Nestlé, responsável, mais tarde, por mudanças relevantes nesse setor envolvendo os produtores regionais.

Sua presença, passa a ser a causa e ao mesmo tempo que a conseqüência da euforia leiteira regional. Significou para os fazendeiros um grande incentivo e a certeza de um comprador para o leite, contribuindo decididamente para a especialização da pecuária regional. (OLIVEIRA, 2003, p. 87).

A mudança de atividade (lavouras de arroz, milho, algodão...) para pecuária de leite gerou novas relações, que são visualizadas no campo e no urbano de Ituiutaba. A instalação da Nestlé passou a reestruturar as relações comerciais, econômicas, sociais e políticas no município. Sua presença gerou a necessidade entre os fazendeiros de se adaptarem ao sistema tecnológico que a Nestlé exigiu, “tudo por uma melhor qualidade do produto”. A instalação passara a ser a causa e consequência da especialização leiteira na microrregião de Ituiutaba, e o seu nome a ter um importante significado para a cidade.

Tabela 14 – Ituiutaba (MG): produção agropecuária - 1970/1980/1991/2002

Ano	Produção Agrícola (ha)											Produção Pecuária		
	Algodão	Arroz	Banana	Cana-de-açúcar	Feijão	Laranja	Mandioca	Milho	Soja	Sorgo	TOTAL	Bovinos (N.º de cabeças)	Leite (L) <i>In natura</i>	Área de pastagem (ha)
1970	2.449	19.526	24	63	1.521	10	7	12.236	41	---	35.836	83.972	5.430.000	163.265
1980	561	8.615	33	144	33	35	122	10.626	2.096	30	19.841	166.886	20.807.000	168.401
1991	2.000	3.430	45	300	110	75	350	12.000	2.500	---	20.810	178.222	26.253.000	145.464
2002	1.000	250	---	1.000	---	560	500	6.000	12.000	1.000	22.310	220.000	28.000.000	174.414

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (MG) 1970, 1980, 1991 e 2002. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2005. Org. GOBBI, W. A. de O. /2005.

Questões, como a alta produtividade leiteira de Minas Gerais e da tradicional bacia leiteira do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram levadas em conta, bem como a proximidade com o Estado de Goiás e rodovias que se direcionam a São Paulo.

A Nestlé também realizou uma pesquisa em busca de condições favoráveis à sua instalação, que exigia um mercado regional fornecedor e consumidor de sua matéria-prima (leite), além de infra-estrutura de circulação e telecomunicação.

Hoje (2005), uma cooperativa (CooPontal) e outras empresas (Laticínios Canto de Minas, Guadalupe) de menor porte também dividem o mesmo espaço em Ituiutaba no ramo de laticínios, além de frigoríficos que absorvem a produção bovina e suína de corte.

Para Duarte (2001), a pecuária de corte é bastante representativa para o município, bem como para a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O Frigorífico Bertin, instalado na cidade, destaca-se como um dos maiores exportadores de carne do país. Quanto à pecuária leiteira, a fábrica de leite em pó da Nestlé e o Laticínio Canto de Minas estão capacitados a processar até 1.350.000 e 50.000 litros de leite/dia, respectivamente.

3.3 – O futuro dos laticínios em Ituiutaba (MG)

O município de Ituiutaba conta com a instalação de empresas de destaque no setor lácteo nacional, conforme já destacado. Assim, podemos mencionar o laticínio Canto de Minas Ltda, responsável pela fabricação dos produtos com a marca da empresa, o laticínio Guadalupe, que faz a padronização do leite e cuja produção é toda vendida para a indústria de São Paulo. A Nestlé¹⁸

¹⁸ Houve dificuldade de estabelecer contatos com esta empresa. A nossa entrevista foi realizada com o chefe da região leiteira, que ignorava informações (sobre o funcionamento da empresa, sua relação com o produtor, dados mais consistentes com relação a parte financeira, etc.) importantes para o nosso trabalho.

Brasil Ltda., responsável pela produção de leite em pó (Ninho, instantâneo e integral) e o laticínio COOPONTAL – Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.-, fazem a padronização do leite, que é vendido para Conquista (MG), e São Paulo.

O laticínio Canto de Minas foi fundado em Ituiutaba em 1994, processa leite totalmente granelizado, obtido por meio de captação própria, é caracterizado por oferecer um *mix* de produtos diversificados e produção de alimentos com qualidade. De acordo com o quadro 16, o volume médio processado diariamente é de 20.000 litros, que são entregues por 95 produtores, sendo que 81 são do município de Ituiutaba.

O laticínio COOPONTAL foi fundado em primeiro de julho de 1993. Toda a produção é padronizada, o volume diário varia em torno de 45 a 50.000 litros, e esta produção é entregue por 520 produtores, sendo que 303 são do município de Ituiutaba (Quadro 16). O Laticínio Guadalupe, fundado em Ituiutaba em cinco de maio de 2004, tem sua produção padronizada, com um volume de 25.000 litros/dia, com 240 produtores, sendo que 144 são do município. A Nestlé, fundada em 16 de setembro de 1976, processa leite 100% granelizado; o volume processado diariamente pela empresa é de 1.200.000 litros, entregues por 600 produtores. Não foi possível conseguir saber quantos produtores são do município de Ituiutaba (Quadro 16).

Quanto à aquisição da matéria-prima, para as empresas Canto de Minas, Guadalupe e Nestlé, os maiores problemas são a concorrência desleal, a instabilidade da econômica e a baixa renda da população brasileira, conforme informações obtidas na pesquisa de campo.

Quadro 16 – Origem dos produtores que comercializam leite nas empresas em Ituiutaba (MG) e produção diária recebida - 2005

Empresa	Produtores			Produção de leite “in natura” recebida pela empresa (Produção diária)
	comercializam o leite na empresa (N.º total)	pertencentes ao município de Ituiutaba (N.º total)	pertencentes a outros municípios (N.º total)	
Laticínio COOPONTAL – Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.	520	303	217	em torno de 45 a 50.000 litros/dia
Laticínio Canto de Minas Ltda	95	81	14	20.000 litros/dia a 50.000 litros/dia
Laticínio Guadalupe Ltda	240	144	96	25.000 litros/dia
Nestlé Brasil Ltda.	600	não informou	não informou	1.200.000 litros/dia

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O perfil dos produtores que entregam leite para essas empresas é constituído por pequenos, médios e grandes produtores, critério este estabelecido pela empresa para a classificação desses produtores. Os laticínios Canto de Minas e Guadalupe fazem a distinção por produção/litros/dia, a Coopontal a faz por área, e a Nestlé, por escala. A tabela 15 ilustra a participação dos pequenos produtores nas referidas empresas.

É inegável que a organização dos pequenos produtores seja a única alternativa para que eles permaneçam na atividade. O município de Ituiutaba só terá um sistema agroindustrial do leite mais dinâmico, quando os produtores se organizarem e, além de adquirir um tanque de expansão, possam dedicar-se em conjunto ao aprimoramento das raças, à inseminação artificial, e compreenderem a importância da qualidade do leite.

Tabela 15 – Ituiutaba (MG): classificação e participação dos pequenos produtores segundo critérios das empresas - 2005

Empresa	Classificação dos produtores	Participação dos pequenos produtores (%)
Laticínio COOPONTAL – Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.	Até 96,8 ha - Pequeno	70
	96,9 até 484 ha - Médio	---
	Acima de 484 ha - Grande	---
Laticínio Canto de Minas Ltda	0 até 200 l/dia - Pequeno	40
	201 até 500 l/dia - Médio	---
	Acima de 500 l/dia - Grande	---
Laticínio Guadalupe Ltda	0 até 100 l/dia - Pequeno	50
	200 até 500 l/dia - Médio	---
	Acima de 500 l/dia - Grande	---
Nestlé Brasil Ltda.	Escala de 300 l/dia à 10.000 l/dia	Não respondeu

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

As tendências apontadas pelos entrevistados para o sistema agroindustrial do leite, nos próximos anos, são as mesmas mencionadas em outros momentos deste trabalho, ou seja, referem-se à eliminação dos pequenos produtores que não se adaptarem às exigências da Instrução Normativa 51/2002, e à eliminação dos pequenos laticínios que, de acordo com os entrevistados, prejudicam os grandes, devido ao fato de sonegarem impostos.

As empresas entrevistadas declararam o valor pago aos produtores de leite, a periodicidade de recolhimento do leite nas propriedades e o sistema de pagamento. Pelo quadro 17, constatamos que a periodicidade de recolhimento do leite pelas empresas é assim estruturada: diária, no laticínio COOPONTAL, devido à falta de caminhões isotérmicos. Nas demais empresas, o recolhimento é feito de 2 em 2 dias. Os produtores recebem entre R\$ 0,33 (0,13 centavos de dólar)¹⁹ a R\$ 0,62 (0,25 centavos de dólar) por litro de leite entregue às empresas, sendo que os laticínios COOPONTAL e Guadalupe ainda recebem leite no latão e granelizado, o valor varia de R\$

¹⁹ Dólar comercial em 17/08/05 = R\$ 2,45. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> (Banco do Brasil). Acesso em: 17 ago. 2005.

0,33 (0,13 centavos de dólar) a R\$ 0,50 (0,20 centavos de dólar). O sistema de pagamento aos produtores é mensal em todas as empresas, normalmente, no dia 20 de cada mês.

Quadro 17 - Ituiutaba (MG): periodicidade de recolhimento do leite, preço pago aos fornecedores e sistema de pagamento pelas empresas - 2005

Empresa	Periodicidade do recolhimento do leite armazenado no tanque de expansão	Preço pago por litro de leite		Sistema de pagamento
		Latão	Granelizado	
Laticínio COOPONTAL – Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.	Diária	Varia de R\$ 0,33 a R\$ 0,45 centavos o litro	de R\$ 0,33 a R\$ 0,45 centavos o litro	Mensal
Laticínio Canto de Minas Ltda	De 2 em 2 dias	-----	R\$ 0,52 centavos	Mensal
Laticínio Guadalupe Ltda	De 2 em 2 dias	R\$ 0,35 centavos o litro	de R\$ 0,40 a R\$ 0,50 centavos o litro	Mensal
Nestlé Brasil Ltda.	De 2 em 2 dias	-----	de R\$ 0,53 a R\$ 0,62 centavos o litro	Mensal

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./200

No próximo capítulo, procuramos mostrar as características dos produtores de leite da Comunidade da Canoa, destacando suas formas de acesso à propriedade, o uso da terra, a infraestrutura das propriedades e a assistência técnica, bem como as relações de trabalho do grupo familiar e parte da cultura e vivência entre os moradores.

4 – A COMUNIDADE DA CANOA: características dos produtores de leite

4.1 – Comunidade da Canoa e formas de acesso à propriedade

A Comunidade da Canoa foi fundada em 1985, conforme documentação pesquisada. A sede possui 5 ha e foi comprada por meio do Sindicato Rural dos Trabalhadores, com dinheiro a fundo perdido. O barracão é o espaço onde são realizadas as reuniões para tomada de decisões, festas e a tradicional pamonhada. Há também uma venda²⁰, que é alugada por R\$ 200,00 reais mensais (81,63 dólares), para um dos produtores da Comunidade, atualmente (2005), Sr. Aparecido Bauduino, sendo esta a única fonte de renda da Comunidade.

Na Comunidade da Canoa, o grau de parentesco entre os produtores é significativo. Pelas entrevistas realizadas, constatamos que há apenas um caso em que a família (o casal) inclui apenas pais e irmãos como parentes na Comunidade. Nas demais propriedades, os pais são primos (em primeiro, segundo grau), fato muito comum entre eles. Nas relações de vizinhança, é comum os irmãos, tios, compadres, primos e dos pais. Os novos herdeiros possuem um grau de parentesco ainda mais complexo com a união das várias famílias. Isso se justifica porque 38,5% dos pesquisados adquiriram a propriedade fundiária por meio de herança (Tabela 16).

²⁰ Venda - mercearia na zona rural, bar, botequim. (FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 1761).

Tabela 16 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): formas de acesso à propriedade fundiária (%) – 2005

Formas de Acesso à Propriedade Fundiária	N.º de entrevistados	(%)
Herança	10	38,5
Compra	7	26,9
Herança/Compra	3	11,5
Concessão verbal de uso	2	7,7
Arrendamento	4	15,4
TOTAL	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Na pesquisa de campo realizada, detectamos que 38,5% dos produtores da Comunidade adquiriram a propriedade fundiária por meio de herança paterna e 11,5% conseguiram aumentar a parcela de terra herdada, mediante compra de outra parcela, que, nem sempre, faz divisas com a propriedade original. Na Comunidade da Canoa, 26,9% dos pesquisados possuem propriedade proveniente, exclusivamente, de compra; 7,7% dos proprietários contam com a concessão verbal de uso feita pelos pais, ou seja, numa mesma unidade produtiva, foi encontrada mais de uma família, porém com espaço produtivo definido.

Na Comunidade da Canoa, com relação ao tamanho, as 24 propriedades foram classificadas nos seguintes estratos de área: 0 l-- 20 ha (9 propriedades); 20 l-- 50 ha (4 propriedades); 50 l-- 100 ha (2 propriedades); 100 l-- 200 ha (5 propriedades) e 200 e mais (4 propriedades). As propriedades dos produtores de leite da Comunidade da Canoa são consideradas pequenas. A maior parte das propriedades rurais concentram-se no grupo de 0 l-- 100 ha (15 propriedades), existindo quatro com área superior a 200 ha (Tabela 17).

Tabela 17 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): área média (ha), segundo os grupos de área total - 2005

Grupos de área total (ha)	N.º de propriedades	Área total das propriedades (ha)	Área média
0 -- 20	09	121	13,4
20 -- 50	04	152,6	38,1
50 -- 100	02	193,7	96,8
100 -- 200	05	759,2	151,8
200 e mais	04	2619,2	654,8

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

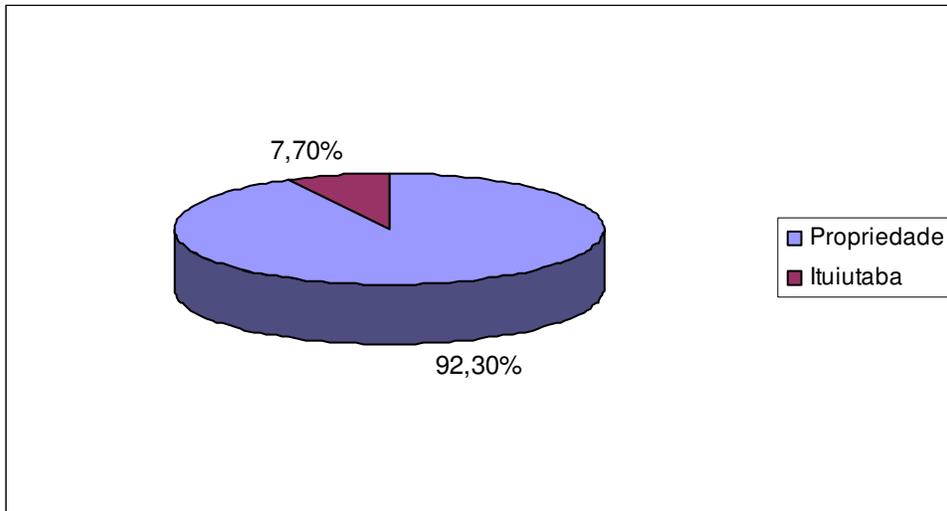
4.2 – Características dos residentes

A vida social local construída pelos produtores da Comunidade da Canoa, as relações de convivência interna, laços de amizade, vizinhança, o parentesco, são fatores preponderantes na opção pela moradia no meio rural. Mas as relações externas (educação superior, saúde), que são supridas, por exemplo, por localidades urbanas, podem significar a saída definitiva de habitantes do campo para outros locais (WANDERLEY, 2000).

A idade média dos responsáveis pelas famílias é de 57 anos, sendo que o mais jovem tem 36 anos e o mais velho 80. Declararam serem casados 92,3% deles, há apenas 3,85% solteiro e 3,85% divorciados.

Com relação à residência, somente dois produtores não residem na propriedade, correspondendo a 7,7% do total (Figura 5).

Figura 5 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): local de residência dos produtores (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Os produtores residentes na cidade de Ituiutaba, ao serem indagados sobre a razão da opção por moradia na zona urbana, sempre declararam que não era por vontade própria, mas, sim, por necessidade, pois o lugar adequado para a moradia seria a propriedade rural.

“Por mim era o rural, mas optei pelo urbano pelo estudo dos filhos e esposa”.

A baixa escolaridade dos pesquisados é reflexo da deficiência da rede pública de ensino na zona rural, sendo agravada pela localização das escolas. Aqueles que querem continuar seus estudos, o Ensino Superior, vão para a cidade, o que contribui para a migração desses jovens.

Com relação à escolaridade, 11,5% são analfabetos, 26,9% analfabetos funcionais²¹, 19,2% fase introdutória²² completa, 3,9% fase introdutória incompleta, 15,4% fundamental completo, 7,7% fundamental incompleto, 7,7% médio completo e 7,7% superior completo.

²¹ o analfabeto funcional, refere-se àqueles que, tendo passado pela fase da alfabetização propriamente dita, não encontram dificuldade para decodificar os signos lingüísticos, mas são incapazes de estabelecer relações de sentido. (http://www.acordeduca.com.br/mlei/art21_euni.htm). Acesso em: 17 ago. 2005.

O grau de escolaridade dos pesquisados é considerado baixo. De acordo com os produtores mais idosos da Comunidade, não havia escolas da Rede Pública de Ensino no campo. Os pais que podiam pagar professores particulares (vindos da cidade) asseguravam a educação de seus filhos (aprendiam a ler e escrever e as quatro operações). Os fazendeiros construíam um cômodo que servia de sala de aula para seus filhos e para os filhos de algum outro vizinho, e as despesas eram divididas entre eles.

Num segundo momento, surgiram as escolas primárias (da alfabetização à 4ª série do Ensino Fundamental), o que explica o percentual elevado (11,5% e 26,9%) de produtores analfabetos e analfabetos funcional. Recentemente, a zona rural conta com o ensino correspondente à Segunda Fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Apenas 15,4% dos entrevistados cursaram até a 8ª série. E 7,7% estão cursando ou já concluíram o Ensino Médio.

Na Comunidade, há uma interdependência, tanto no âmbito social quanto econômico, marcado pelas diferenças socioeconômicas entre os produtores. As relações não são apenas econômicas. Há também relações de produção não capitalistas, como a parceria, a troca de dias de trabalho, a *demão*²³ e o arrendamento. Os arrendamentos, em cerca de 15 a 20% dos entrevistados, são pagos com a própria produção. Uma constatação semelhante ocorreu na pesquisa de Mendes (2001), quando a autora fez um estudo sobre a produção familiar na Comunidade Coqueiro em Catalão (GO).

Analfabeto funcional é aquela pessoa que mal sabe ler e escrever, com menos de quatro anos de estudos e que não consolidou o aprendizado nas três primeiras séries. (<http://www.teachernardeli.hpg.ig.com.br/educacao.htm>). Acesso em: 17 ago. 2005.

²² A atual denominação da 1ª a 4ª série do ensino fundamental é fase introdutória: 1ª série – fase I; 2ª série – fase II; 3ª série – fase III e 4ª série – fase IV. Acesso em: 17 ago. 2005.

²³ *demão*, significa auxílio, ajuda de algum vizinho ou parente nas atividades da propriedade por determinado período, variando de 1 a 5 dias.

Do total das propriedades pesquisadas, 75% são administradas pelos próprios donos. A propriedade constitui uma unidade de produção e de consumo, com um razoável uso de tecnologia. Os pequenos proprietários recorrem ao emprego de trabalhadores temporários, notadamente, no período da seca, para auxiliar no trato do gado.

Com relação à composição média das famílias da Comunidade da Canoa, esta é de dois filhos. Esses dados representam um fator limitante no que diz respeito à disponibilidade de mão-de-obra na família. A composição das famílias era bem maior, em média, seis filhos por família. Isto contribuiu para o acentuado fracionamento das propriedades originais.

A sobrevivência de alguns produtores tem sido comprometida pela alta composição dos grupos familiares, apresentada pelas primeiras gerações da Comunidade. Outro fator que contribui para esse comprometimento é a permanência de todos os membros, principalmente os filhos (homens), nas propriedades dos pais. Assim, algumas propriedades tornaram-se muito pequenas. Nem todos os filhos que herdaram parte das terras dos pais conseguiram comprar mais uma parcela de terra para anexar a sua herança. Atualmente (2005), a Comunidade vive a quarta geração de produtores.

Em contrapartida, os herdeiros que conseguiram aumentar a área de suas propriedades apresentam melhores condições de vida. No momento, a grande preocupação das famílias é com relação à educação e ao futuro de seus filhos. Isto se reflete na redução considerável do tamanho médio das famílias, além de fatores de ordem cultural, religiosa e uso de métodos contraceptivos.

A nova geração é representada pelos filhos dos agricultores, que vão estudar em Ituiutaba. Outros estudam no Ginásio Agrícola, que oferece ensino básico, fundamental, médio e médio profissionalizante. A escola fica a cerca de 20 km da Comunidade, e os alunos vão em um veículo cedido pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Do total do entrevistados, uma minoria (1,5%) já cursa o terceiro grau na Fundação Educacional de Ituiutaba e não mostram interesse em

continuar no meio rural. Essa opção é tomada em razão da impossibilidade de todos os seus membros (pai, mãe e filhos) tornarem-se produtores familiares, considerando o atual tamanho da propriedade e a baixa renda dos produtores. Constatamos que, do total (26) dos pesquisados, 53,8% dos filhos permanecem na propriedade, trabalhando com os pais ou em concessão verbal de uso, e os outros 46,2% migraram.

De acordo com os dados do trabalho de campo, 33,3% dos jovens (filhos dos produtores) afirmam que querem mudar-se do meio rural, enquanto 66,7% declaram que não gostariam e/ou não desejam mudar-se da propriedade. Assim, os dados da tabela 18 vêm confirmar as afirmativas.

Foram entrevistados 12 jovens e 6 crianças na Comunidade. Os filhos mais velhos (17 a 25 anos), com nível de instrução baixo, seguem a mesma profissão dos pais, tornando-se produtores. Esses jovens produtores encontram dificuldades em abandonar o que já conseguiram, mesmo porque o trabalho na terra faz parte de sua educação cotidiana. Os filhos mais jovens, principalmente as mulheres, não vêem possibilidade de continuar no campo, em função, especialmente, dos baixos rendimentos. Como são jovens (13 a 16 anos) e possuem mais instrução escolar, comparados a seus irmãos, acreditam que, na cidade, terão maiores oportunidades de emprego, empregos que ofereçam melhores rendimentos, comparados ao campo.

Tabela 18 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): população jovem e expectativa de permanência na Comunidade (%) – 2005

Idade (anos)	Não desejam permanecer			Desejam permanecer			TOTAL
	Homens	Mulheres	Subtotal	Homens	Mulheres	Subtotal	
6 a 10	---	5,6	5,6	16,7	11,1	27,8	33,4
12 a 16	5,6	11,1	16,7	16,7	5,5	22,2	38,9
17 a 25	5,5	5,5	11	16,7	---	16,7	27,7
TOTAL	11,1	22,2	33,3	50,1	16,6	66,7	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Destacamos, também, que a facilidade de acesso e incentivo à educação escolar, no meio rural, é uma realidade recente. Esses jovens almejam conquistar independência financeira. Como essa possibilidade é remota junto a sua família, eles são obrigados a separar-se delas. Acreditamos que o maior número de mulheres que querem migrar é justificado pelo fato dos homens darem continuidade às atividades na propriedade e, também, conseguirem assalariar-se temporariamente em outras propriedades.

Essa relação de trabalho, estabelecida entre os jovens e os pequenos proprietários, dá-se pela forma contratual informal. Eles trabalham por dia, recebendo de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 reais, ou trabalham por mês. Durante o ano letivo, trabalham, apenas, meio período (e recebem proporcionalmente). Mas o empregador não os contrata durante o ano todo, a oferta de trabalho, no meio rural, é irregular. Em função das despesas para regulamentar a relação trabalhista, não verificamos nenhum caso em que esses jovens tivessem a Carteira de Trabalho assinada, ou mesmo, direito a férias proporcionais e ao décimo terceiro salário (Tabela 19).

Tabela 19 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos filhos dos produtores em atividades (%) - 2005

Tipo de Atividade	N.º de jovens	(%)
Trabalha, apenas, com seus pais	07	38,9
Trabalho temporário	04	22,2
Trabalho fixo	04	22,2
Não trabalha	03	16,7
TOTAL	18	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O percentual do número de jovens que trabalha fora da propriedade dos pais, em regime fixo, é de 22,2%. A maioria deles tem muito serviço na unidade de produção de sua família. De todos os entrevistados, apenas, 22,2% trabalham, temporariamente, em outras propriedades. Os filhos que trabalham, temporariamente, em outras propriedades, também, ajudam os seus pais, como se pode observar na tabela 19.

A maior oferta de trabalho, destinada aos filhos dos produtores na Comunidade da Canoa, é criada pelas necessidades dos produtores de leite, na ordenha, serviços gerais (serviços domésticos e trabalho com o gado), no período da seca (julho a novembro) na complementação da alimentação do gado.

4.3 – Utilização das terras

Com relação à utilização das terras (Tabela 20), os produtores dedicam-se, basicamente, às pastagens plantadas, correspondendo a 1277,92 ha da área total. Em segundo lugar, vem a área destinada à cana-de-açúcar, 709,42 ha (Figura 6), que tem crescido devido à instalação de duas usinas de álcool e açúcar, uma no município de Canápolis (Triálcool) e outra no município de

Capinópolis (Vale do Paranaíba), servindo como matéria-prima. De acordo com Oliveira (2004, p. 16),

a usina de Álcool e açúcar implantada no município de Canápolis em 1980, na BR 365, Pontal do Triângulo Mineiro, 75 km de Ituiutaba foi criada por um grupo de empresários da região sendo estes: Célio Ramalho, Vinícius Feres Vilela, Márcio Feres Vilela, Manoel Campbel Pena e Aneirton Jacinto. Permanecendo sobre a direção destes até 1988. Em setembro deste mesmo ano, a Usina de Álcool e açúcar foi incorporada ao Grupo João Lyra de Alagoas e Vale do Paranaíba.

No tocante à lavoura temporária, o milho, com 194,08 ha, é cultivado com destino exclusivo ao consumo (Tabela 20). Devido à predominância da pecuária leiteira como principal atividade econômica entre os produtores da Comunidade da Canoa, o cultivo do milho é destinado à criação de galinhas, suínos e silagem, como suplemento alimentar do gado no período da seca.

Tabela 20 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): utilização das terras (ha) – 2005

Especificação	Lavoura Temporária (ha)
Pastagem plantada	1277,92
Cana de açúcar	709,42
Milho	194,08
Algodão	36,68
Sorja	10
Sorgo	06
Área Total	2234,1

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005



Figura 6 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): canavial na propriedade arrendada para a Usina Vale do Paranaíba

Autora: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Do total dos entrevistados, a maioria (73,0%) declarou ser a pecuária leiteira a principal atividade econômica exercida na propriedade. Apenas 5 dos produtores informaram possuir uma segunda atividade econômica, que contribui na renda familiar. Dois dos produtores conciliam a pecuária de leite com a pecuária de corte, três, pecuária de leite e lavoura (Tabela 21).

Tabela 21 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades (%) – 2005

Alternativas	Número de entrevistados	%
Pecuária de Leite	19	73,0
Pecuária de Leite /Lavoura	03	11,6
Pecuária de Leite/Corte	02	7,7
Outros*	02	7,7
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Outros: 02 famílias moram de favor na propriedade, usando somente o quintal para pomar e horta.

Esses 73,0% dos produtores dedicam-se, essencialmente, à pecuária leiteira, o único excedente produtivo comercializado é o gado. Anualmente, fazem uma seleção e vendem os bezerros machos e/ou vacas que produzem pouco.

Os produtores reivindicam políticas creditícias que contemplem suas necessidades, como melhoria do rebanho, formação de pastagens e aquisição de equipamentos (ordenhadeiras, tanques de expansão, tratores). Os produtores queixam-se do preço do leite (em média, R\$ 0,38 o litro, deve-se considerar a quota dos fornecedores), mas consideram essa atividade mais segura. Eles argumentam que o leite tem mercado seguro,

“bom ou ruim, tem consumo, é uma renda fixa todo mês”.

Esse dinheiro é essencial para pagar as despesas familiares, como alimentação, vestuário, saúde, energia elétrica e algumas despesas mensais da exploração agropecuária, como a compra de rações, salários de empregados. A produção leiteira fornece, mensalmente, ao produtor o capital de giro que lhe falta. A renda do leite não é suficiente para permitir-lhe fazer investimentos, mas é indispensável, porque se trata de dinheiro líquido, com o qual ele pode contar para pagar suas despesas mensais.

Ao produtor faltam alternativas que lhe garantam uma renda imediata e regular desse tipo. A atividade leiteira, mesmo não sendo rentável, é uma atividade segura: a certeza de conseguir vender a produção quase toda e a regularidade do pagamento compensam a fraca rentabilidade constatada.

Para todos os produtores, existe um risco sério em reorientar sua produção. Os grandes, ainda mais, têm capitais importantes imobilizados na exploração leiteira. Quanto aos pequenos, faltam-lhes, muitas vezes, alternativas de emprego, na agricultura.

4.4 – Infra-estrutura das propriedades

As condições de vida dos produtores constituem uma realidade intrigante. Dentre as propriedades visitadas, 30,8% das casas encontram-se em estado de precariedade²⁴, 53,8% estão em boas condições de uso²⁵ e 15,4% representam o percentual de casas confortáveis²⁶, que dispõem de um maior espaço físico construído (Figuras 7, 8 e 9).



Figura 7 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): habitação rural feita em madeira

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

²⁴ Consideram-se precárias as casas sem energia elétrica, água encanada, piso de chão batido, sem banheiro dentro da residência, paredes de pau a pique.

²⁵ Residência com energia elétrica, água encanada, banheiro dentro da residência, paredes de tijolos, piso.

²⁶ Residência confortável: com energia elétrica, água encanada, televisão, antena parabólica, computador, banheiro dentro da residência, paredes de tijolos, etc.



Figura 8 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): construção típica da região

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev2005



Figura 9 - Habitação rural na Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): construção considerada "moderna": as paredes são de tijolos, há banheiro dentro da residência, energia elétrica, água encanada.

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Algumas das construções foram erguidas com adobe, pau a pique e não estão em boas condições de uso. Esses proprietários não demonstram preocupação com a estrutura física da casa, mas com o conforto por meio da aquisição de eletrodomésticos, boa alimentação. A primeira impressão é de desconforto, sendo amenizada mediante o conhecimento do interior das residências.

Do total das casas visitadas, 96,1% possuem água encanada. O abastecimento das casas vem de minas, poço artesiano e, principalmente, das cisternas. Em algumas propriedades, utilizam-se bombas elétricas para obter água, mas, na maioria das residências, o processo é feito pelo declínio natural.

À medida que os moradores foram instalando a energia elétrica em suas residências, construíram também os banheiros. A maioria (88,5%) das casas possui fossas sépticas, como resultado de uma certa política dos moradores em incentivar a construção dessas fossas nas propriedades que não contam com esse saneamento básico.

A Comunidade não possui um posto de atendimento médico. Sempre que seus moradores precisam desse serviço, recorrem a Ituiutaba. A maioria (80,8%) dos entrevistados utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). Eles se queixam das dificuldades encontradas quando precisam de atendimento médico. Para eles, é muito difícil ausentar-se da propriedade, pois não contam com mão-de-obra disponível para assumir seu trabalho na sua ausência e, nem sempre, podem pagar por essa mão-de-obra.

Com relação à infra-estrutura das propriedades (Tabela 22), a partir do plano de expansão das linhas de eletrificação rural do Governo Estadual, verificamos que 92,3% das propriedades contam com energia elétrica. À medida que os produtores instalam redes para energia em suas residências, eles adquirem vários utensílios e aparelhos elétricos. O telefone (38,5%) está presente nas propriedades e consideramos este número significativo por ser no meio rural. Esse

acesso às linhas telefônicas, faz parte da reestruturação das Companhias telefônicas que “democratizaram” o acesso a esse meio de comunicação. Quanto à televisão, esta se encontra presente em 92,3% das propriedades, e o computador se faz presente em 7,7% das propriedades entrevistadas, cujos membros da família têm curso superior completo.

Tabela 22 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : relação entre propriedades, infraestrutura e bens de consumo (%) – 2005

Bens	N.º de propriedades	(%)
Carro	13	50,0
Energia elétrica	24	92,3
Água encanada	25	96,1
Banheiro	23	88,5
Geladeira	24	92,3
Televisão	24	92,3
Computador	02	7,7
Telefone	10	38,5

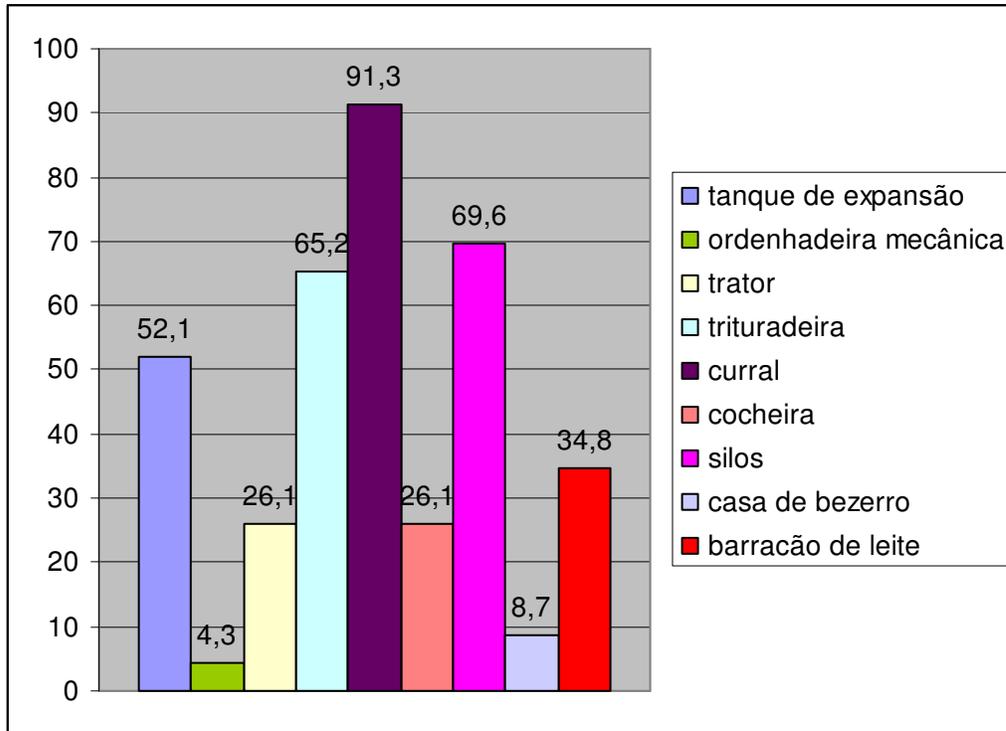
Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Quanto à estrutura voltada especificamente para a produção de leite (Figura 10), selecionamos alguns equipamentos/itens, com o intuito de averiguar em que condições é realizada a produção de leite na nossa área de estudo, bem como o nível de modernização dos produtores em tempos de exigências e reformulações na cadeia produtiva do leite no Brasil.

Observamos que há produtores que contam apenas com o extremamente necessário para produzir leite, ou seja, algumas vacas e um curral. Outros, no entanto, possuem casa de bezerros, barracão para leite, tanque de expansão, ordenhadeira mecânica, bem como toda uma estrutura que os aproxima de uma produção especializada, conforme pode ser verificado na figura 10.

Figura 10 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): equipamentos e estrutura para produção de leite (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

É importante destacar que o curral (Figura 11) está presente em 91,3% das propriedades e, conforme ressaltamos anteriormente, é o básico para a produção de leite, sendo encontrado até nas propriedades mais rudimentares. A trituradeira (Figura 12) é muito utilizada dentre os produtores, pois 65,2% relataram possuir tal equipamento, muito usado para produzir ração, particularmente na época da seca.



Figura 11 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : em destaque, curral, cocheira e casa de bezerros

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 12 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): em destaque, trituradeira

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Quanto ao barracão de leite (Figura 10), constatamos sua existência em 34,8% das propriedades. O trator, embora não seja empregado diretamente para a produção de leite, é significativamente utilizado pelos produtores, pois 26,1% possuem tal equipamento na propriedade. O silo, ou seja, as instalações para fazer silagem encontram-se nas 69,6% propriedades entrevistadas. Um número razoável de produtores, que embora, em sua maioria, não sejam especializados, preocupa-se em complementar a alimentação do rebanho (Figura 10).

A casa de bezerros é encontrada em 8,7% das propriedades, e a ordenhadeira mecânica, por sua vez, está presente apenas em 4,3% das propriedades (Figura 10). Quanto ao tanque de expansão (Figura 13), este é um equipamento usado por mais da metade dos produtores entrevistados (52,1%), que possuem este equipamento em suas propriedades.



Figura 13 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): tanque de expansão

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

A respeito das aquisições de equipamentos, como ordenhadeiras mecânicas e tanques de expansão, Stevanato (2002, p. 80) ressalta que

[...] a granelização força de certa forma à homogeneização da linha de coleta, assim como obriga a ter melhores condições de higiene após a retirada do leite do tanque, pois se o tanque não for lavado corretamente, o leite da coleta seguinte pode ser contaminado.

Conforme podemos observar no quadro 18, o preço da granelização é alto, e mesmo o menor tanque de expansão (230 litros) não tem um preço acessível aos recursos financeiros dos pequenos produtores, que recebem até R\$ 0,50 (0,20 centavos de dólar) por litro de leite. A solução que nos parece viável é o tanque comunitário, que possibilitaria aos produtores atenderem às exigências e continuarem a produzir leite.

Quadro 18 – Preços de tanque de expansão – 2005

Capacidade do tanque (litros)	Preço (R\$)	Preço (US dólar)²⁷	Preço em litros de leite*
230	5.950,00	2.428,57	11.900
350	8.100,00	3.306,12	16.200
500	9.210,00	3.759,18	18.420
750	10.190,00	4.159,18	20.380
1.000	10.950,00	4.469,38	21.900
1.500	16.550,00	6.755,10	33.100
2.000	17.620,00	7.191,83	35.240

Fonte: Reafrio, 2005

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Valor calculado com base no preço médio do litro de leite pago ao produtor em agosto de 2005 (R\$0,50).

Para reforçar a importância do tanque de expansão, alega-se que o leite não resfriado, transportado em latões, provoca um crescimento acelerado de bactérias, o que se agrava com a

²⁷ Dólar comercial em 17/08/05 = R\$ 2,45. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>> (Banco do Brasil). Acesso em: 17 ago. 2005.

falta de manejo higiênico do gado e dos utensílios utilizados na ordenha e com o tempo em que o leite é transportado até os laticínios.

Com a granelização, a coleta poder ser realizada a cada dois dias, fator que diminui o custo do transporte, e também é possível carregar maior volume de leite num único caminhão e em tempo menor.

É igualmente importante ressaltar que as pressões imediatas, que exigem dos produtores ter o tanque de expansão, não foram plenamente atendidas, e, devido à dificuldade dos produtores em atenderem tal exigência, a vigência da Portaria que regulamenta esta imposição já foi adiada algumas vezes. Nesse contexto, julgamos que ao invés de se cobrar uma modernização a qualquer custo, deveriam ser criadas condições para que grande parte dos produtores, que hoje se vê excluída, continuasse a ser integrante importante da cadeia produtiva do leite.

4.5 – Relações de trabalho do grupo familiar

Na Comunidade da Canoa predomina o uso da mão-de-obra do grupo familiar na realização das atividades nas propriedades pesquisadas. As propriedades maiores (representadas pelos segmentos produtivos: Produção Integrada Agricultura/Pecuária, Produção Leiteira, Cana-de-Açúcar) recorrem, freqüentemente, à prestação de serviços de terceiros, os chamados trabalhadores temporários, fixos, e aos empreiteiros, serviços prestados anualmente.

Os produtores de leite lançam mão de fontes suplementares de mão-de-obra pela prática de trocar dias de serviços e da *demão*, no período da seca e na época de fazer silagem para o gado, sendo que, na maior parte do ano, os membros da família auxiliam nas atividades da propriedade (Tabela 23).

Tabela 23 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : participação dos membros da família nas atividades da propriedade (%) – 2005

Membros da família	N.º de produtores	(%)
Esposa	11	42,3
Filhos	08	30,8
Outros parentes	07	26,9
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Constatamos que a família é a base da produção/reprodução do grupo familiar. Porém a contratação de mão-de-obra, pelo pagamento diário ou a troca de dias de serviços, e, ainda, a *demão* fazem parte dos meios para reduzir as necessidades de produção da agricultura familiar. Entre os produtores pesquisados, 26,9% prestam serviços em outras propriedades como diaristas. Esta é uma das estratégias encontradas pelos pequenos produtores de leite para complementar sua renda.

Geralmente, enquanto os pais podem contar com seus filhos jovens para ajudar nos serviços, demandados pelas explorações, eles, esporadicamente, precisam de mão-de-obra extra familiar. Os filhos, a partir de oito ou dez anos, começam a ajudar seus pais. Os filhos acompanham os pais nas atividades na propriedade (trabalham com o gado, plantio, colheita e serviços de manutenção). As filhas ajudam as mães nos serviços domésticos da casa, cuidando das criações, irmãos mais novos, horta e também os pais com o gado. Os pais que possuem filhos ainda pequenos (com idade inferior a oito anos), ou cujos filhos se casaram, precisam recorrer aos trabalhadores temporários. Toda a família depende da renda auferida pela propriedade.

Em algumas propriedades, é constante a presença de trabalhadores extra-familiar praticamente o ano todo. É comum o pagamento diário, outras vezes, o acerto é feito aos sábados.

Eles trabalham oito horas por dia, não possuem carteira assinada, direito a férias remuneradas e ao décimo terceiro salário.

Essas relações de trabalho são utilizadas, principalmente, para o plantio, colheita e limpeza de roças. A *demão* é praticada aos sábados, enquanto a troca de serviços depende da disponibilidade dos trabalhadores.

A *demão* seria um ajuda a “fundo perdido”, e a troca de serviços constitui-se numa compra, em que o pagamento é o compromisso de prestação de serviços. Alguns dos produtores que trocam serviços participam das chamadas *demão*, e a maioria dos produtores que troca serviço, também, vende serviços (trabalho temporário). Essas relações culturais de trabalho constituem um momento de socialização entre os produtores, permitindo atender às necessidades produtivas.

Os produtores que compram serviços não têm condições de executar sozinhos o trabalho demandado pela sua propriedade, não tendo, assim, disponibilidade para trocar serviços. As propriedades dotadas de maiores recursos tecnológicos não recorrem às relações de trabalho assentadas em vínculos pessoais e culturais. Devem-se considerar as diferenças quanto à disponibilidade de terra e recursos entre os proprietários da Comunidade, para compreender suas estratégias de reprodução.

As diferenças entre os produtores da Comunidade, quanto à disponibilidade de terras e recursos e a opção produtiva, condicionam suas estratégias de produção familiar.

4.6 – Condições de assistência técnica

Os produtores de leite no Brasil enfrentam vários obstáculos, sejam referentes ao baixo preço pago pelo leite, à falta de incentivos governamentais, e de um modo geral, verifica-se que

não há vontade política para transformar tal situação, de forma a permitir a continuidade dos pequenos produtores na atividade.

Conforme já salientamos, os produtores têm que conviver com duas estações: a das águas (novembro a maio), em que a produção é alta, e das secas, quando a produção chega a cair pela metade. Tanto este problema, como o fato dos produtores, muitas vezes, não saberem o que fazer quando um animal fica doente, ou como melhorar o seu rebanho, além de outras situações que ocorrem na propriedade, podem ser resolvidos com medidas paliativas e até mesmo solucionadas quando esses produtores têm acesso à assistência técnica.

No município de Ituiutaba, essa assistência aos produtores de leite é prestada pela EMATER em algumas comunidades, além de ser proporcionada por alguns laticínios e segmentos particulares. Entretanto, cabe destacar que, diante de tantas alternativas, há produtores no município em estudo, principalmente os pequenos, que não recebem qualquer forma de assistência, os quais se vêem completamente abandonados, pois os laticínios pagam pouco pelo leite entregue, quando já não deixam de coletar o leite desse produtor, por não contarem com uma estrutura adequada, o que é alegado pelos laticínios e legitimado pelo governo, por meio de medidas como a Portaria 56. Ao descrever a portaria, Dürr; Antoni; Tomazi (2005, p. 61) assim se expressam:

[...] desde a publicação pelo MAPA da antiga Portaria 56/1999 para consulta pública (posteriormente publicada como IN 51/2002), muito esforço tem sido feito para aumentar a consciência do produtor rural sobre os conceitos básicos de qualidade do leite, especialmente no que se relaciona a obtenção, refrigeração e transporte do leite cru. Ou seja, a qualidade do leite tornou-se um tema permanente para o setor primário, o que provavelmente causou impacto na percepção do produtor sobre a qualidade do leite.

A percepção do produtor depende do nível tecnológico empregado na atividade, da escala de produção e do sistema de remuneração adotada pela indústria compradora. Quanto maior a

escala, mais adequada será a tecnologia do ponto de vista da qualidade do leite com melhores instalações, equipamentos de ordenha, refrigeração e controle sanitário.

Para aqueles que resistem, e ainda continuam a produzir, a assistência técnica é um fator de grande importância, constituindo em estímulo, visto que um técnico pode auxiliar e incentivar um produtor a realizar inseminação artificial, transferência de embriões, formas alternativas de manejo de pastagem, dentre outras alternativas, que objetivam alcançar um melhor rebanho e uma maior produtividade.

Na maioria das vezes, os produtores insistem em alimentar o rebanho de forma inadequada, pois, na época da seca, um produtor possui ração para alimentar somente a metade do rebanho e deseja aumentar a produção. O correto é dar toda a ração para as vacas melhores (maior produção em litros de leite), uma vez, que se o produtor insistir em alimentar todas com pouca ração, as vacas vão continuar dando pouco leite do mesmo jeito.

Esses procedimentos são simples e podem resultar numa melhoria da produção, não implicando, necessariamente, custos elevados, porém, não raro, por falta de assistência técnica, os produtores não sabem o que fazer para aumentar a produção do rebanho.

Na Comunidade da Canoa constatamos que, dentre os entrevistados, a maioria não tem acesso à assistência técnica, embora muitos tenham revelado que, quando acontece, esta se dá de forma precária. Na tabela 24, temos informações sobre o número de produtores que recebem assistência técnica.

Tabela 24 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): condições de atendimento da assistência técnica* dos entrevistados (%) - 2005

Freqüência de atendimento	N.º de entrevistados	%
Acompanhamento periódico	03	11,5
Casos eventuais**	11	42,3
Não recebe assistência técnica	10	38,5
Mora na propriedade de favor	02	7,7
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

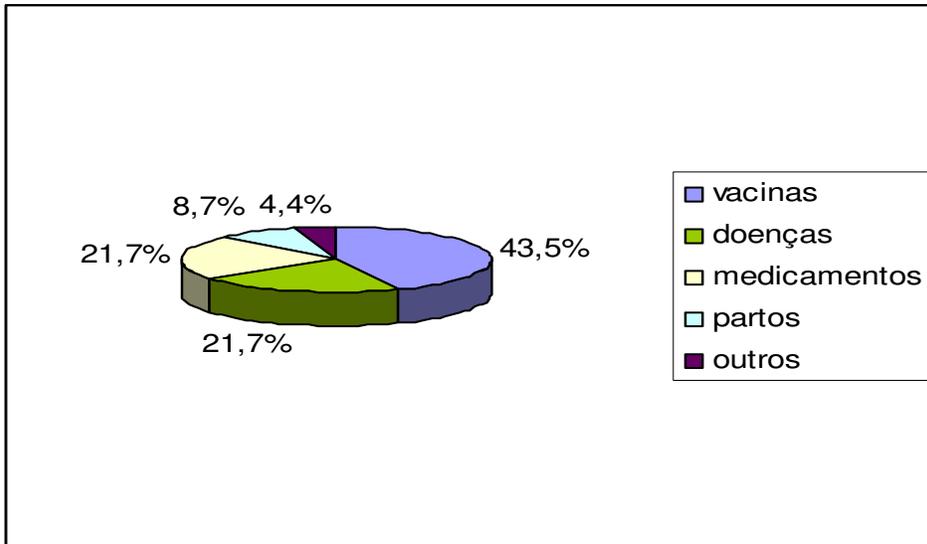
* As equipes técnicas citadas pelos entrevistados foram a EMATER, Laticínios: Guadalupe, Canto de Minas, Coopontal e Empresas Privadas.

** Consideramos “eventuais” casos em que o atendimento se dá apenas em épocas de vacinação, orienta com relação as rações na época da seca ou quando existe algum animal doente.

Verificamos que 11,5% dos produtores recebem acompanhamento periódico contra 38,5% que não recebem assistência técnica. Embora um número expressivo de produtores tenha acesso à assistência técnica, esta não se reflete em resultados relevantes, e, sim, funciona como um auxílio ao produtor em momentos em que possui um animal doente, por exemplo.

Na figura 14, temos as principais situações que levam os produtores a recorrer à assistência técnica. Na maioria dos casos (43,5%), a assistência técnica é realizada no período das vacinas, 21,7% dos entrevistados recorrem a ela, por motivo de doença no gado ou necessidade de medicamentos (21,7%), 8,7% recorrem para auxílio em partos, e 4,4% relatam outros motivos.

Figura 14 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): situações que levam o produtor a recorrer à assistência técnica (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

De um modo geral, verificamos que não há projetos de assistência técnica voltados aos produtores de leite. Os produtores só recebem essa assistência em caso de solicitarem, não havendo um acompanhamento. Porém, no caso da Nestlé, há um projeto que visa um acompanhamento efetivo nas propriedades.

Via de regra, a assistência técnica é particular, o que é preocupante, pois os produtores, especialmente os mais descapitalizados, revelam que se sentem abandonados pelos órgãos públicos, como a EMATER, que não prestam assistência sequer a um terço dos entrevistados (informações reveladas durante as entrevistas). Uma outra fonte de assistência técnica provém dos laticínios e, por fim, alguns produtores relataram que devido à dificuldade de acesso a técnicos da EMATER, dos laticínios, da Nestlé, e, na impossibilidade de recorrer a particulares, colocam-se como os responsáveis em se auto-assistenciar.

De acordo com o 7º Interleite (2005), num momento de redefinições das normas que norteiam a produção de leite no país, a assistência técnica pode ser uma referência para que o

produtor opte por abandonar ou não a atividade. Se um grupo de produtores é assistido, pode ser motivado a trabalhar em associações de uma mesma comunidade rural, por exemplo, pois acreditamos que faltam condições materiais, para que os produtores pensem as relações sociais na sua totalidade.

A modernização das relações de produção na agricultura não é acompanhada pelo desenvolvimento das relações sociais. Esse desenvolvimento das forças sociais, que é pouco verificado dentre os produtores de leite e na sociedade em geral, poderia contribuir na resistência contra as mudanças estruturais, que vêm sendo impostas para a cadeia produtiva do leite no Brasil (7º INTERLEITE, 2005).

Sabemos que a modernização técnica, uma necessidade do capitalismo, é concreta e cada vez mais se coloca como exigência para inserção dos produtores no sistema agroindustrial do leite no país. Porém, há uma estrutura montada e acessível apenas para os produtores mais capitalizados, e não há oportunidades, principalmente para os pequenos produtores, de terem acesso às condições que possibilitariam sua continuidade na atividade.

Assim como o sistema agroindustrial do leite, a partir dos anos de 1990, reestruturou-se, a genética também avançou muito (novas técnicas de inseminação), contudo grande parte dos produtores da Comunidade da Canoa (86,9%) sequer tem acesso ao uso da inseminação artificial.

Constatamos que, entre os produtores, o manejo do rebanho se dá de forma diferenciada dos que têm acesso a uma assistência técnica efetiva. A assistência técnica, que, em primeiro lugar, deveria ser prestada por um segmento público na Comunidade da Canoa, em sua maioria, é prestada por segmento particular, é ineficiente para alcançar uma especialização na produção de leite, o que se coloca como fundamental para a continuidade do produtor na atividade.

4.7 – Vivência, cultura e solidariedade entre os moradores

Na Comunidade da Canoa, nem sempre, a produção pode ser realizada com a utilização apenas da mão-de-obra do grupo familiar, particularmente no período da colheita e na confecção do silo (milho, sorgo...) utilizado no período da seca para a alimentação do gado. Em momentos de urgência, contam com a colaboração de parentes e dos vizinhos (*demão*).

A *demão* persiste e representa, para esses produtores, a capacidade de se organizar em grupo e a possibilidade de oferecer ao vizinho beneficiário a sua ajuda. Durante a pesquisa, imaginávamos que tal prática não existisse mais. Entretanto, fomos surpreendidos, pois a *demão* está presente na Comunidade da Canoa de forma significativa.

Em relação às oportunidades de lazer, há muita opção. A tradicional pamonhada (Tabela 25), todo ano no mês de fevereiro ou início de março, ocorre há oito anos na Comunidade, e a maioria dos moradores participa e gosta muito.

Tabela 25 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados na pamonhada (%) – 2005

Participação	N.º de entrevistados	%
Periódica	22	84,6
Eventual	02	7,7
Quase nunca	02	7,7
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

As etapas da confecção da pamonhada na Comunidade podem ser assim descritas. A plantação do milho para a pamonhada (Figura 15) foi realizada pelo Presidente da Comunidade, o Sr. Valmir, com a ajuda de alguns produtores. No dia da festa, todos participam na preparação do milho, inclusive, os homens (Figura 16 e 17). A pamonhada funciona como um elemento que une e que afirma a identidade entre os membros da comunidade.



Figura 15 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): plantação de milho para pamonhada
Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 16 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): preparo do milho
Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 17 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): confecção dos copos de palha de milho verde

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

O modo de fazer a pamonha, modificado ao longo do tempo, por inovações tecnológicas, em que ferramentas simples como o ralo manual, são trocadas por máquinas (trituradeira elétrica), mostra que o dinamismo das culturas pode ser considerável (Figura 18). Portanto, mudar o meio e as técnicas da confecção da pamonha não implica mudar uma cultura. Quando tais inovações significam acréscimo a sua cultura, sem a mínima possibilidade de trazer perdas, elas nem são questionadas pelos membros da comunidade.



Figura 18 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): triturando o milho

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

A peneira utilizada para coar o milho (Figura 19) foi feita por um dos moradores da comunidade especialmente para a festa. Nessa etapa, as mulheres e homens se reúnem, um coloca o milho na peneira, outras duas pessoas passam o milho na peneira, para obter a massa de milho que será usada no enchimento dos copos feitos de palha de milho.



Figura 19 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): coando/filtrando o milho

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Em seguida, as pamonhas são colocadas em tachos com água quente para serem cozidas, depois de 45 minutos de cozimento, as pamonhas estão prontas (Figura 20, 21, 22 e 23).



Figura 20 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): colocando a massa de milho nos copos

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 21 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): pamonha pronta para o cozimento
Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 22 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): cozimento das pamonhas em tacho com água quente
Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 23 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): pamonha pronta

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Outra comemoração é a “Festa de Reis”. Na propriedade do Sr. Eurípedes e D. Lina, todo ano no mês de julho²⁸, já é tradicional, ocorre há vinte anos. A Festa de Reis, na Comunidade da Canoa, não é apenas uma demonstração da religiosidade, entende-se, também, que a festa tem a função de promover a integração sociocultural entre os próprios moradores da comunidade e moradores das comunidades vizinhas.

Para Brandão (1997, p. 44) , a Folia de Reis é “um grupo precatório de cantores e instrumentistas, seguidos de acompanhantes e viajores rituais, entre casas de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos ‘três Reis Santos’, entre os dias 31 de dezembro e 6 de janeiro”.

²⁸ A festa ocorre no mês de julho em decorrência da estiagem das chuvas, pois, no mês de janeiro, chove muito e as estradas, que dão acesso ao local da festa ficam intransitáveis.

A festa é mantida, entre outras razões, porque ela, ao mesmo tempo em que promove a diversão, o lazer para uns, firma-se como manifestação religiosa para outros, ao mesmo tempo em que reforça a identidade entre os moradores e não-moradores da comunidade.

A festa é o elemento de ligação entre a Comunidade da Canoa e aqueles que migraram, é a ocasião em que muitos podem rever e reviver a comunidade, mesmo na condição de migrante. Para os membros da comunidade, a festa é a possibilidade de encontro com aqueles próximos, mas para os que migraram é a possibilidade de reencontro, inclusive, com o lugar.

Para o público presente, a festa é um momento de integração entre os indivíduos da comunidade com as comunidades vizinhas e até os migrantes da Canoa que fazem questão de retornar à sua origem, pelo menos enquanto se realiza a festa.

As outras atividades de lazer mencionadas foram: as festas que ocorrem uma vez por semana na venda do Sr. Eurípedes, com galinhada, churrasco, dança. Há também encontros para discutir assuntos referentes à Comunidade e os jovens aproveitam para namorar e se divertir. A comida é de graça, e as pessoas só pagam as bebidas. Essas comemorações ocorrem uma vez por semana na "venda" do Sr. Eurípedes e outra na "venda" da Comunidade.

Há ainda, o torneio de truco e sinuca que ocorrem todo fim de semana na "venda" da Comunidade (Tabela 26) . Apesar de jogos, não deixam de ser uma atividade de lazer. Quanto às festas e aos jogos, essas atividades são as mais citadas, ocorrendo de abril a maio o campeonato rural nas comunidades circunvizinhas.

Tabela 26 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados nas festas e jogos realizados na Comunidade (%) - 2005

Participação	N.º de entrevistados	%
Periódica	18	69,2
Eventual	06	23,1
Quase nunca	02	7,7
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

As senhoras da comunidade gostam de fazer as novenas no decorrer do ano. Toda semana o terço é rezado na casa de algum morador da Comunidade. A maioria participa (85%), tanto os homens quanto as mulheres. Já o terço do mês acontece toda primeira quarta-feira no barracão da Comunidade.

As comemorações na Comunidade da Canoa, representadas por atividades de lazer, mostram o sentido de vivência, de cultura e de solidariedade entre os seus moradores, ou seja, os proprietários e seus familiares, que têm na pecuária leiteira a sua principal fonte de renda.

Para entender a persistência e resistência dos produtores de leite da Comunidade da Canoa, frente à atividade do leite, no próximo capítulo, mostraremos como se dá o processo de produção e comercialização do leite e sua relação com os problemas enfrentados pelos produtores e o que fazem para permanecer na atividade, como é a renda familiar, e destacar a participação dos produtores no sindicato e associação, além da importância das aposentadorias como complementação da renda familiar.

5 – OS PRODUTORES DE LEITE NA COMUNIDADE DA CANOA:

persistência e resistência

5.1 – Processo de produção e comercialização do leite

Quando falamos em rebanho bovino destinado à produção de leite, cabe destacar que os animais puros das raças aperfeiçoadas são, em sua maioria, os que mais produzem, além de manterem sua produção por mais tempo.

Dentre as raças especializadas na produção de leite (SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7., 2005)²⁹, as principais são as holandesas, as inglesas (Jersey, Guernsey e Ayrshire), as francesas (Flamenga e Bretã), e ainda a dinamarquesa vermelha. Existe ainda outro grupo de raças com destaque para a produção leiteira, são as raças mistas, destacando-se as inglesas Devon, Red Polled e Red-Lincoln, a francesa Normanda e as suíças Schuwitz e Simental. Estas também são destinadas à produção de carne.

De acordo com informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, as raças Schwitz e Normandas são criadas como leiteiras, principalmente a primeira, pelo volume de leite que produzem. Muitas vezes, a criação dessas raças puras torna-se difícil em um país como o Brasil, devido ao clima, às temperaturas elevadas, às condições das pastagens e também em razão da presença de algumas doenças.

É por esse fato que muitos produtores recorrem ao cruzamento ou à mestiçagem, com o intuito de criar animais mais rústicos, que se adaptem melhor às condições de um país tropical

²⁹ INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005, Uberlândia.

como o Brasil. O gado Zebu é considerado ideal para alcançar essa rusticidade, sendo que, no Brasil, existem, atualmente, as raças zebuínas de origem indiana, Guzerá, Gir, Nelore e Shindo vermelha, além da Indubrasil, obtida por meio do cruzamento entre Guzerá e Gir. Cabe ressaltar que, à medida que se dissemina o sangue Zebu em um rebanho, ele se torna mais rústico, porém sua produção leiteira decresce.

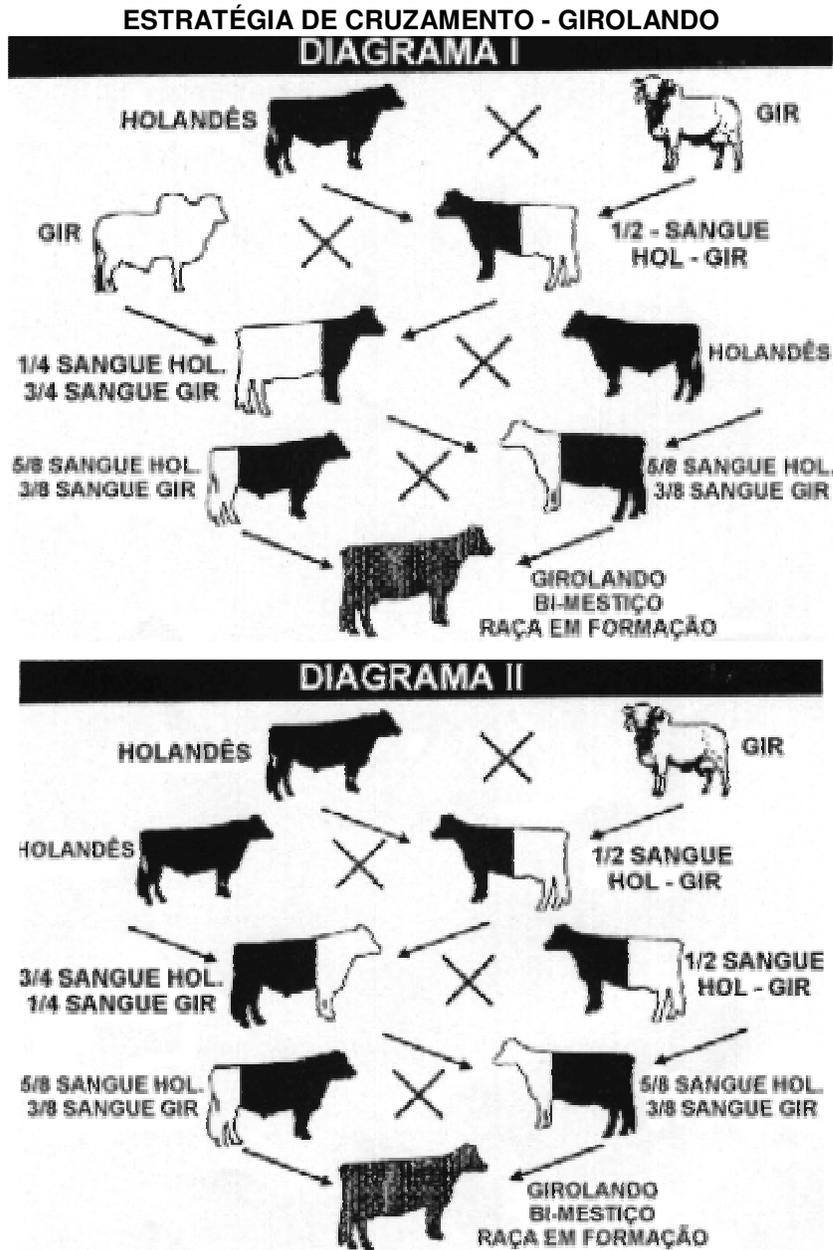
As primeiras notícias do surgimento de animais girolando, datam da década de 1940. (www.agronline.com.br, 2005). Em virtude de anseios dos criadores brasileiros, eles começaram a praticar o cruzamento de Gir com o Holandês intensamente, procurando duas raças que se complementassem com rusticidade e produtividade.

A multiplicação desses animais, mesmo desordenadamente, foi acelerada pela alta produtividade e eficiência reprodutiva. Atualmente (2005), encontramos o Girolando em todos os estados do Brasil.

A raça, fundamentalmente produto do cruzamento do Holandês com o Gir, passando por variados graus de sangue, direciona-se visando à fixação do padrão racial, no grau de 5/8 Hol + 3/8 Gir, objetivando um gado produtivo e padronizado. Assim, podemos observar, na figura 24, as estratégias de cruzamento.

As fêmeas Girolando, produtoras de leite, possuem características fisiológicas e morfológicas perfeitas para a produção nos trópicos (capacidade e suporte de úbere, tamanho de tetas, fatores intrínsecos à lactação, pigmentação, capacidade termo-reguladora, aprumos e pés fortes, conversão alimentar, eficiência reprodutiva, etc.), atribuindo um desempenho satisfatório economicamente. (www.agronline.com.br).

Figura 24 – Estratégia de cruzamento – Girolando - 2005



Fonte: Disponível em: <<http://www.abccriadores.com.br/pecuaria/pecleite.htm>>. Acesso em 24 nov. 2005.
 <http://www.agronline.com.br/agrolinks/Cooperativas_e_Associacoes/Associacoes/more2.php> Acesso em 24 nov. 2005.

Os machos, por sua adaptabilidade (capacidade de aproveitamento de pastagens grosseiras, resistência a doenças e parasitas, velocidade de ganho de peso etc), conseguem

desempenho comparável a qualquer cruzamento industrial específico para carne, quando colocados em situações idênticas de criação.

O girolando surgiu e proliferou espontaneamente no Brasil, pelo próprio ciclo biológico e evolutivo, adaptada ao clima tropical, seu habitat natural. Sua capacidade de auto-regulação do calor corporal, sua conformação muscular e esquelética, aprumos e pés fortes, hábito de pastejo, capacidade ruminal, são condições que lhe imprimem grande resistência e adequação ao meio ambiente. (www.agronline.com.br).

Longevidade, fecundidade e precocidade estão bem evidentes no girolando, virtudes herdadas do Gir e Holandês, resultando em ótima produção vitalícia e uma prole numerosa, que se inicia, normalmente, aos 30 meses de idade (idade da 1.^a cria), seu pico de produção leiteira chega até os dez anos e produz satisfatoriamente até os quinze anos de idade. (www.agronline.com.br).

A eficiência reprodutiva do girolando é seu ponto forte (intervalo entre partos ideal e maior número de partos por vaca), a fertilidade é melhor quando o animal está em clima ideal.

Alguns dados são mais interessantes, tais como: o embrião do girolando é mais resistente, suportando uma variação maior de temperatura; e o período de gestação é precoce, sendo intermediário entre o Gir e Holandês, 285 dias. O intervalo entre partos encontra-se em torno de 410 dias. (www.agronline.com.br).

Podemos observar algumas características da raça girolando, tais como: produz satisfatoriamente sob pastejo e consegue aproveitar muito bem as forragens de baixa qualidade; a média de produção leiteira por lactação é de 3.600 Kg. (duas ordenhas/dia) em 305 dias, com 4 % de gordura, acumulando uma produção vitalícia acima dos 20.000 Kg de leite, que se inicia, normalmente, aos 30 meses de idade; o período de lactação médio gira em torno dos 280 dias, tendo o pico de produção entre os 30 e 100 dias; adapta-se bem a qualquer tipo de manejo,

mesclando a criação sob pastejo com confinamento, tendo bom desempenho com a ordenha mecânica e sem a presença do bezerro ao pé. (www.agronline.com.br).

Responsável por 80 % do leite produzido no Brasil, fica evidente a afinidade da raça girolando com o tipo de exploração, propriedades, mercado e o produtor nacional. (www.agronline.com.br).

Do total de produtores de leite da Comunidade da Canoa pesquisados, 38,5 % declaram não utilizar nenhuma técnica de manejo de pasto, no restante, predomina o emprego de piquetes e rotação de pastos. O tipo de pastagem que prevalece é a *brachiária*, e o gado mais utilizado é o girolando (Figura 25).



Figura 25 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : gado leiteiro girolando - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Conforme ressaltamos, no Brasil, há uma variedade considerável de raças especializadas na produção de leite, porém a produção, pode ser dividida, basicamente, em duas fases: a da

estação seca e a das águas. Na estação das águas, mesmo sem rações suplementares, as vacas dão um bom rendimento, ao contrário da época das secas, quando as vacas que se alimentam somente de pastagens emagrecem muito, atingindo a metade, ou até menos, da produção alcançada na época das águas. Na época das secas, as vacas param de produzir leite para amamentar suas crias, e muitos produtores são obrigados a colocar as vacas no pasto com os bezerros, o que leva a um período de interrupção da produção de leite.

Para evitar prejuízos desse tipo, muitos produtores complementam a alimentação das vacas por meio de concentrados, rações balanceadas, farelos, além de forragens que são armazenadas para este fim. Portanto, 37,5% oferecem suplementação à alimentação do gado, na época da seca, com silagem de milho (Tabela 27). Em seguida, com 20,8% dos produtores, que oferecem a suplementação de ração com sal mineral; 8,3 % não utilizam tipo algum de trato no período da seca; e 12,5 % oferecem cana triturada com ração. O uso de suplementação alimentar garante uma produção contínua de leite, não apresentando grandes quedas durante o período da seca.

Tabela 27 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): alternativas de alimentação para o rebanho no período de seca (%) – 2005

Alternativas	Número de entrevistados	%
Cana triturada + Ração	03	12,5
Silagem de milho	01	4,2
Silagem de milho/sorgo + Ração	09	37,5
Ração + Sal mineral	05	20,8
Outros	04	16,7
Não utiliza nenhum tipo de trato na seca	02	8,3
Total	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Verificamos que, no período das águas, a alimentação do rebanho é composta, prioritariamente, por pastagens, porém também são introduzidos outros complementos alimentares, como ração concentrada, silagem de milho, cana e sorgo. Na entressafra, também se verifica a introdução de várias opções de alimentos. Embora as pastagens ocupem a posição de principal alimento do rebanho, observa-se que, por ordem de importância na alimentação do rebanho, tem-se, após as pastagens, a introdução da cana-de-açúcar, bem como da silagem de milho, ração concentrada, sal mineral, farelo de soja e silagem de sorgo. Produtos como farelos, ainda que propiciem um aumento da produção, são pouco utilizados pelos produtores, pois têm custo elevado, o que encarece a produção de leite.

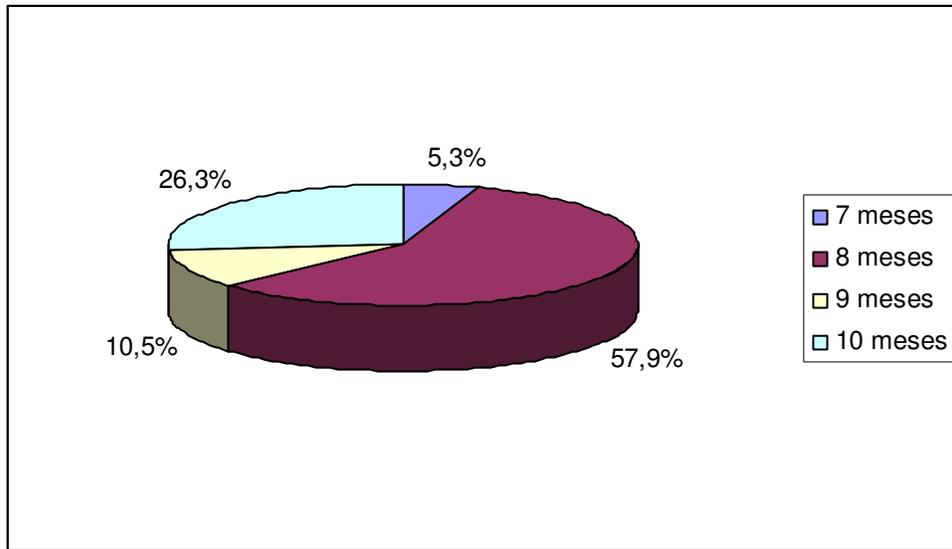
Além da alimentação, outros fatores influenciam na produção de leite, como a idade da vaca e o período de lactação. Durante a lactação, a produção de leite varia tanto com relação à quantidade quanto à qualidade. Esse período dura, aproximadamente, 10 meses, sendo que a produção aumenta no primeiro mês, estabiliza-se no segundo ou terceiro, começando a declinar no quarto mês e, do quinto mês em diante, diminuindo cada vez mais.

Quanto mais prolongada for a lactação, menor será a produção final. A duração do período de lactação varia com as características do animal. Uma vaca de baixa produção, geralmente, tem uma lactação de menor duração, ao passo que, em vacas com boa produção, é comum o período de lactação prolongar-se até o nascimento da nova cria.

A idade de desmame dos bezerros também é importante para a produção da vaca, uma vez que o desmame implica maior quantidade de leite para o produtor. Todavia a maioria dos produtores não desmama os bezerros nos primeiros meses após a cria. A figura 26 representa o percentual de produtores em relação à idade de desmame dos bezerros na Comunidade da Canoa.

Verificamos que a maioria dos produtores, ou seja, 57,9%, desmamam os bezerros com idade de 8 meses; 5 produtores (26,3%) desmamam os bezerros com 10 meses; 10,5% desmamam com 9 meses; e 1 produtor (5,3%) desmama com 7 meses.

Figura 26 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG) : participação de produtores em relação à idade de desmame dos bezerros (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

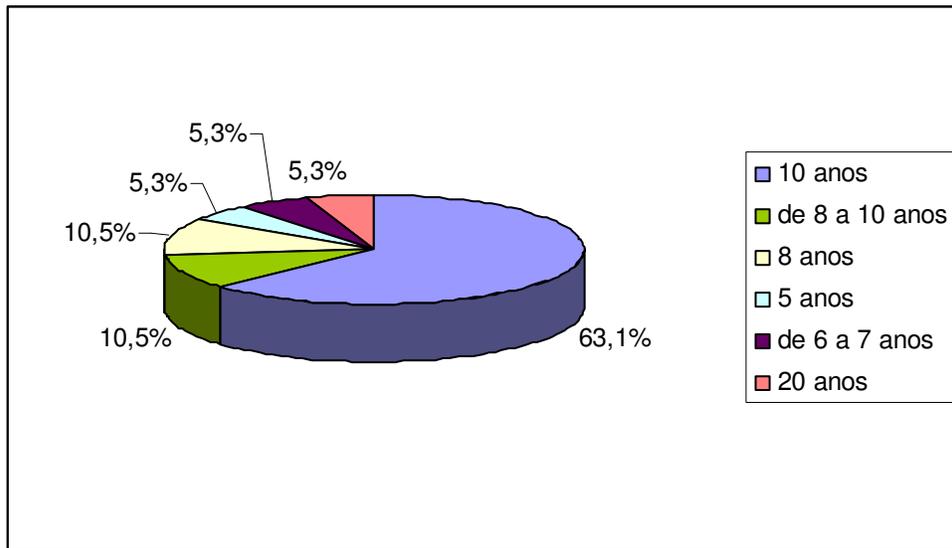
Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Outro fator que exerce grande influência na produção de leite é a idade, que interfere mais na quantidade de leite produzido do que na sua qualidade. De acordo com informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, a produção de leite é iniciada quando a vaca atinge, mais ou menos, 2 anos de idade e vai aumentando, sendo que a produção máxima ocorre quando a vaca tem entre 5 e 6 anos até 8 e 9 anos. Isto acontece da terceira à sexta cria e diminui até a décima cria, época em que, de um modo geral, termina a vida útil da vaca. A idade média de produção máxima de uma vaca varia também conforme as raças. No caso da raça Jersey, a produção máxima se dá na quarta cria, no caso da holandesa, na sexta cria.

De um modo geral, as vacas consideradas “boas” na produção de leite vivem mais do que as ruins. Os produtores, principalmente os especializados, procuram repor as matrizes assim que

estas diminuem a sua produção. Na figura 27, temos a idade indicada pelos produtores entrevistados para repor as matrizes.

Figura 27 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação de produtores em relação à idade de reposição das matrizes (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Verificamos que 63,1% dos entrevistados, ou seja, 12 produtores, adotam uma idade específica de 10 anos para repor as matrizes. É um período considerado normal para repor as matrizes, pois, por volta dessa idade, já se encerra a vida útil da vaca. Observamos que 10,5% dos entrevistados repõem as matrizes, quando estas têm entre 8 e 10 anos. Essa troca começa a ser feita a partir dos 5 anos (5,3%), porque a maioria do rebanho dos entrevistados não é composta por vacas especializadas na produção e, portanto, começam a declinar a sua produção a partir dessa idade. Há ainda o caso de produtores que repõem as matrizes quando estas têm 6 e 7 anos, o que foi verificado entre 5,3% dos produtores. Neste caso, também revelam a não especialização da produção, pois os produtores vendem as vacas praticamente antes delas começarem a atingir a produção máxima. Há casos de produtores que optam por repor as matrizes quando estas têm 20 anos de idade, o que foi revelado por um produtor (5,3%) do total de entrevistados.

Após todo o processo de produção, outra etapa importante é a escolha do melhor meio de comercializar a produção. Os dados da pesquisa mostraram que a principal forma de comercialização do leite, na Comunidade da Canoa, é a entrega do leite *in natura* às empresas: Laticínio Canto de Minas (31,6%); Laticínio Guadalupe (26,3%); Laticínio COOPONTAL (26,3%) e 15,8 % Nestlé (Tabela 28).

Tabela 28 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na venda do leite *in natura* às empresas (%) – 2005

Empresas	Número de produtores*	%
Laticínio Canto de Minas	6	31,6
Laticínio Guadalupe	5	26,3
Laticínio COOPONTAL	5	26,3
Nestlé	3	15,8
Total	19	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Número de produtores (19) que vive da atividade leiteira na Comunidade da Canoa, os demais (7) não vivem desta atividade.

Percebemos, no Brasil, um domínio crescente das empresas multinacionais na compra e beneficiamento do leite frente às empresas de capital nacional. No entanto, no município de Ituiutaba, especificamente na Comunidade da Canoa, a maior parte dos produtores ainda está entregando para os laticínios Canto de Minas, Guadalupe e Nestlé (Figuras 28, 29 e 30).



Figura 28 – Laticínio Canto de Minas / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 29 – Laticínio Guadalupe / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005



Figura 30 – Nestlé / Ituiutaba (MG) - 2005

Autor: GOBBI, W.A. de O./fev.2005

Essas empresas, responsáveis pelo comércio do leite em Ituiutaba e região, podem definir os preços pagos ao produtor, o que dificulta ainda mais a melhoria de renda de tais produtores, aumentando o mercado informal de leite.

Tratando-se de aspectos ligados à comercialização, é importante um trabalho de incentivo à constituição de pequenas agroindústrias de beneficiamento de leite que em outros estados, têm alcançado sucesso. A formação dessas agroindústrias possibilitaria a melhoria no preço por litro de leite, recebido por produtores menos especializados, incentivando tais produtores a melhorar sua produtividade e a qualidade de produção.

5.2 – Relação comercial entre produtor de leite e indústria

Desde o início dos anos de 1990, com o término do controle de preços do leite pelo Estado, os produtores, que antes centravam suas reivindicações por reajustes junto ao governo, passaram a conviver com uma situação nova: o exercício de negociar o produto com os possíveis compradores, representados pelas cooperativas e indústrias. Isto trouxe perturbações no mercado, particularmente na relação produtor-indústria, uma vez que não havia uma cultura de negociação entre esses dois segmentos, já que os preços eram fixados por meio de portarias governamentais.

Foi um "sufoco" para a maioria dos produtores devido à inexperiência em negociar seu produto, seja individualmente ou em grupo. As tensões passaram então a ser vividas no âmbito das cooperativas, principalmente com o acirramento de disputas, bem como entre produtores e laticínios. Como conseqüência, surgiram discussões entre os agentes tendo em vista maior eficiência na administração de seus negócios, tanto na produção quanto no processamento e na distribuição do leite. (GOMES; CARNEIRO, 2000, p.1)

Na verdade, os produtores passaram a aceitar os preços que os compradores decidiam pagar pelo leite recebido. Tal situação, ainda presente, pode levar a produção a tornar-se insustentável em razão do valor pago ser, em muitos casos, abaixo do custo de produção. Na realidade, os preços, em geral, são comunicados aos produtores quando se realiza o pagamento mensal, que ocorre, geralmente, em meados do mês seguinte ao da entrega do produto. Em outras palavras, o preço, que, até no início dos anos de 1990, era fixado e previamente conhecido, passou a ser um preço surpresa, sendo descoberto apenas no dia do pagamento mensal do leite, já entregue muito antes.

Portanto, muito se tem falado e escrito sobre as grandes transformações ocorridas no agronegócio do leite nesta década (1990), em especial, após o Plano Real, quando tivemos recordes de crescimento na produção e na produtividade, aumento do volume produzido por fazenda, estímulo e grande avanço no transporte granelizado, melhoria da qualidade, expansão e

busca de eficiência no setor industrial, evolução no consumo, enfim, uma década de mudanças radicais. Essa é a conclusão a que se chega ao analisar o sistema agroindustrial do leite em sua totalidade.

Os produtores, inseguros com os preços, ficam acuados e resistentes a adotar tecnologias com maior capacidade de resposta à produção, não arriscando maiores investimentos no seu negócio. Não investindo em tecnologias, operam com grande sazonalidade na produção, tendo como ônus variações de preços ainda mais acentuadas no que diz respeito ao leite extra cota. Insatisfeitos com os preços recebidos e sem poder de barganha, o resultado é conhecido: produtores mudando e passando por diferentes compradores, atraídos pelas ofertas de pequenos acréscimos de preços. Assim, como regra geral, não há compromisso de ambas as partes.

Para uma harmonia entre produtor e indústria, há a necessidade de fortalecimento dos agentes que atuam no mercado, equilibrando as forças entre eles. Nesse sentido, as empresas e as representações de produtores podem e devem exercer importantes papéis, até o de sensibilizar o governo a cumprir sua função de regulador do mercado.

Uma questão que se coloca é a utilização de contratos formais de compra e venda de leite. Embora pouco se tenha falado e escrito sobre esse instrumento, são inegáveis suas vantagens para proteger os interesses de ambas as partes, vendedor e comprador.

Do lado da indústria, pode-se estabelecer, via contratos, a fixação de indicadores de qualidade desejáveis para fabricação de derivados, bem como exigir maior regularidade no volume de leite entregue ao longo do ano, definindo quantidades máximas e mínimas a serem fornecidas. Outros aspectos que podem fazer parte desse instrumento dizem respeito a questões de transporte, horários para recepção do leite, condições de preços e prazos para pagamento diferenciadas de acordo com as modalidades negociadas.

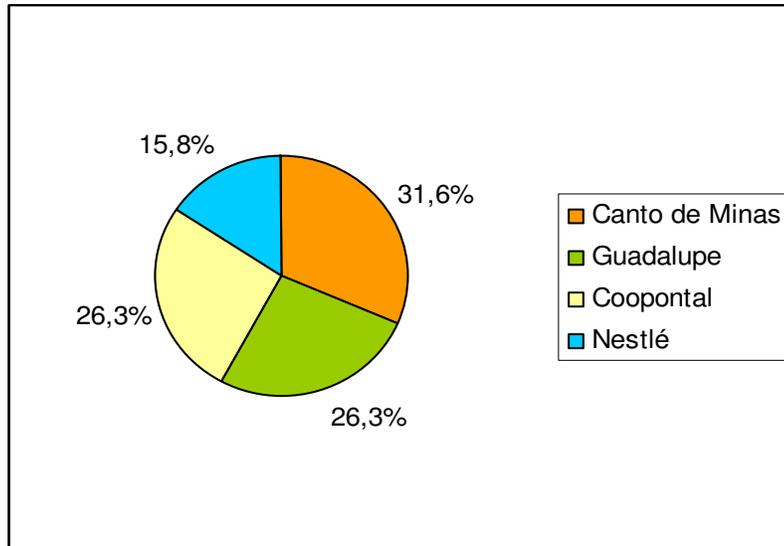
Do lado dos produtores, ao estabelecer condições relativas à quantidade, qualidade, preços e prazos para recebimento do seu produto, ficam protegidos da incerteza relativa a sua renda, assegurando melhores condições para o planejamento e condução de seu negócio.

Evidentemente que, para garantir maiores chances de funcionamento dos contratos formais, certas condições devem ser atendidas. Podemos destacar que a padronização da matéria-prima entregue às indústrias é de suma importância. Para tanto, o Programa Nacional de Qualidade do Leite pode dar grande contribuição. Em termos de quantidade, tem-se que diminuir a sazonalidade de produção ao longo do ano.

Os poucos contratos promovidos ocorreram com produtores especializados, que apresentam regularidade de produção ao longo do ano, elevando o volume produzido diariamente e a qualidade do produto bem superior à média encontrada no mercado. Assim, investir na adoção de contratos formais na relação produtor-indústria pode reduzir ou registrar comportamentos oportunistas de ambos os segmentos. Sem dúvida, o maior ou menor uso desse instrumento irá depender das lideranças e órgãos de classes dos produtores para aumentar sua força política e fazer com que suas posições repercutam junto ao governo. Este não pode deixar de exercer o seu papel de regulador, aplicando a lei para maior equidade na distribuição dos ganhos da cadeia produtiva do leite.

O produtor, ao optar por vender o leite a determinado laticínio, em tese, irá considerar os aspectos tradicionais, como o preço e a idoneidade da empresa, como também a oferta de serviços que lhe são importantes (Figura 31).

Figura 31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores em relação às empresas responsáveis pela compra do leite (%) – 2005

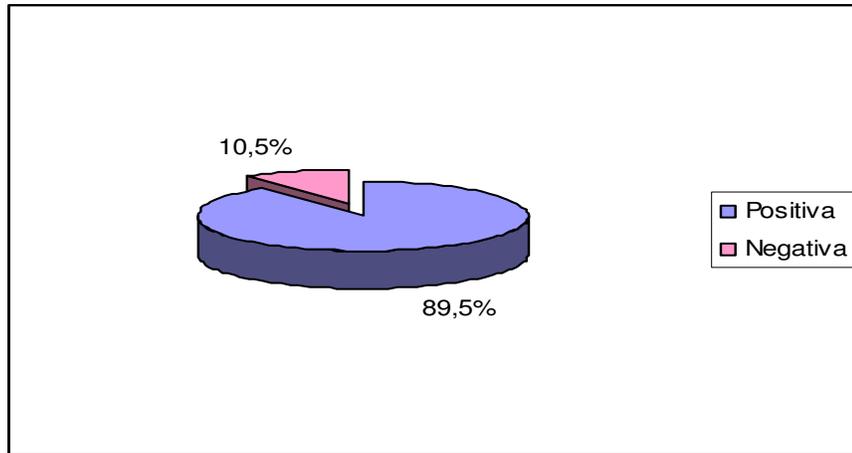


Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

A granelização, em si, já representa um passo importante na direção, ao reconhecer a existência de importantes ganhos de eficiência e qualidade embutidos na gestão dos fornecedores, em especial, na concepção do processo de captação de leite. O estreitamento do relacionamento, ainda que de forma incipiente, pode sugerir algo mais nesse sentido, respondendo, talvez, ao reconhecimento de que maior transparência e visão de longo prazo são importantes para a preservação e para o crescimento de fornecedores que têm produção com constância e qualidade. Outros aspectos que podem influenciar esse comportamento são as diretrizes globais de algumas empresas, bem como uma possível estratégia para fazer frente a um papel que, historicamente, sempre coube às cooperativas.

De acordo com a figura 32, os produtores de leite da Comunidade da Canoa acreditam que a relação com a empresa seja positiva (89,5%), e 10,5% crêem que a relação é negativa, devido à falta de assistência e aos preços baixos do leite.

Figura 32 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): relação do produtor com a empresa (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

No entanto o produtor vem passando por um bom momento desde meados do ano passado (2004), com os custos dos insumos sob controle, as exportações em alta, as importações em baixa e o mercado interno aquecido, resultando em preços mais elevados para a matéria-prima e poucas oscilações. Nesse cenário, o relacionamento tende a ser mais fácil. Agora (2005), entramos em um cenário mais incerto, com o dólar excessivamente desvalorizado, reduzindo exportações e estimulando as importações. O mercado interno também deu mostras de desaceleração, e os preços do leite andaram caindo. Nesse novo cenário, surgem especulações, e percebemos que o relacionamento entre produtor e indústria ainda é marcado por algum grau de desconfiança e que a assimetria de informação ainda está presente. Nesses momentos de incerteza ou transição, a impressão que dá é a de que a relação volta a se balizar pelo curto prazo e não mais pela visão de longo prazo.

Assim, analisando o exposto até aqui, consideramos que haja indícios de melhora da gestão da rede de suprimentos, que poderão contribuir para a evolução do relacionamento entre os elos da cadeia de laticínios. Tais indícios, no entanto, são recentes e, como tais, podem não ter

total prioridade se o mercado se voltar para o curto prazo. Sendo otimistas, no entanto, acreditamos que o setor está caminhando, mesmo que devagar e com possíveis sobressaltos, para o melhor relacionamento entre os elos, como fruto do reconhecimento de que um novo modelo é necessário para que se criem condições de longo prazo para o crescimento e para a geração de valor na cadeia.

5.3 – Situação da pecuária leiteira na visão dos proprietários

No que se refere à avaliação do produtor sobre o mercado leiteiro, não houve muitas divergências nas respostas. Basicamente, destacamos o baixo preço do leite, o alto custo da produção, a falta de recursos, de apoio do Estado, pouca infra-estrutura, como podemos observar nos depoimentos seguintes:

"Encontramos tudo quanto é dificuldade. Os banco exige muito aval, o pequeno produtor nu tem, é uma dificuldade grande pro produtor conseguir, quando consegue. O pequeno sempre sai perdendo, se ocê fô comercializar é muito diferente do grande."

"Tá ruim o mercado do leite, devido o preço do leite, preço da ração, dos custos, principalmente dos insumo, né".

"A grande maioria dos pequenos produtor mora na roça, hoje, e é tiradô de leite. Então, se o preço do leite tá ruim, pro produtor tá ruim, né. Nós dependemo do leite, uai."

Apesar de todos os problemas apontados, um produtor chama a atenção para o alto custo da produção, pois, para ele, a raiz do problema não é o preço pelo qual o produto é comercializado, mas, sim, o custo de produção:

"o grande custo de produção, produto veterinário muito caro, ração muito cara, então é isso aí. Insumos muito caro, também pra fazê silagem, essas coisas sai caro. Então, eu acho que o problema nem tanto é o preço do leite, mas sim, o custo da produção que é alto demais."

Ao ser questionado sobre os problemas enfrentados pelo produtor de leite, um produtor da Comunidade da Canoa respondeu que a oscilação do preço do leite não possibilita planos futuros, pois a falta de previsão dos rendimentos não deixa margens para planejamentos.

Para Alentejano (1997), os produtores familiares, durante o processo de modernização da agricultura, sofreram um forte processo de diferenciação social, dividindo-se em dois grandes grupos. Uma parte dos agricultores familiares foi totalmente expropriada dos seus meios de produção, tornando-se assalariados urbanos e rurais. A outra parte continua como proprietários, mas com uma total subordinação ao capital. Alguns produtores transformam-se em integrados às agroindústrias, outros necessitam complementar sua renda com atividades não-agrícolas, e outros se tornaram especializados, ficando totalmente à mercê de mercados monopolizados.

Os produtores da Comunidade da Canoa fazem parte do segundo grupo citado por Alentejano (1997), pois a especialização na pecuária leiteira é característica marcante entre eles, conforme demonstrado anteriormente.

A especialização dos produtores, na pecuária leiteira, subordina-os a um mercado monopolizado, que dita preços e exige qualidade do produto. Alguns produtores reconhecem o problema da especialização em um único ramo, e chamam a atenção para o fato de que uma das saídas para o produtor seria a diversificação de atividades, conforme expresso nas seguintes afirmativas:

"um dos grandes problemas que o produtor da Comunidade da Canoa tem aqui é, a exclusividade da produção de leite, né. Todo mundo só pensa em tirar leite. Ele não interessa em criar frango, porco, pra nada, é só leite. Então, todo mundo daqui é viciado no leite, né. Acho que o grande problema do produtor de leite é a cabeça mesmo, só quer aquilo e não quer saber de outra coisa, parô no tempo, eu penso que o povo fala muito do preço do leite, mas ele não diversifica de jeito nenhum. Penso que está faltando é incentivo pro pequeno produtor de leite."

"Eu acho que o problema maior que nos temos aqui hoje é a falta de diversificação de atividades, falta de dinheiro, basicamente é isso. Se a gente tivesse uma maneira além do leite pra ganhá dinheiro, eu acho que a história nossa seria outra bem diferente".

No tocante à diversificação, um dos problemas salientados pelos produtores é a falta de recursos, pois existe uma grande dificuldade para obtenção de crédito nas instituições financeiras.

Ao serem indagados sobre a existência de algum projeto futuro individual e sobre o futuro do produtor de leite, de acordo com alguns depoimentos, houve falta de coerência nas respostas, pois a grande maioria possui projetos para aumentar a produção, implantar o uso de tecnologias, melhorar o rebanho, usar técnicas de manejo de pastos, mas, ao mesmo tempo, não vêm perspectivas para o produtor de leite.

Tal fato vem ao encontro do problema da especialização, pois a maioria visualiza um quadro em que alguns citam até a extinção do pequeno produtor de leite, mas não vislumbram a possibilidade de diversificação.

Os depoimentos seguintes apresentam uma seqüência de respostas às perguntas que dizem respeito, em primeiro lugar, à existência de algum projeto futuro para a atividade, e, segundo, sobre o futuro do pequeno produtor de leite.

"Aumentá e melhorá, a gente tenta, né. Agora mudá, largá, não. Acho que o pequeno produtor de leite vai acabá".

"O projeto é o mesmo, até hoje vivi disso, melhorar o rebanho, vou continuá até não ter mais jeito."

"Quero melhorá, construir um baracão pra tirá o leite, aumentá a produção, mais vai acabá, viu."

Outros produtores destacam que o caminho para melhorar a situação do pequeno produtor é investir em diversificação e tecnologia, e chamam a atenção para a importância da união da classe, como uma das saídas para a atual situação:

"A gente tem que tenta diversificá. Tem a intenção de fazê piquete irrigado e miorá cada vez mais o rebanho, sabe.

Se o pequeno produtor uni, é de cada vez mais crescê, se não vai acontece o que muita gente fala, ele vai desaparecê, porque o pequeno que fica sozín, ele nu vai além."

"Eu quero vê se aumento a produção, usa tecnologia pra aumentá a produção, dentro dessa área, né. Comprá nu da conta, fazê outra coisa, nu dá conta, né."

"Se o pequeno produtor não uni ele vai sê extinto, ele não dá conta de mantê, se nu tivé unido num tanque comunitário, numa associação, num trem assim, vai se mei difícil."

5.4 – Problemas enfrentados pelos produtores de leite e medidas para sua permanência na atividade

A partir da iniciativa governamental, que conta com total apoio das empresas do setor lácteo, em preconizar a coleta de leite refrigerado e definir novos padrões de qualidade, milhares de produtores, em todo o país, vêm deixando de produzir leite.

Considerando que, em 2002, a produção brasileira de leite foi de 20,5 bilhões de litros, é importante destacar que 13,2 bilhões ou 64,4% refere-se à produção formal e 7,1 bilhões foram comercializados informalmente (MARTINS, 2005b).

O perfil dos produtores vinculados ao mercado informal difere-se em vários aspectos do produtor que comercializa o leite formalmente nos laticínios, pois, geralmente, não possuem equipamentos como ordenhadeira mecânica e tanque de expansão, apenas um pequeno rebanho, que, usualmente, é alimentado à base de pastagem de baixo valor nutricional e, em sua maioria, são pequenos produtores. A esse respeito, Martins (2005c) ressalta que a informalidade está diretamente relacionada à pequena produção, e que a maioria dos produtores que comercializa o

leite informalmente produzem até 100 litros/dia, sendo raros os produtores que ultrapassam esta produção diária.

Para Martins (2005b, p. 191), “[...] quem atua no mercado clandestino, é necessário frisar, não é a produção familiar, como se imagina. Pode até ser, e com frequência é a pequena produção, que não é sinônimo de produção familiar, no caso do leite”. De acordo com o autor, não podemos confundir a pequena produção de leite informal com produtor familiar, pois as duas são denominações distintas.

As informações obtidas no site www.milkpoint.com.br, no período de 1996 a 2001, mostraram que as oito maiores empresas do setor lácteo excluíram 56,2% dos produtores de leite dos seus quadros de fornecedores. Além dessa forma de exclusão, em que os laticínios deixam de coletar o leite daqueles produtores que não atendem às suas exigências, há medidas que, embora não sejam recentes, deixam de incentivar os pequenos produtores, como o caso do diferencial de preços pagos ao produtor, dependendo da qualidade de leite entregue.

Com o intuito de combater essa diferenciação, foi entregue uma proposta (Projeto de Lei 1051/93) à Câmara dos Deputados, propondo o estabelecimento de um preço único para compra do leite *in natura*, independente do volume e da qualidade da matéria prima entregue pelos produtores. De acordo com Martins (2005a, p. 3), “a idéia é evitar que os pequenos e médios produtores sofram com os baixos preços pagos para o leite, significativamente inferiores aos preços recebidos pelos maiores produtores”.

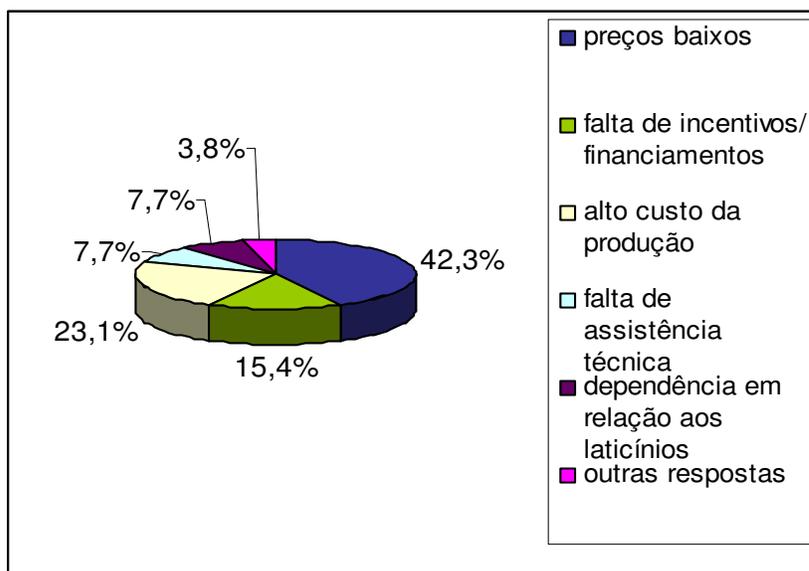
Esse projeto, se aprovado, possibilitará a permanência de pequenos produtores na atividade. No entanto os produtores mais tecnificados, que investiram em volume e qualidade, teriam seus preços reduzidos, o que se constituiria em um retrocesso diante de todas as exigências impostas até o momento, que têm como bonificação ao produtor, acréscimo ao preço do leite por

padrão de qualidade. Esse projeto de lei aumentaria a tendência de abandono da atividade, principalmente, entre os médios produtores.

Percebemos, assim, que os produtores de leite, notadamente os pequenos, vêm-se cercados por vários obstáculos que, praticamente, inviabilizam a atividade, e, embora a nossa defesa seja no sentido de que estes resistam, ainda que por meio da informalidade, não podemos negar que o comércio de leite informal não os coloca em uma posição de imunidade quanto a problemas enfrentados por qualquer pequeno produtor vinculado ao mercado formal.

Na Comunidade da Canoa, foram detectados alguns problemas enfrentados pelos produtores. O principal é o baixo preço pago pelo leite, o que foi relatado por 42,3% deles; o segundo problema apontado é o alto custo da produção, reclamação esta que provém de 23,1%; o terceiro problema citado pelos produtores refere-se à falta de incentivos/financiamento, o que foi manifestado por 15,4%; a falta de assistência técnica foi indicada por 7,7%; a dependência em relação aos laticínios, por 7,7%; e outros produtores (3,8%) apontam outras respostas (Figura 33).

Figura 33 – Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): principais problemas enfrentados pelos produtores de leite (%) – 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005. Org. GOBBI, W.A. de O./2005

O baixo preço do leite pago pelos laticínios é um problema que permeia todas as categorias de produtores, sendo uma reclamação constante, tanto entre pequenos, como entre médios e grande produtores. Apesar de reclamações referentes ao preço do leite, de acordo com informações do 7º Interleite (2005), no primeiro semestre de 2003, o preço do leite pago ao produtor passou de R\$ 0,44 (0,18 centavos de dólar) para R\$ 0,49 (0,20 centavos de dólar), e, embora seja um aumento irrelevante, comparado ao ano de 2002, o aumento foi de 26,9%. Entretanto, os custos de produção aumentaram muito mais, pois houve reajustes de 36,75 % no farelo de soja, 38,41% na silagem de milho e 35,78% no sal mineral, usados na alimentação animal.

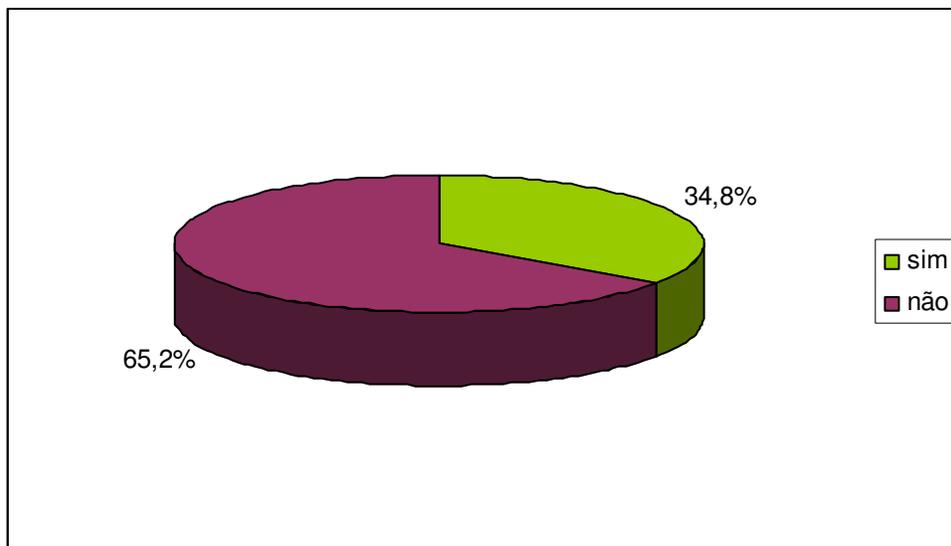
Quanto à assistência técnica, já abordamos no item anterior deste capítulo o quanto a sua atuação efetiva pode trazer benefícios ao produtor, assim como a sua ausência pode contribuir para que este produtor preserve hábitos que se constituem em retrocesso para quem deseja aumentar sua produção.

A dependência em relação aos laticínios é igualmente um problema sério no município de Ituiutaba, que, durante muitos anos, contou com a instalação da Nestlé. Cria-se uma dependência, pois a pecuária leiteira é uma atividade que, muitas vezes, passa de pai para filho, e o produtor pensa, em muitos casos, que deve seguir a tradição do pai de entregar o leite à empresa, trabalho feito pela família há vários anos.

A dificuldade de acesso a financiamentos constitui-se em um problema grave no setor agropecuário de um modo geral, o que também se reflete na pecuária leiteira. Dentre os produtores entrevistados na Comunidade da Canoa, vários relataram que são muitas as exigências para se conseguir financiamento, além do fato de os juros serem muito altos. Dessa forma, grande parte (65,2%) não se sente incentivada a aderir a uma linha de financiamento. A figura 34 traz informações referentes aos produtores que já fizeram algum tipo de financiamento direcionado

para a pecuária de leite. Dentre os entrevistados, verificamos que 34,8% já fizeram uso de financiamento voltado para a melhoria da produção de leite e a maioria, 65,2% dos produtores, nunca fez financiamentos dirigidos a pecuária leiteira.

Figura 34 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores na utilização de financiamentos para a pecuária leiteira (%) - 2004/05



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Pela tabela 29, verificamos os fins para os quais foram destinados o financiamento na propriedade.

Tabela 29 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados nas formas de uso do financiamento (%) – 2005

Finalidade do financiamento	N.º de entrevistados*	%
Alimentação do rebanho	1	3,8
Aquisição de matrizes	2	7,7
Aquisição de tanque de expansão	5	19,2
Não fizeram financiamentos	18	69,2
TOTAL	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

* Dos 26 entrevistados somente 8 fizeram financiamentos.

Constatamos que, dentre os 8 produtores que fizeram uso do financiamento, 3,8% empregaram o dinheiro para a alimentação do gado (ração, sal mineral ...). Verificamos, ainda, que 7,7% utilizaram o dinheiro para aquisição de matrizes, o que é de suma importância, pois a eliminação de matrizes, aliada à utilização de raças sem aptidão leiteira, reduz quase que completamente a possibilidade de ganhos adicionais com a pecuária de leite. Observamos que 19,2% dos produtores utilizaram do financiamento para adquirir tanque de expansão, equipamento fundamental em tempo de modernização da pecuária leiteira.

Dessa forma, comprovamos que os problemas enfrentados pelos produtores de leite são importantes para que optem por se modernizar e continuar na atividade, quando há recursos para isso, ou abandonar a atividade. Os produtores entrevistados relataram que essas dificuldades poderiam ser contornadas por algumas medidas, tais como: facilidade de financiamentos; melhoria dos preços pagos ao produtor (principal medida indicada); acesso à assistência técnica; implantação de projetos de melhoramento genético/inseminação artificial e instalação de tanques comunitários.

Até o momento, já conhecemos os principais problemas enfrentados pelos produtores de leite, bem como as soluções apontadas por eles no sentido de lhes possibilitar a continuidade na atividade, porém, de forma que não tenham que “pagar para produzir”, conforme ocorre com muitos produtores.

5.5 – Representação social dos produtores

Procuramos analisar, também, as formas representativas de organização (sindicato, associação, cooperativa e outra) a que os produtores encontram-se vinculados e qual a importância dessas instâncias para os pequenos produtores.

De acordo com a maioria dos produtores, essas instâncias nada têm feito pelos pequenos produtores. Apenas alguns dos produtores fizeram considerações a favor da Cooperativa COOPONTAL de Ituiutaba. De acordo com eles, a COOPONTAL³⁰ comercializa a ração, oferece crédito nas compras no supermercado, vacinas com um preço mais acessível e a localização facilita o contato, pois se encontra próximo ao ponto de ônibus que vai até a Comunidade.

O veterinário da COOPONTAL divulga informações acerca do melhoramento do gado, equipamentos e discute sobre a qualidade da produção dos associados. Quando os associados enfrentam algum problema com o rebanho, eles solicitam a visita do veterinário. As despesas de transporte são por conta dos proprietários. Outros produtores acrescentam que “*nada sai de graça*”, caso a quota do leite não cubra as compras/serviços dos associados, a diretoria cobra juros muito altos, e as informações são precárias. Assim, ao avaliar o nível de organização dos produtores na Comunidade, constatamos que 100 % estão filiados a alguma forma de instituição (Tabela 30).

Tabela 30 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos produtores nas formas de organização social (%) – 2005

Organização	N.º de produtores	%
Associação de produtores	---	0
Cooperativa (COOPONTAL)	06	23,1
Sindicato Rural	08	30,7
Comunidade da Canoa	26	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

³⁰ Cooperativa Agropecuária do Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

O índice de sindicalização é de 30,7%, de acordo com os produtores. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais não foi bem estruturado para atender aos pequenos produtores. Sua contribuição restringe-se à realização de consultas, os produtores pagam uma taxa anual e podem se consultar com os médicos do Sindicato. Para os produtores da Comunidade esse procedimento funciona como um plano de saúde, precário, mas como não podem arcar com custos de um plano de saúde,

“vai esse mesmo, né”.

A maioria dos produtores participa das reuniões feitas na sede da Comunidade. Para o Presidente, Sr. Valmir Alvares, a comissão eleita tem buscado disponibilizar informações necessárias a todos que procuram a comissão. Eles possuem regulamentos disciplinando as atividades da Comunidade.

Todos os entrevistados consideram importante a união entre os produtores e uma organização que os represente e se mostraram interessados em participar, discutir e trocar informações. A Comunidade destina-se a atender aos interesses e especificidades da produção familiar de leite.

5.6 – Aposentadorias: um complemento de renda para os produtores de leite

A criação oficial do sistema previdenciário brasileiro ocorreu na década de 1920. Desde o início, os planos de benefícios foram criados para atender a grupos estratégicos de funcionários públicos e grupos sociais organizados, os quais eram fundamentais para o funcionamento da economia na época, como, por exemplo, os ferroviários e portuários (BIOLCHI, 2002).

De acordo com Biolchi (2002), com a Revolução de 1930, as relações entre capital e trabalho passaram a ser consideradas como “questão de Estado”, o qual assumiu sua regulamentação. As leis sociais apareceram com o propósito de melhorar as condições de trabalho e assegurar certos benefícios aos trabalhadores, uma política pela qual Getúlio Vargas procurava administrar os conflitos sociais da época, buscando sustentação política na classe trabalhadora.

No entanto as leis criadas e os programas previdenciários beneficiavam, exclusivamente, os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais, desde o início, estiveram excluídos da proteção social previdenciária. As mudanças para os trabalhadores rurais somente começaram a acontecer a partir da década de 1960, principalmente em virtude da consolidação do sindicalismo no Brasil, como instrumento de representação política dos trabalhadores rurais, destacando-se o papel assumido pelas entidades sindicais na implementação das políticas do Estado nas áreas de saúde e Previdência Social (BIOLCHI, 2002, p. 2) .

A expansão do sistema previdenciário para os trabalhadores rurais em pleno regime militar deveu-se, em grande parte, pela preocupação do governo de que ocorressem conflitos na área rural, principalmente em decorrência da política de modernização adotada naquele período, que prejudicou a maior parte dos pequenos produtores. Como o programa desenvolvido pelo governo militar visava “integrar” a área rural ao projeto de desenvolvimento nacional, era preciso manter a “paz social”, e isso era visto pelo governo como possível através da concessão de direitos aos trabalhadores.

Esse cenário começou a mudar nos anos de 1960, com a gradativa mobilização dos trabalhadores rurais. O eixo das reivindicações socioeconômicas, no primeiro momento, era a reforma agrária, ao passo que a extensão das demais políticas trabalhistas e sociais, incluindo a Previdência Social, aparecia como demanda secundária. Assim, Biolchi (2002, p. 13) comenta o crescente grau de organização do setor que

ficou evidenciado no início dos anos sessenta pelo papel das Ligas Camponesas³¹, que sustentaram um amplo movimento de sindicalização rural, no qual a Igreja Católica teve papel protagônico. Nesse período, por exemplo, foi fundada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1963.

Foi nesse contexto de reivindicações que o Governo Goulart sancionou a Lei 4.214, em 1963, conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, em que uma das medidas previstas foi a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Tratava-se de um plano de custeio baseado, especialmente, em uma contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produtor rural e com recolhimento de obrigação legal do próprio produtor agrícola. No entanto, a fiscalização e o recolhimento das contribuições acabaram se tornando inviáveis (BIOLCHI, 2002).

Dessa forma, a arrecadação das contribuições e a administração dos benefícios do FUNRURAL foram repassadas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI-, o qual não contava com o mesmo conjunto de incentivos para a gestão do programa rural. Assim, a Legislação de 1963 acabou não tendo impacto relevante na estruturação de um sistema de proteção social efetivo para a população rural.

A Legislação de 1966 unificou os IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, visando ao conjunto de trabalhadores urbanos. Por meio,

do Decreto-Lei 276/1967, o governo militar reduziu os benefícios previstos basicamente à assistência médica, responsabilizou o adquirente pelo recolhimento da contribuição e repassou a administração do sistema ao INPS. O Decreto-Lei 564/1969 criou o Plano Básico da Previdência Social, restabelecendo um elenco de benefícios monetários, mas ainda não sustentável financeiramente. Em 24/01/1976, o Decreto 77.077 expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), que consolidou três regimes distintos: o urbano, o rural e o do funcionário federal. O processo de unificação das

³¹ As Ligas Camponesas surgiram em 1958, em Pernambuco, no Engenho Galiléia. O motivo original de sua organização foi a constituição de uma associação de trabalhadores rurais para auxílio mútuo ao sepultamento de seus membros (DELGADO; SCHWARZER, 2000, p.189).

instituições previdenciárias através da criação do INPS, insere-se na perspectiva de modernização da máquina estatal, aumentando seu poder regulatório sobre a sociedade [...]. Trata-se, portanto, de uma reorientação das relações entre o Estado e a sociedade em geral, especificamente, da relação entre Estado e as classes trabalhadoras (BIOLCHI, 2002, p. 14) .

O Regime Rural, instituído pela Lei Complementar 11/1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL -, que era administrado pelo FUNRURAL, veio a substituir o Plano Básico de Previdência Social Rural (Decreto 564/1969). Eram segurados do regime rural os empregados e os trabalhadores rurais que prestavam exclusivamente serviços de natureza rural, bem como os que, individualmente ou em regime de economia familiar, dedicavam a tarefas ligadas à agricultura, pecuária, pesca e garimpagem. Duas diferenças podiam ser identificadas em relação ao regime urbano: os trabalhadores rurais não efetuavam qualquer tipo de contribuição e tanto o conjunto como o valor dos benefícios a que tinham direito eram reduzidos.

A aposentadoria por idade ou invalidez era assegurada para o chefe da família, no valor de meio salário mínimo, e a pensão equivalia a 30% deste. A partir de 1974/1975, foi incluída, no plano de benefícios, a Renda Mensal Vitalícia – RMV - para idosos a partir dos 70 anos de idade ou por invalidez, também no valor de meio salário mínimo, assim como o seguro de acidentes de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais e sindicatos rurais, que eram parceiros do FUNRURAL, de acordo com o Art. 28 da Lei 11/1971 (BIOLCHI, 2002) .

Conforme apresentado anteriormente, a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais inseriu-se em um contexto de muita luta e pressão política, principalmente das entidades que os representavam. A política de Previdência Social pode ser considerada, em

termos dos resultados alcançados, uma das conquistas mais importantes para a agricultura familiar na década de 1990.

Mesmo havendo avanços na legislação previdenciária, os direitos dos trabalhadores rurais ainda eram reduzidos em relação aos dos trabalhadores urbanos, tanto no valor dos benefícios como na cobertura dos planos. O tratamento diferenciado entre trabalhadores urbanos e rurais somente se extinguiu com as mudanças introduzidas pela Constituição Federal de 1988, em um contexto de transição do regime autoritário para a democracia. A partir de então, houve a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de economia familiar, considerados segurados especiais, nos planos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

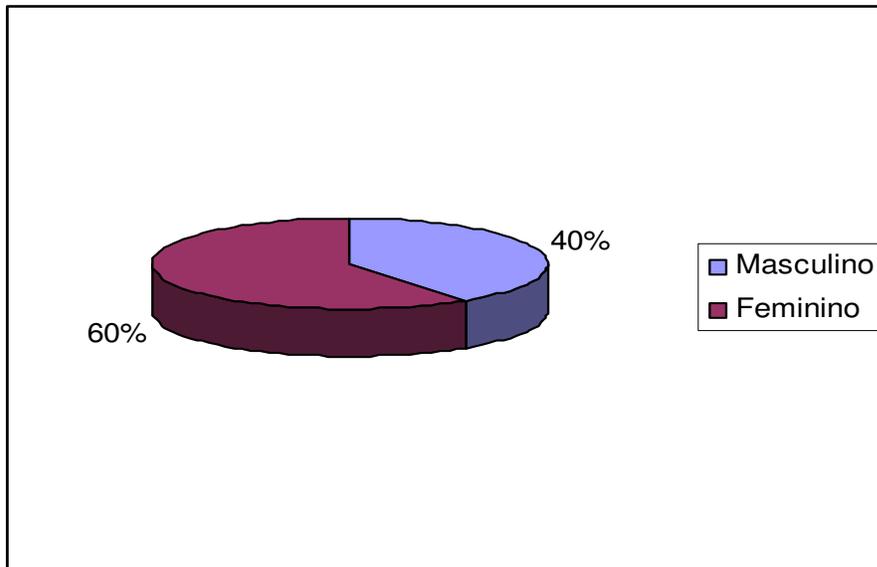
Com as novas regras, o valor das aposentadorias, que antes era de meio salário mínimo e concedido somente para o chefe da família, passou a ser de um salário mínimo, e as mulheres passaram a ter acesso à aposentadoria, independente do cônjuge ser beneficiário ou não. Além disso, a idade de acesso à aposentadoria por idade reduziu-se, ficando fixada em 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres.

Mediante as mudanças constitucionais ocorridas em 1988, os trabalhadores rurais passaram a ter os seus direitos iguados aos trabalhadores urbanos, no que diz respeito ao acesso aos benefícios da Previdência Social. A partir das novas regras, as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria por idade, houve redução no limite de idade para aposentadoria por idade dos homens (passou de 65 para 60 anos), e o valor das aposentadorias aumentou de meio para um salário mínimo. Em virtude dessas mudanças, nos anos de 1990, houve uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil, fosse pelo incremento no número de beneficiários como pelo montante de recursos repassados aos aposentados e pensionistas.

Para Biolchi (2002), em virtude dessas e de outras mudanças, na década de 1990, ocorreu uma significativa alteração no quadro de benefícios da Previdência Social Rural no Brasil, tanto pelo incremento no número de beneficiários que passaram a integrar o sistema, como no montante de recursos repassados ao meio rural por meio das aposentadorias e pensões pagas aos agricultores familiares.

As características dos beneficiários da Previdência Social Rural, de um modo geral, seguiram uma mesma tendência na Comunidade da Canoa, conforme será apresentado. De acordo com os resultados da pesquisa, num total de 12 pessoas, percebemos que o sexo feminino (60%) destaca-se em relação ao sexo masculino (40%), conforme pode ser observado na figura 35.

Figura 35 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): distribuição dos benefícios da Previdência Rural (por sexo) (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Essa diferença entre os públicos feminino e masculino pode ser explicada, em grande parte, pelo fato das mulheres terem sido incluídas nos planos de benefícios da Previdência Social

Rural a partir da Constituição de 1988, passando a ter o direito ao recebimento de aposentadoria por idade aos 55 anos (Tabela 31).

Além disso, a sua maior participação no total de beneficiários também explica pelo limite de idade ao acesso à aposentadoria por idade ser cinco anos inferior ao dos homens. Por outro lado, essa diferença deve-se, também, ao fato de as mulheres receberem muito mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, pois a esperança de sobrevida feminina é maior que a masculina, especialmente, nos estratos dos mais idosos.

Tabela 31 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): faixa etária da população aposentada da Comunidade em relação ao total de pessoas (%) – 2005

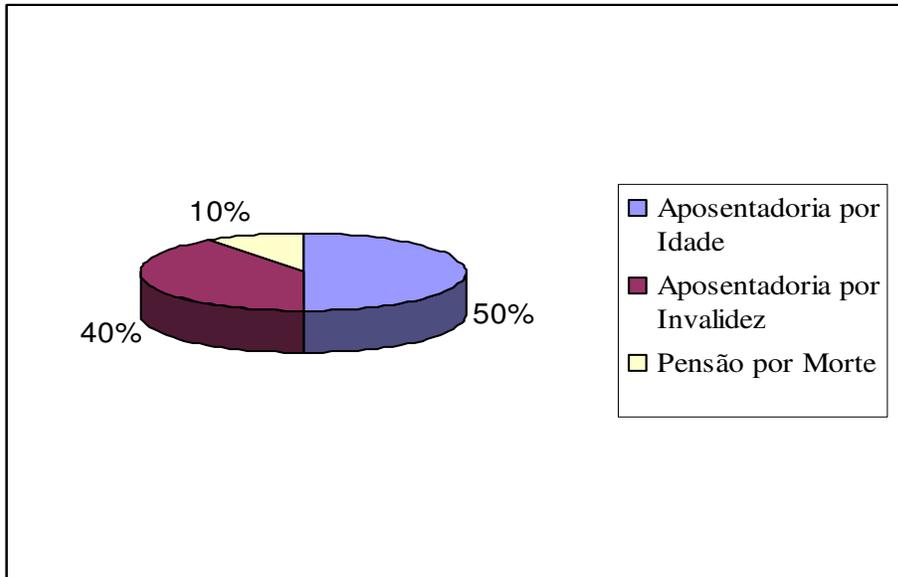
Faixa etária dos aposentados (anos)	N.º de pessoas	%
55 a 60	01	8,3
60 a 65	03	25
65 a 70	03	25
acima de 70	5	41,7
TOTAL	12	100

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Com relação ao tipo de benefício pago pela Previdência Social ao meio rural (Figura 36), percebe-se que 50% dos beneficiários recebem aposentadoria por idade, a aposentadoria por invalidez representa 40% de beneficiados ao meio rural, e 10% recebem pensão por morte.

Figura 36 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): tipo de benefício recebido em relação ao total de pessoas aposentadas (%) - 2005

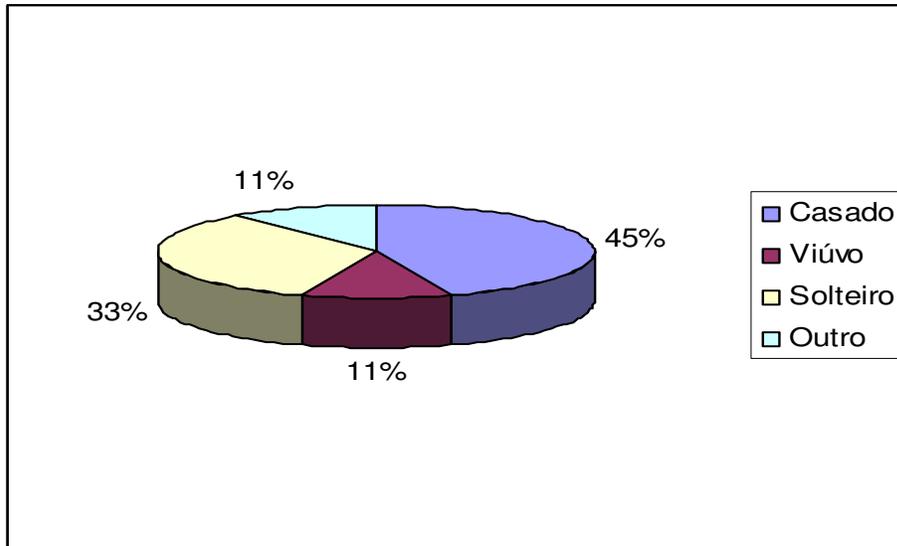


Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Quanto ao estado civil, verifica-se, pela figura 37, que 45% são casados; 33% são solteiros; 11% viúvos; e 11%, outros. De acordo com Biolchi (2002, p. 49), esse fato “ressalta a importância das políticas públicas adotadas pela Previdência Social para a população idosa, uma vez que permitem a manutenção das condições socioeconômicas do domicílio, mesmo com a perda de um dos membros da família”.

Figura 37 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): estado civil dos beneficiários da previdência rural em relação ao total de pessoas aposentadas (%) - 2005



Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Os resultados da pesquisa de campo permitem afirmar que a agricultura familiar é a base social e econômica e os benefícios previdenciários têm fundamental importância para complementação de renda, embora possam ter finalidades distintas. Nesse sentido, cabe destacar a importância da presença de idosos para as famílias rurais, particularmente naquelas famílias em que os demais membros dependem dos recursos dos benefícios para garantir a subsistência. A política de Previdência Social para o meio rural permite, ainda no espaço privado familiar, uma revalorização das pessoas de idade, que, ao acessarem a renda de aposentadoria, obtêm uma espécie de salvaguarda de subsistência familiar, invertendo o papel social de assistidos para assistentes, no contexto de sobrevivência das famílias pobres.

5.7 – Renda familiar: diversificação das atividades

A noção de pluriatividade vem sendo empregada desde a década de 1960 na França, e foi utilizada para caracterizar as propriedades nas quais os membros das famílias desempenhavam múltiplas atividades produtivas (LOCATEL, 2004). Nesse sentido, essa noção possibilita a melhor compreensão do caráter da unidade familiar, pois amplia a análise para todos os membros da família, incluindo os que se dedicam, integralmente, ao trabalho agrícola, como também os que trabalham em outras atividades, não se limitando apenas à agricultura em tempo parcial (*part-time farmer*), que, normalmente, se restringe ao chefe da exploração, permitindo, assim, referir-se à unidade pluriativa e não só a indivíduos pluriativos (ALENTEJANO, 1999).

A pluriatividade não é um conceito, é, sim, uma noção que se aplica a situações em que a família agrícola não consegue obter toda a sua renda por meio da produção agrária primária e também não aplica a totalidade de seus recursos a tais atividades (SCHNEIDER, 2003). A noção de pluriatividade pode ser considerada uma ampliação da noção da agricultura *part-time*, que já vinha sendo utilizada desde a década de 1930, quando foi criada por economistas americanos (SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003), a agricultura em tempo parcial é mais precisamente uma noção que se refere ao indivíduo, que é pluriativo por combinar a agricultura com uma multiplicidade de tarefas para garantir sua renda. Ou seja, sua ampliação está restrita ao indivíduo e não possibilita a compreensão do conjunto da unidade a qual pertence.

A pluriatividade tem como vantagem incorporar as características da agricultura *part-time farmer* como da *multiple job holding* (unidade agrícola que combina múltiplas fontes de rendimentos), ou seja, engloba, na análise, as diferentes estratégias de complementação ou composição da renda de agricultores familiares. Portanto, Schneider, (2003, p. 79) ressalta que a "pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades

que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*)".

Quanto à classificação dos trabalhadores que praticam a agricultura em tempo parcial, pode ser vinculada historicamente ao processo de industrialização, isso para o caso europeu. No período pré-industrial, os trabalhos agrícolas eram complementados com atividades artesanais durante os períodos de pouca necessidade de trabalho na agricultura. Durante o século XIX e início do XX, os trabalhadores em tempo parcial combinavam trabalho na indústria, como emprego principal, com o trabalho agrícola, como atividades secundárias que tinham como finalidade a produção de alimento para autoconsumo. Somente a partir da segunda metade do século XX, é que o trabalho agrícola em tempo parcial começava a ganhar uma nova configuração adquirindo um caráter de complementação de renda para o trabalhador. Assim, o principal objetivo do trabalho a tempo parcial passou a ser aumentar a receita dos familiares e conseguir regularidade e segurança na composição da renda (LOCATEL, 2004).

A pluriatividade surgiu, no Brasil, como forma de compensar perdas das pequenas unidades de produção diante da intensificação da produção nos moldes empresariais. Assim, esse fenômeno apresenta dupla perspectiva: a que existe na esfera do autoconsumo e a que surge na relação com a esfera comercial. Temos que ressaltar que não são apenas os pequenos produtores marginalizados e desfavorecidos que buscam trabalho extra-agrícola para complementar ou ampliar suas rendas. É comum mulheres e filhos jovens, membros de famílias de agricultores bem sucedidos e tecnicamente modernos, buscarem fontes de renda fora da propriedade para satisfazer a interesses não-econômicos, como obter garantias previdenciárias ou, simplesmente, como uma forma de manter vínculos com a cidade e o estilo de vida urbano (SCHNEIDER, 2003).

Assim, a pluriatividade não ocorre simplesmente pela necessidade de complementação da renda familiar, podendo ocorrer em outras circunstâncias, não visando somente aos interesses econômicos.

Na Comunidade da Canoa, o fenômeno da pluriatividade está presente, ainda que não nas mesmas proporções como descreve Schneider (2003), no Rio Grande do Sul. No entanto, durante a realização do trabalho de campo, constatamos que é cada vez mais freqüente a ocorrência desse fenômeno no município de Ituiutaba.

A análise dos dados de campo será com base na origem das rendas obtidas pelos pequenos produtores de leite da Comunidade e, a partir daí, poderemos verificar quais são pluriativos ou não, de acordo com a discussão teórica enfocada.

Com relação à renda, temos 19,2% produtores que obtêm renda do leite; 23,1%, renda do leite e lavoura; 11,5%, renda do leite e aposentadoria; e 15,4%, somente renda da aposentadoria. Os que podem ser considerados pluriativos representam 30,8%, por possuírem rendas provenientes de atividades não-agrícolas e empregarem-se em outras propriedades dentro da Comunidade (Tabela 32).

Tabela 32 - Comunidade da Canoa (Ituiutaba/MG): participação dos entrevistados em relação à composição da renda (%) - 2005

Unidade de Produção	Composição da renda	%		
Familiar	Renda do leite	19,2		
	Renda do leite + lavoura	23,1		
	Renda do leite + aposentadoria	11,5		
	Renda do leite + salário	15,4		
	Renda do leite + aposentadoria + salário	15,4	Pluriatividade	30,8%
	Renda da aposentadoria	15,4		
	Total	100		

Fonte: Pesquisa de Campo/fev. 2005.

Org. GOBBI, W.A. de O./2005

Por um lado, as necessidades crescentes de complementação de renda pelos agricultores familiares, por outro, a busca de satisfação de necessidades não econômicas por membros de famílias de agricultores bem sucedidos, associadas ao processo de expansão da infra-estrutura urbana para o meio rural, tendem a propiciar melhores condições para os trabalhadores do campo se dedicarem à pluriatividade. Assim, esse fenômeno, além de representar diferentes estratégias de reprodução social, também é um elemento dinamizador da urbanização do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações da década de 1990 afetaram os produtores de leite de Minas Gerais. Essas transformações estiveram associadas a um cenário marcado por iniciativas nacionais, como a desregulamentação dos mercados e a implementação do Plano Real, e a um cenário de âmbito global, cujas decisões incluíram terceiros países, como no caso da formação do MERCOSUL, da abertura comercial e do processo de globalização. As novas demandas que surgiram no final do século XX, como intensificação da concorrência, maior exigência dos consumidores, uma grande diversidade de produtos, quedas dos preços, recaíram sobre os produtores de leite.

Existe a percepção de que essas novas exigências estão relacionadas à abertura comercial e à melhora do poder aquisitivo da população, as quais foram proporcionadas pelo Plano Real. A formação de um ambiente favorável propiciou a entrada de multinacionais e alterou, significativamente, as condições de concorrência, acelerando mudanças na cadeia leiteira. As multinacionais buscam obter maiores rendimentos e, com esse objetivo, voltam sua atenção para os grandes produtores, os demais são relegados a um segundo plano.

Nesse momento, novas empresas passam a atuar de forma mais abrangente no mercado nacional de leite. O principal enfoque relacionado à intensificação da competição é o receio de que esta ocorra de forma desleal com subsídios e *dumping*. Nesse sentido, o papel do Estado, como um fiscalizador e regulador, é fundamental para que se estabeleça uma concorrência transparente. Da mesma forma, é preciso que o governo brasileiro aja como um incentivador do produtor e promova projetos de desenvolvimento para fortalecê-lo diante de novos desafios.

Com a formação do MERCOSUL, desenvolveu-se um ambiente competitivo entre os países membros. O principal impasse que o MERCOSUL representa é a avalanche de produtos

importados que recaem sobre o mercado do leite em Minas Gerais. Esses produtos invadem as prateleiras de supermercados, padarias e armazéns, ampliam a concorrência e estimulam uma “guerra” em busca de preços mais atrativos ao consumidor. Em função disso, os produtores que produzem em menor quantidade ficam em uma situação crítica, uma vez que ganham muito pouco com a venda de seu produto. Tal valor, muitas vezes, fica aquém das necessidades básicas de sua família.

Por outro lado, o MERCOSUL amplia as oportunidades daquele produtor que está em condições de investir na atividade. A partir da integração dos mercados, alastram-se as opções comerciais e expande-se a demanda potencial. Criou-se um cenário no qual se compartilham consumidores, conquistá-los é tarefa dos produtores de leite.

O grande desafio, portanto, é ser tão competitivo quanto os parceiros comerciais e dominar esse novo mercado. O MERCOSUL, ao unir quatro países em um mercado de 200 milhões de pessoas, tornou-se um pólo de atração econômica. Formou-se um contexto no qual foi estimulada a busca pelo aperfeiçoamento. Nesse momento, intensificaram-se as cobranças sobre os produtores que deveriam investir no setor por meio da adoção de equipamentos modernos, da coleta a granel e mudanças na infra-estrutura da propriedade. Por sua vez, a maioria dos produtores do município de Ituiutaba tiveram dificuldade para se adequar a essas transformações a curto prazo. Os resultados obtidos revelam que as transformações que os produtores estão sendo impelidos a realizar em suas propriedades têm um caráter excludente, uma vez que não estão ao alcance de todos, muito pelo contrário, são privilégio de poucos.

Contudo muitos autores afirmam que só há dois caminhos para o produtor de leite, um deles é a modernização e a incorporação de tecnologia, e o outro é o abandono da atividade, visto que os que não atenderem às novas exigências serão excluídos. Uma vez conhecido o cenário em que está inserido, o produtor de leite de Ituiutaba, mas especificamente o da Comunidade da

Canoa, é possível contestar a existência de somente duas alternativas para esses produtores. No ambiente desse produtor, identificamos uma realidade complexa com inúmeras fragilidades, necessidades e diferenças, mas, sobretudo, percebemos um desejo de superação e muita determinação. A afirmação que propaga a exclusão de produtores é precipitada e preconceituosa. Os produtores de leite da Comunidade da Canoa estão conseguindo superar as dificuldades e demonstram interesse em dinamizar a atividade leiteira.

Portanto, são poucos os que podem fazer essas alterações sozinhos, os demais precisam de tempo e auxílio. É necessário destacar que a exclusão de produtores da atividade leiteira não é inevitável. Para tanto, é preciso que haja empenho dos produtores que busquem organizar-se de modo a tornarem-se fortalecidos a fim de que consigam superar tal situação adversa. Mas há produtores que estão descapitalizados e desmotivados, à mercê da própria sorte, esses tendem a ser excluídos.

Por outro lado, mesmo sem adotar as novas exigências que propagam maiores ganhos na atividade, os produtores de leite da Comunidade da Canoa, com suas técnicas “rudimentares”, estão conseguindo manter-se na atividade. É preciso que haja bom senso e que as mudanças na atividade leiteira ocorram de forma a proporcionar benefícios para todo o setor e não que sejam vistas como uma medida selecionadora de produtores. É importante esclarecer que não se trata de ir contra medidas que venham a aprimorar a atividade leiteira, mas ter cuidado para que essas alterações sejam feitas no longo prazo, com financiamentos, taxas baixas de juros e que possam estar ao acesso da maioria dos produtores que se dedicam à atividade leiteira.

De modo geral, os produtores que produzem pequenos volumes de leite, algo em torno de 50 litros de leite dia, tendem a ter mais dificuldades para manterem-se na atividade. Tais produtores precisaram contar com algum outro tipo de renda, como a aposentadoria, para conseguir sobreviver no meio rural. Contudo, na falta de uma outra opção, esses produtores

tendem a permanecer como produtores de leite, já que assim não ficam totalmente desprovidos de rendimentos. O leite tem representado, para boa parte dos produtores que residem no meio rural, se não o sustento familiar, um complemento mensal, que permite uma maior segurança na manutenção de suas famílias.

Caso os produtores de leite sejam considerados individualmente, não há como contestar que a grande maioria é responsável por pequenos volumes de produção. No entanto, avaliados em conjunto, representam um forte e indispensável componente para atender os consumidores que, constantemente, estão demandando um grande volume de leite. Os pequenos produtores de leite têm atuado como um importante elemento para abastecer as indústrias. Para expandir o volume de leite captado diariamente, as indústrias de Ituiutaba têm recorrido aos pequenos produtores. Nesse sentido, foi estabelecida uma relação de interdependência entre a indústria e os pequenos produtores, na qual ambos são beneficiados.

Com relação à incorporação de tecnologia e modernização do setor leiteiro, é preciso ter claro que esses processos são benéficos, desde que os produtores possuam uma estrutura adequada para adotá-los. Assim, por si só, a incorporação de novas técnicas não garante maior produtividade ou melhores rendimentos para o produtor.

Além disso, produtores que disponham de menos tecnologia podem ser tão produtivos quanto os mais tecnificados, portanto, não se pode desprezá-los. É importante destacar que o setor leiteiro é responsável pela manutenção e sobrevivência de muitos produtores no meio rural e tem servido de uma nova alternativa para produtores que estavam desestimulados e sofrendo prejuízos na produção de outros cultivos.

Os principais pontos, discutidos constantemente nesta pesquisa, ressaltam algumas peculiaridades da atividade leiteira que a tornam especial no contexto da produção agrícola. O leite tem sua importância ressaltada por representar a garantia de obtenção de uma renda ao final

de cada mês, por não estar tão suscetível às mudanças climáticas (fazendo com que essa seja uma atividade mais segura). Além do mais, na maioria das propriedades do município de Ituiutaba, tem sido mantida a produção leiteira com a mão-deobra familiar, evitando, assim, que se gaste com a contratação de mão-de-obra. Por menor que seja a produção, é possível obter uma remuneração mínima que possibilite a sobrevivência dos produtores. Esses produtores estão acostumados a lidar com restrições e não abandonarão a atividade facilmente.

Como se trata de uma realidade que comporta produtores com diversas peculiaridades e, conseqüentemente, com necessidades distintas, não é possível estabelecer regras que possam favorecer todos os produtores de leite da Comunidade da Canoa. É importante destacar que, se não há uma solução única para os problemas dos pequenos produtores, há algumas medidas que poderão apaziguar e trazer benefícios para a grande maioria. Medidas que promovam a elevação geral de renda, a redução dos juros, ir em busca de maior competitividade, o melhoramento da infra-estrutura e a formação de formas associativas. Com certeza, se houver vontade e interesse em fortalecer esses produtores para atuarem em um novo ambiente, essa oportunidade não será desperdiçada. Os produtores de leite da Comunidade estão carentes e sedentos de alternativas que tornem viável a sua permanência na atividade leiteira. Além disso, não se trata só de uma necessidade econômica, mas também social.

No conjunto, vimos que as estruturas produtivas estão mais susceptíveis às transformações, quando as comparamos com os conteúdos culturais, entendemos que a cultura tem seu caráter dinâmico, sendo passível de sofrer transformações, mas é em torno da cultura que os indivíduos formam uma identidade de grupo, de comunidade. Vimos que a sua cultura tende a reproduzir-se no lugar, mesmo sendo adaptada, assim como ocorre com as festas de reis e a pamonhada na Comunidade da Canoa. A festa reafirma a identidade de um povo que vê, na sua realização, a oportunidade de "encontrar-se" com os do lugar, e, para o migrante, a oportunidade

de "reencontrar-se" com o seu lugar, com suas origens. Mudam-se as técnicas, passam as pessoas, mas as festas permanecem, mantendo-se como elemento da cultura, de identidade local.

A principal contribuição do estudo foi mostrar a opinião dos produtores de leite da Comunidade da Canoa sobre os impactos causados à atividade leiteira pelas transformações ocorridas na última década 1990. Além disso, alertar sobre generalizações radicais e apressadas que afirmam haver um caminho único para obtenção de êxito na atividade leiteira. De acordo com o exposto no estudo, está claro que prever a exclusão de milhares de produtores, sem que antes seja analisado o contexto no qual estão inseridos, é agir precipitadamente. Outro aspecto abordado sinaliza em direção a alguns caminhos que poderão tornar viável a manutenção de muitos produtores na atividade leiteira.

As recentes demandas da sociedade e das indústrias apontam para uma readequação da atividade leiteira. Tais exigências devem ser moldadas de forma a favorecer a maioria dos produtores de leite. Isso quer dizer que se deve ir em busca de alternativas que fortaleçam e mantenham o pequeno produtor de leite no meio rural. É preciso estudos que indiquem métodos de trabalho com produtores, que verifiquem quais as melhores estratégias de mercado a serem praticadas, em que medida deva ser incorporada tecnologia, que ressaltem a importância de formas associativas e cooperativas. Assim, será possível fornecer elementos para que o pequeno produtor de leite tenha maior conhecimento de suas potencialidades e possa obter maiores êxitos na realização de sua atividade.

Os produtores da Comunidade da Canoa configuram uma pequena amostra das condições de sobrevivência da pequena produção familiar de leite. Porém, com ínfimo apoio creditício, pouca tecnologia e à custa do seu sacrifício e de sua família.

Os pequenos produtores da Comunidade da Canoa denunciam os baixos preços pagos pelas indústrias pelo leite, o intenso trabalho, principalmente no período da seca, os elevados

investimentos e custos de produção. A sua luta cotidiana, a constante busca de estratégias do grupo familiar caracterizam sua resistência e indignação perante a sociedade. Sua resistência é a luta para permanecer na terra, é a ironia de uma modernidade parcial e discriminatória. Assim, não se sabe quem vai sobreviver.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ALENTEJANO, P. R. R O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 167. p. 21-31, jan./fev. 1997.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 147-173.

ALVES, A. A. **As transformações recentes na economia leiteira: impactos e perspectivas no plano das mesoregiões mineiras**. 2000. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

ANJOS, F. S. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. 2. ed. Pelotas: UFPEL, 1995.

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. São Paulo: FNP, 2001. 1v.

AZEVEDO, F. F. **Seridó Potiguar: Dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional**. Uberlândia: Composer, 2005.

BASSO, D. & SILVA NETO, B. Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos/FEE**. Porto Alegre, v. 26, n. 4, março, 1999.

BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. 2004. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

BERNARDES, P. R.; NOGUEIRA NETTO, V. da S.; MUSTEFAGA, P. S. 2000 é o ano da virada para a pecuária de leite. In: _____. **Perspectivas e avanços em laticínios**. Juiz de Fora: EPAMIG – Centro Tecnológico – ILCT, 2000. Cap. 2. p. 27-53.

BEZERRA, L. M. C. **Agricultura familiar em Orizona (GO):** a Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros – APAMAC. 2003. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural:** efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRANDÃO, C. R. **A folia de reis em Mossâmedes**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

BRUM, A. J. A revolução verde. In: _____. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

CAMPOS FILHO, M. de M. O exemplo dos EUA e a tentação da importação de leite. Disponível em: <http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em 25 abr. 2005.

CAMPOS FILHO, J. P. Empossada diretoria da Itambé para o próximo triênio. **Vitrine Itambé**, Belo Horizonte. n.8, p. 1- 4, maio/2005.

Caracterização da agricultura familiar no Brasil. Disponível em: http://www.seag.es.gov.br/familiar_caracterização.htm. Acesso em: 20 jun. 2005.

CAUME. D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342p. Cap. 2. p. 69-95.

Dados da Empresa. Disponível em: <<http://www.avipal.com.br/company/units.php?language=0>>. Acesso em 6 julh. 2005.

DUARTE, M. Q. S. **Raízes rurais na vivência urbana: persistências, desistências, recriações**. Ituiutaba – 1970 – 1985. 2001. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

DÜR, J. W.; ANTONI, V. L.; TOMAZI, T. Pagamento do leite por qualidade no Brasil. In: INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia. p. 54-83.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção**. Versão Preliminar. Brasília: 1994.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar – O Brasil redescoberto**. Brasília: 2000. Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO. p. 74.

_____. **A agricultura familiar no Brasil**. (agricultura familiar e sistemas de produção). Brasília: 2000. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. p. 16-27.

FLEURY, M. T. L. Os produtores de leite – um estudo de caso. In: _____. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983. p. 53-76.

GOMES, S. T. **Cadeia agroindustrial do leite no Mercosul**. Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa/MG, 1997.

_____. Efeitos da globalização na produção de leite no Brasil. **Jornal da produção de leite – PDPL/RV**, Viçosa, n. 123, p. 1-15, maio. 1999.

____. **O agronegócio do leite**. Belo Horizonte: Sebrae/FAEMG, 2003.

GOMES, A. T.; CARNEIRO, A. V. Leite: produtor X indústria. **Jornal da produção de leite – PDPL/RV**, Viçosa, n. 142, p. 1-3, dez. 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

____. Mas qual reforma agrária?. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 17, n.1, p. 11 – 60, abr./jul. 1987.

____. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996a.

____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/I.E, 1996b.

____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43 - 81, maio/ 1997.

____. A modernização conservadora dos anos 70. In: _____ **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1999. p. 87 – 135.

HESPANHOL, R. A. de M. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP**. 2000. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

Histórico da SUDCOOP. Disponível em:
<<http://frimesa.com.br/principal.php?linha=3&menu=1&submenu=0&PHPSESSID=a0b1cce48e18b2517f59fab07386c4f>>. Acesso em: 8 jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**.

Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/>>. Acesso em: 2 ago. 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.indi.mg.gov.br/publicações/laticínios%202003.pdf>>. Acesso em 7 jun. 2005.

JEAN, B. A agricultura familiar, o Estado e o estado da agricultura familiar. In: ____ LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 271 – 302. v. II.

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP. 1997.

KAGEYAMA, A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: ____ DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, n. 127, 1990. p. 113-253.

LAMARCHE, H. (Coord.). As questões em debate. In: ____ **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Frédéric Bazin. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 17 – 45. v. II.

LEITE, J. L. B.; BRESSAN, M. ; ZOCCAL, R. Agricultura familiar na atividade leiteira no Brasil: pressupostos e proposta metodológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-28.

LEMO, M. B ; SANTOS, F. ; BIAZI, E. ; GALINARI, R. ; CAMPOS, B. Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-30.

LOCATEL, C. D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis**. 2004. 423 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MAIA, M. F. **Estrutura de mercado do setor lacteo brasileiro**. Viçosa, 2001. 49 p. Relatório.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, P. C. Pagamento por qualidade no Brasil: motivações e obstáculos - 2004. Disponível em: < www.milkpoint.com.br>. Acesso em 20 jul. 2005a.

____. Leite Clandestino: problema nacional, solução local. In: ____ . **A cadeia produtiva do leite em 40 capítulos**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005b. cap.37, p. 189-192.

____. A importância da qualidade do leite. In: INTERLEITE – SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7º., 2005c, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia. p. 47-53.

MENDES, E. P. P. **A produção familiar em Catalão - GO: a Comunidade Coqueiro**. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

Ministério da Agricultura – Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/PLANOS/PLANO_SAFRA>. Acesso em 25 abr. 2005.

NAPOLITANO, G. Empresas pouco conhecidas têm ótimo desempenho na Bovespa. **Revista Exame**. São Paulo. n. 21, p. 118-119, out. 2005.

OLIVEIRA, B. S. de. **Ituiutaba (MG) na rede urbana Tijucana:** (re) configuração sócio-espaciais no período de 1950 a 2000. 2003. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, M. D. **Usina de açúcar e álcool no Pontal do Triângulo Mineiro:** seus impactos ambientais e sociais na cidade de Ituiutaba – 1988/2004. 2004. 38 f. Monografia (Graduação em História) – Fundação Educacional de Ituiutaba, Ituiutaba. 2004.

OLIVEIRA, M. Falta um maior consumo interno: o brasileiro bebe menos leite do que cerveja ou refrigerante. **Guia Exame.** São Paulo. ed. 849, p. 70-71, ago. 2005.

PAULILLO, L. F. **A modernização da pecuária leiteira no município de São Carlos.** 1991. 85f. Monografia (Graduação) – Unesp, São Carlos. 1991.

PAULILLO, L. F.; HERRERA, V. E.; COSTA, L. M. da. A reestruturação agroindustrial láctea brasileira e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto, SP. In: ____ . **Reestruturação agroindustrial:** políticas e segurança alimentar. São Carlos: Edufscar, 2002. Cap.4. p.153-221.

PEDROSO, G. D. **SETOR LEITEIRO:** as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 120f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PEIXOTO, S. E. A pequena produção agrícola: algumas questões atuais. **Revista Bahia Agrícola,** Salvador, v. 2, n. 3, p. 1-6, nov., 1998.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa.** Goiânia: UFG, 1999.

PESSÔA, V. L. S. **Composição de trabalhos científicos.** Uberlândia, 2005. mimeo.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824 – 1930).** São Paulo: Brasiliense. 1982.

PRADO JÚNIOR, C. Vida material: pecuária. In: _____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 186-210.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 79 -93.

PRATO, M. A grande de Minas. **Revista de Serviço ao Produtor de Leite DPA**, Goiânia. n. 31, p. 8-11, set. 2003.

ROCHA, A. dos S.; COUTO, V. de A. Repercussões diferenciadas da crise de preços do leite. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL EQUIDADE e EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, XL., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo. CD-ROM. p. 1-16.

RODRIGUES, R. A grande de Minas. **Revista do Serviço ao Produtor de leite DPA**, Goiânia. n. 3, p. 8-11, set. 2003.

ROMEIRO, A. R. A difusão mundial do modelo Euro-Americano. In: _____. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 95 – 122.

SANTOS, J. C. dos. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP**. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 4 ed. rev. Uberlândia: UFU, 2004.

SILVA, D. M. de O. **Memória:** lembrança e esquecimento . Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. 1997. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1997.

SILVESTRE, F. Convênio promete acabar com venda irregular de leite. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em 25 set. 2004.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE, 7., 2005, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: MilkPoint, 2005.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUZA, O. T. **O Setor Leiteiro:** políticas, competitividade e impactos de liberalização comercial nos anos noventa. Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1999.

SOUZA, M. O. de. **Cooperativismo e mudança social:** análise histórica com aplicação no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOUZA, M. O. de; FRANCIS, D. G. O produtor familiar de leite e o processo de granelização na região do Triângulo Mineiro (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 26 a 29, p. 21 – 38, 2002/2003.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na Região de Presidente Prudente – SP:** o caso da Cooperativa de laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). 2002. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

TANNÚS, S. P. **Leite Informal:** um problema social e uma mudança cultural. Disponível em: <<http://www.ceturho.hpg.ig.com.br/j3.htm>>. Acesso em 10 ago. 2005.

TEIXEIRA, G. Reflexões sobre tendências da agricultura brasileira. Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/texmst.htm>. Acesso em 07 jan. 2006.

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193 – 230.

VEIGA, J. E. da. Uma estratégia de desenvolvimento rural. In: ____ ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXI, 1997. Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPOCS, 1997. p. 4. CD-ROM.

____. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 32, n. 98, jul/set, 1997.

VILELA, D.; GOMES, S. T.; CALEGAR, G. M. Agronegócio do leite e derivados: um programa nacional em C&T. In: CALDAS, R. A. **Agronegócio Brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade**. Brasília: CNPq, 1998. p. 257-275.

WANDERLEY, M. de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. 1995. mimeo.

____. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte. p. 90–113.

____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p. 21 – 55.

____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, n. 2, P. 29-37, jul./dez. 2000.

WHITAKER, D. C. A. et al. A transcrição da fala do homem rural. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Wenceslau. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 115-120.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO: A - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Pequenos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba –MG.

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I - IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E PROPRIEDADE

Local da entrevista: _____ Data: _____ Nº. ____

Nome do produtor: _____

Natural de: _____

Grau de instrução: _____

Nome da propriedade: _____

Localizada em: _____

1 – Mora na propriedade? () Sim () Não

2 – Como adquiriu a propriedade?

() herança () compra () posse () assentamento () Outro, qual? _____

2.1 – Além desta, possui outra propriedade rural? () Sim, Quantas? _____

Localizadas em qual (is) município (s)? _____

() Não

Localizadas em qual (is) município (s)? _____

2.2 – Área total da (s) propriedade (s) rural (is) que possui _____ hectares ou alqueires _____

2.3 – Há quantos anos o Sr. trabalha na agricultura? _____

2.4 – Quais eram os produtos cultivados antes de trabalhar com leite?

3 – Há quanto tempo possui a propriedade? _____

4 – Qual a atividade principal da propriedade? _____

5 – Que atividade praticava antes do leite? _____

6 – Há quanto tempo é produtor de leite? _____

7 – Quais motivos o levaram a optar pela produção de leite? _____

8 – Possui outra atividade além da produção de leite? () Sim, Qual? _____

() Não

9 – Qual a área reservada para pecuária _____ ha. ou _____ alqueire

10 – Qual a distância da propriedade em relação ao perímetro urbano _____ Km

11 – Como se transporta para cidade? () veículo próprio () ônibus () Outro _____

11.1 – Local de residência do produtor e de sua família: () no próprio estabelecimento rural; () Na cidade de _____

11.2 – Por quem é dirigida a propriedade: () Pelo proprietário; () Pelo administrador

12 – A propriedade possui:

() Eletrificação () Televisão

() Fogão () Curral

() Cocheiras () Silos

() Geladeira () Computador

() Tratores () Tanque para resfriamento

() Trituradeira () Casa de bezerros

() Barracão de leite () Água potável (indicar procedência) _____

() Outros _____

12.1 – É arrendatário () ; ou meeiro () em outra propriedade

Como é feita esta exploração?

12.2 – Está satisfeito com os lucros?

a) () Sim. Por que? _____

b) () Não. Por que? _____

II – COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA E AGREGADOS

1 3– Caracterização dos residentes e composição da renda (preencher somente com membros da família e agregados)

Nome	Sexo	Idade	Estado Civil ¹	Grau escolaridade ²	Grau de parentesco ³	Naturalidade	Local de residência (na propriedade ou cidade)	Atividade exercida na propriedade		Atividade exercida fora propriedade	
								Descrição da atividade	Valor (R\$) ⁴	Descrição da atividade	Valor (R\$) ⁵

¹ Solteiro, casado, divorciado, viúvo

² Analfabeto, analfabeto funcional, fundamental completo, fundamental incompleto, médio completo, médio incompleto, superior completo, superior incompleto, continua estudando

³ Chefe de família, esposa, filho, sogro, sogra, amasiado

⁴ Valor médio mensal

⁵ Valor médio mensal

14 – A sua esposa auxilia nas atividades da propriedade?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não. Por que? _____

15 – Os filhos auxiliam o Sr. nas atividades da propriedade?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não. Por que? _____

16 – E outros parentes?

a) () Sim. Em que fase? _____

b) () Não

III – DADOS SOBRE O USO DA TERRA

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA EM HECTARE ou ALQUEIRE
Lavoura permanente	
Lavoura temporária	
Pastagem natural	
Pastagem plantada(formada)	
Reflorestamento	
Silvicultura	
Áreas produtivas não utilizadas	
Áreas improdutivas	
Área de reserva legal	
Área de preservação permanente	
Mata natural	
Área construída e estradas	
Área arrendada de outro	
Área de meeiro de outro	
Cerrado	
Pomar	
Horta doméstica	
Outras especificar _____	
Área total	

17 – Qual o tipo de pastagem utilizada pelo senhor? _____

18 – Como é feito o manejo dos pastos? _____

19 – Qual a raça do seu gado leiteiro e/ou corte? _____

20 – Costuma fornecer suplementação de pastagem para o gado?

a) () Sim. Em que época do ano? _____

b) () Não. Por que? _____

21 – A suplementação fornecida ao gado é produzida na propriedade?

a) () Sim. Como? _____

b) () Não. Onde é adquirida? _____

22 – Ordem das atividades econômicas mais importantes na(s) propriedade(s)

--	--	--	--	--	--

1^a 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a

1 – Bovinocultura de corte

2 – Bovinocultura de leite

3 – Bovinocultura mista

4 – Extração vegetal

5 – Silvicultura

6 – Lazer

7- Hortaliça

9 – Cultura permanente (café, fruticultura, etc.)

10 - Comércio

11 – Extração de areia

12 – Extração de argila

13 – piscicultura

14 – Indústria caseira / doméstica

15 - Outra atividade

Especificar: _____

22.1 – Quanto à atividade criatória:

Tipo	Número de cabeças
Bovino de corte	
Bovino leiteiro	
Eqüino	
Suíno	
Caprino	
Aves	
Outros	

IV – DADOS SOBRE RECURSOS NATURAIS

23 – Recursos hídricos (Quais as fontes de água disponíveis na sua propriedade)

23.1 - Tipos de mananciais

- 1 – () Rios
 2 – () Córregos
 3 – () Represas/açudes
 4- () Minas
 5 – () Outros: _____
- 6 – () Veredas
 7 – () Poço/cisterna

23.2 - Conservação de mananciais

- 1 – () Manutenção de vegetação ciliar
 2 – () Práticas de microbacias

23.3 - Práticas de drenagem de áreas úmidas

- 1 – () Sim
 2 – () Não. Por que? _____

23.4 – Irrigação (o senhor faz irrigação)

Cultura	Área (ha)	Tecnologia Empregada	Fonte de água

Código: Tecnologia empregada:

- 1 . Aspersão
2. Gotejamento
3. Pivô-central
4. Tripa

Fonte de água:

1. Rio
2. Posso artesiano
3. Córrego
4. Represa

23.5 – O senhor faz práticas de conservação do solo em sua propriedade e de outras áreas que utiliza para produzir

	Possui na propriedade		Há quanto tempo	Tamanho da área
	Sim	Não		
Curvas de nível				
Terra em descanso (Pousio)				
Rotação de culturas				
Subsolagem				
Quebra vento				

V – DADOS SOBRE PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE ANIMAL

24 – Total de rebanho: _____

Vacas para ordenha (em lactação) _____

Vacas cobertas _____

Bezerros _____

Gado de corte _____

Touros _____

Outros _____

25 – O leite é retirado de forma:

a) () manual

c) () ordenhadora mecânica

b) () pela família

d) () empregados, quantos? _____

25.1 – Quantas vacas por ordenha mecânica? _____

25.2 – Produz leite do tipo; (A) (B) (C)

25.3 – Possui tanque de expansão? () Sim. Quanto tempo? _____; () Não. Por que? _____

25.4 – Foi uma exigência da empresa(tanque de expansão)? () Sim () Não. Por que?

26 – Quanto recebe pelo litro de leite? _____

26.1 – Como o Sr. avalia a exigência do tanque de expansão (granelização do leite)?

26.2 – O Sr. estava preparado financeiramente para essa mudança? () Sim () Não, por que? _____

26.3 – Recebeu ajuda para aquisição do tanque de expansão?

De quem? _____

27 – Qual a procedência do rebanho? _____

28 – Idade do desmame dos bezerros? _____

29 – Idade da reposição das matrizes? _____

30 – Quantas ordenhas por dia? (1); (2); (3)

31 – Qual é a produção de litros por vaca/dia? _____

32 – Qual é a produção total por dia? _____

VI – DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DO LEITE

33 – Para qual empresa vende sua produção? _____

34 – Há quanto tempo vende leite para “empresa”? _____

34.1 – Quanto recebe por litro de leite vendido? _____

35 – Por que vende seu leite para essa “empresa”?

35.1 – Como é sua relação com a “empresa” a qual entrega sua produção leiteira?

35.2 – Pretende continuar fornecendo sua produção para empresa? () Sim () Não, por que? _____

36 – Como foi que chegou ser fornecedor de leite para a “empresa”? _____

37 – Responsável pelo transporte: () produtor; () “empresa”

38 – Despesas para produzir o leite (% aproximado)

mão-de-obra _____; Insumos _____; transporte _____

39 - Além do leite produz derivados: () Sim; () Não; Quais: _____

a) são vendidos: () sim; () não; () consumo próprio

b) de forma direta ()

c) através de intermediário ()

40 – A renda do leite é destinada a:

() subsistência da família (%) _____

() investimentos na atividade leiteira (%) _____

() Outros (%) _____

VII – DADOS SOBRE NUTRIÇÃO ANIMAL

41 -

Animal	Milho adquirido		Ração concentrada		Sal comum		Sal mineral	
	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago	Quant.	Valor pago

42 – Qual é a alimentação do gado leiteiro;

a) época da seca _____

b) época das águas _____

42.1 – Qual a procedência do alimento (insumo)?

() elaborado na propriedade

() compra, onde? _____

42.2 – Fez algum tipo de financiamento para o leite? () Não

() Sim. Quando (data/ano)? Por que?

a) órgão financiador _____

b) Como o dinheiro foi utilizado? _____

42.3 – O Sr. mantém-se informado sobre a atividade leiteira? () Sim.
Como? _____

() Não. Por que? _____

VIII – DADOS SOBRE MANEJO DO REBANHO

43 – O senhor aplica:

Vacinas:

a) Aftosa () Sim; () Não

b) Botulismo () sim; () Não

c) Brucelose () sim; () Não

d) Cólera/tifo () sim; () Não

e) Carbúnculo Sintomático () sim; () Não

43.1 – Vermifugação:

a) Bovinos adultos () sim; () Não

b) Caprinos () sim; () Não

c) Ovinos () sim; () Não

d) Suínos () sim; () Não

e) Bernicida () sim; () Não

f) Carrapaticida () sim; () Não

g) Antibiótico () sim; () Não

43.2 – Utiliza tratamento Fitoterápico (tratamento de doenças com plantas) com o gado?

() Sim. Por que? _____

() Não

43.3 – O Sr. conhece esse tipo de tratamento que vem sendo feito com o gado?

() Sim. Onde? _____

() Não

IX – DADOS SOBRE OUTROS RENDIMENTOS DA FAMÍLIA (TODAS AS FONTES

– AGO/2003 A Dez/2004)

44 -

FORMAS DE RENDA	QUANTIDADE EM DINHEIRO	OBSERVAÇÕES
1 – Com salários de membros da família: - Emprego Permanente		
- Emprego Temporário		
2 – Área cedida a terceiros		
3 – Com o aluguel de equipamentos		
4 – Com o extrativismo: lenha, etc.		
5 – Aposentadoria (Total da família)		
6 – Outra Fonte:		

44.1 – Trabalha fora da propriedade: () Sim Quando? _____

() Não.

44.2 – Quantas vezes por semana? _____

44.3 - Em qual atividade? _____

44.4 – Qual a renda **fora** da propriedade? _____44.5 – Qual a renda **dentro** da propriedade? _____44.6 – Existem **outras alternativas de renda**? () Sim. Quais? _____

() Não

X - DADOS SOBRE AS PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE LEITEIRA**45 – Qual é o grau de satisfação** do Sr. e de sua família em relação a ATIVIDADE AGÍCOLA?

a) muito satisfeito ()

c) insatisfeito

b) satisfeito ()

d) Não sabem, sem resposta

Por que? _____

46 – Qual é o grau de satisfação com o MEIO RURAL?

a) muito satisfeito ()

c) insatisfeito

b) satisfeito ()

d) Não sabem, sem resposta

Por que? _____

47 – Quando pensa no meio rural ou no espaço rural em que vive, o que mais valoriza?

a) a paisagem ()

c) Comunidade ()

b) os animais ()

d) vizinhos ()

Por que? _____

48 – Qual (is) a (s) perspectiva (s) para a pecuária no futuro? _____

49 – Como o Sr. avalia o passado(fim dos anos 1980 e início de 1990) e presente da pecuária de leite? _____

50 - O Sr. gostaria de mudar para cidade? () Sim () Não, por que?

50.1 – Em ordem de importância, quais dos fatores abaixo, assinalados considera como os principais problemas que atingem a produção de leite:

a) () falta de financiamento

b) () juros altos

c) () políticas não apropriadas para este setor devido à pouca intervenção do governo

d) () importação de leite em pó

e) () a competição com empresas multinacionais (Ex. Nestlé)

f) () outras, (especificar) _____

Por que? _____

XII – DADOS SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

51 - O senhor recebe ou já recebeu assistência técnica:

() Não

() Sim

Se sim: tem contatos com técnicos da:

- a) EMATER Atuante No passado (Antes da granelização)
- b) Pesquisa Atuante No passado (Antes da granelização)
- c) Cooperativa Atuante No passado (Antes da granelização)
- d) Empresa privada Atuante No passado (Antes da granelização)
- e) Prefeitura Atuante No passado (Antes da granelização)
- f) Empresa Atuante No passado (Antes da granelização)
- g) Outros _____ Atuante No passado (Antes da granelização)

52 – A assistência é referente a: vacinas; enfermidades e doenças do gado;
 medicamentos; outra maneira: _____

XIII – DADOS SOBRE ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

53 – É filiado a:

- a) Sindicato Rural. Qual (is) _____ Tempo _____
- b) Cooperativa. Qual (is) _____ Tempo _____
- c) Associação de produtores. Qual (is) _____ Tempo _____
- d) Outro: _____

Qual (ais) o (s) benefício (s) desta (s) entidade (s)? _____

Qual o grau de satisfação?

- Ruim
- Bom
- Muito Bom
- Excelente

Por que? _____

54 - Frequência da participação

- a) Periódica
- b) Eventual
- c) Quase nunca

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA Presidente da Comunidade da Canoa – Ituiutaba – MG

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 - Nome do Entrevistado: _____ Data: _____ N°. _____

2 - Cargo/ Função: _____

II – INFORMAÇÕES SOBRE A COMUNIDADE

1 – Nome da Comunidade: _____

2 – Ano de fundação: _____

3 – O presidente é pequeno produtor de leite? Se não, qual sua atividade? _____

4 – Nome do presidente anterior: _____

5 – Há um estatuto, regulamento ou regimento disciplinado as atividades da comunidade?

6 – Existe uma diretoria na Comunidade? () Não; () Sim. Qual sua composição? _____

7 – Localização: _____

8 – Área de abrangência da Comunidade: _____

9 – A Comunidade possui local específico para as reuniões? () Sim. onde? _____

() Não. Por que? _____

10 – Qual a frequência das reuniões: _____

11- Qual o objetivo principal da Comunidade? _____

12 – Número de produtores que fazem parte da Comunidade: _____

13 – Qual a condição dos produtores da Comunidade:

() proprietários. Quantos? _____

() arrendatários. Quantos? _____

() parceiros. Quantos? _____

() proprietários e arrendatários. Quantos? _____

() outra. Qual? _____ Quantos? _____

14 – Qual (is) o (s) fator (es) responsável (is) pela criação da Comunidade?

15 – Além dos produtores, algum órgão ou instituição colaborou na organização da Comunidade da Canoa? ()sim, qual? _____

() Não

16 – Qual (is) a (s) dificuldade (s) encontrada (s) inicialmente para a organização dos produtores da comunidade? _____

17 – Há alguma contribuição financeira por parte dos produtores da comunidade? () Não;

() Sim. Qual o valor? Com qual periodicidade é realizado o pagamento da contribuição?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/ DOUTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Filhos dos Produtores de Leite da Comunidade da Canoa em Ituiutaba – MG.

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I – Dados sobre o ENTREVISTADO

1 - Nome do Entrevistado: _____ Data: _____ N°. _____

2 – Idade: _____ 3 – Série: _____

4 – Escola: _____

4.1 – Qual meio de transporte você utiliza para ir a escola? _____

5 – Origem: _____

6 – Local da residência: _____

7 – Filiação: _____ Idade: _____

_____ Idade: _____

8 – Quantos irmãos você tem? E qual a idade dele(s)? _____

9 – Há quanto tempo está na propriedade? _____

10 – Seus pais são: () proprietários () arrendatários () outros. Qual? _____

11 – Você trabalha? _____ () com seus pais () em outra propriedade

12 – O que você faz? _____

13 – Você recebe salário? _____ Quanto? _____

14 – Você pretende continuar seus estudos? () Sim. Por que? _____

() Não. Por que? _____

15 – Qual a profissão que você pretende seguir? _____

28 – Quais são as principais dificuldades vivenciadas por sua família? _____

OUTRAS INFORMAÇÕES:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ MESTRADO/DOCTORADO.

Dissertação: "A PECUÁRIA LEITEIRA NA COMUNIDADE DA CANOA – ITUIUTABA (MG): persistência e resistência"

ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA: Empresas/Laticínios – Ituiutaba – MG

Elaboração: Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi

I – DADOS SOBRE A EMPRESA

Nome da Empresa: _____

1 - Nome do Entrevistado: _____ **Data:** _____ **Nº.** _____

2 - Cargo/ Função: _____

2.1 – Há quanto tempo ocupa o cargo/função: _____

2.2 – Qual a função ou cargo que o Sr. vinha desempenhando na empresa antes da atual?

3 - Quando a cooperativa/laticínio foi fundada (o)em Ituiutaba? _____

4 - A estrutura organizacional da cooperativa/laticínio consta de um Conselho Fiscal? e Diretoria (Diretor Presidente, Diretor Comercial e Diretor Administrativo)?

5 - Além das Assembléias, onde são tomadas as decisões de interesse da cooperativa/laticínio? _____

6 - Quais os municípios que fornecem leite para a cooperativa/laticínio? _____

7 - Qual é a produção de leite “in natura” recebido pela cooperativa/laticínio (produção diária)? _____ litros/dia.

8 - Qual é a produção em litros de leite do município de Ituiutaba? _____

9 - Qual o número total de produtores que comercializam o leite na cooperativa/laticínio?

10 - Desse total quantos são do município de Ituiutaba? _____

11 – Qual o critério da Cooperativa/laticínio para classificar os produtores em pequenos, médios e grandes? (ou seja, existe algum tipo de classificação, é baseado em que: tamanho do rebanho, tamanho da propriedade? Ou quantidade de litros de leite que entrega?)

12 - Desse total qual é a participação dos pequenos produtores ? _____

13 – A Cooperatia/Laticínio promove reuniões /assembléias com os produtores? () Sim;

() Não, com que freqüência? _____

14 – Como o Sr. avalia a participação dos produtores nas reuniões ou assembléias promovidas pela Cooperatica/laticínio? _____

15 – Como é a relação entre o Sr. e os fornecedores (produtores) da Cooperativa/laticínio?

16 – Há produtores que saem da Cooperativa/laticínio procurando um melhor preço e depois retornam, isso causa algum problema ou transtorno para vocês?

a) () Sim

b) () Não

Por que? _____

17 - Você poderia explicar porque acontece isso? _____

18 - A coleta de leite do produtor é feita:

a) Por caminhões? () Sim; () Não

b) Os caminhões coletores são da cooperativa/laticínio? () Sim; () Não

c) O produtor paga o transporte? () Sim; () Não. Por que? _____

d) No preço do leite pago ao produtor quanto é deduzido no transporte? R\$ _____

Ou % _____

19 - Quantos cooperados/fornecedores (laticínio) possuem tanque de expansão? _____

20 - A cooperativa/laticínio exige o tanque de expansão? () Sim; () Não. Por que? _____

21 - A cooperativa/laticínio faz financiamento para o pequeno produtor comprar o Tanque de Expansão? () Sim Não. Por que? _____

22 - Qual a periodicidade do recolhimento do leite armazenado através do tanque de expansão? _____

23 - Qual é o preço pago por litro de leite? (latão)R\$ _____ (granelizado- tanque) R\$ _____

24 - Qual é o sistema de pagamento? _____

25 - Qual o preço do leite entregue:

a) Na seca? R\$ _____

b) Nas águas? R\$ _____

c) O que é feito com excedente de leite no período das águas (maior produção)? _____

26 - A Cooperativa/laticínio desempenha algum projeto para ajudar os produtores na aquisição e instalação de tanque de expansão? (financiamento, empréstimo, etc., como funciona?) _____

27 - Há resistência por parte dos produtores em geral para entrar no programa de granelização do leite? _____

28 - Qual será o futuro do produtor que não entrar no programa de granelização,?

29 - Qual é o papel da Cooperativa/laticínio nos dias de hoje (no município de Ituiutaba)?

30 - De que forma a Cooperativa/laticínio vem crescendo e enfrentando as mudanças deste mundo cada vez mais globalizado? _____

31 – Como é a atuação da Cooperativa/laticínio no município e na região? () Forte. Por que? _____

() Fraca. Por que? _____

32 – A cooperativa/laticínio vem contribuindo para a reprodução social dos pequenos produtores de leite na região de Ituiutaba? () Sim. De que forma?

() Não. Por que? _____

33 – Quais são os principais problemas ou dificuldades que enfrentam hoje a Cooperativa/laticínio e os pequenos produtores de leite?

34 – De que forma a importação de leite em pó traz prejuízo para os produtores brasileiros?

35 – Há políticas apropriadas para o setor agropecuário?

() Sim. Como constatar? _____

() Não. Por que? _____

36 - Como é o processo da chamada “cota do produtor”? _____

37 - Como é feito o controle do teor de gordura? _____

38 - Se o produtor não aumenta o teor de gordura qual a atitude da cooperativa/laticínio?

39. Na cooperativa/laticínio há orientação para que o produtor possa produzir mais e melhor?

a) () Sim – Como é feito? _____

b) () Não – Por que? _____

40 - A Cooperativa / laticínio oferece assistência aos produtores(fornecedores)? () Sim, de que forma? _____

() Não, por que? _____

41 - Quais os produtos industrializados pela cooperativa/laticínio? _____

42 - Quais são os mercados onde os produtos industrializados pela cooperativa/laticínio, são comercializados? (Quais Estados e Regiões) _____

43 - O leite resfriado é comercializado em quais regiões e Estados?

44 - Informações sobre o leite que é comercializado diretamente à população.

II – DADOS SOBRE A HISTÓRIA DA COOPERATIVA/LATICÍNIO / PRODUTORES

45 – Razão social da empresa. _____

46 – Como funciona a Cooperativa/laticínio (divisão: unidades /áreas ou setores e como funciona cada uma). _____

47 – Quantos produtores de leite no início? Quantos neste momento? Os produtores hoje, são os mesmos ou não? _____

48 – No início das atividades industriais, qual a procedência dos equipamentos?

49 – Qual a área da Cooperativa/laticínio? (em m2). _____

50 – Quantos funcionários a empresa possui? _____

III – DADOS SOBRE A PRODUÇÃO / CONSUMO / TECNOLOGIA

51 – A empresa atua com capacidade máxima de produção? () Sim () Não, por que?

52 – Como está dividida a Cooperativa/laticínio? (setores / áreas etc.) _____

53 – O que a Cooperativa/laticínio produziam no início? O que produziu até dezembro de 2004? (hoje tem mais, menos ou igual número de produtos que no início)?

54 – Qual o destino da produção da Cooperativa/laticínio (tipo de compradores / lugares).

55 - Como os produtos são transportados até o local da venda, ou seja, quem cobre os custos de transporte, a Cooperativa/laticínio ou o comprador?

56 - Como são encaminhados os produtos até o local de venda?

57 - Quanto tempo gastam com a entrega? _____

58 – Qual o raio de atuação da Cooperativa/laticínio? _____

59 – As máquinas (equipamentos) que utilizam são nacionais ou estrangeiras?

60 - Há quanto tempo operam? _____

61 - São renovadas periodicamente? _____

62 - Há assistência técnica? _____

63 - Onde são feitos os consertos dos equipamentos? _____

64 - Quem cobre os gastos com manutenção? _____

65 – Os equipamentos utilizados são novos, ou procedem de outros estabelecimentos, que delas já se serviram? () Sim () Não, por que? _____

66 – Há facilidade de conseguir operários especializados? () Sim () Não, por que? _____

67 - Como a Cooperativa/laticínio treina e aperfeiçoa a mão-de-obra? _____

68 – Quais são os principais produtos fabricados hoje? _____

69 – Há projeto para ampliar a linha de produtos? () Sim () Não, por que? _____

70 – Há alguma estrutura para armazenamento da produção? () Sim (). Qual a capacidade de armazenamento? () Não, por que? _____

71 – A Cooperativa/laticínio considera que a produção atende à demanda dos consumidores? () Sim () Não, por que? _____

72 – Em que mercados a Cooperativa/laticínio atuam internamente (% , aproximado). _____

IV – DADOS SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS / FINANCIAMENTOS / PERSPECTIVAS

73 – Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela Cooperativa/laticínio na atualidade? Por que? _____

74 – Onde se localizam as outras indústrias da Cooperativa/laticínio?

75 – A Cooperativa/laticínio faz empréstimos ou financiamentos aos produtores, ou atua como intermediária entre os produtores e os órgãos financiadores? _____

76 – A Cooperativa/laticínio faz investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos?

() Sim

() Não, por que? _____

77 – Em relação ao desempenho da Cooperativa/laticínio, como considera os impactos dos seguintes fatores:

78 – inflação, crises econômicas e recessão: () Negativa () Positiva, por que? _____

79 – planos econômicos: : () Negativa () Positiva, por que? _____

80 – taxas de juros: () Negativa () Positiva, por que? _____

81 – falta de política industrial ou voltada para a pecuária? : () Negativa () Positiva, por que? _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)